

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

SARA MARIA MARQUES DOS SANTOS FEIO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ARQUITECTURA APRESENTADA À
FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MANUEL SOARES
ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA

PORTO, SETEMBRO DE 2015

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Aos meus pais, à minha irmã, ao Pedro, às minhas amigas e amigos
por me ensinarem a ser quem sou.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Manuel Soares, pelo apoio, paciência e apurado sentido crítico.

À Câmara Municipal de Felgueiras, em particular ao Arq. António Geada e ao Departamento de Urbanismo, de Obras e de Ambiente, pelo contributo essencial.

Ao Dr. Marcelo Mendes Pinto e aos técnicos da Villa Romana de Sendim Pedro Mendes e José Ribeiro, pela disponibilidade e simpatia.

Ao Sr. Manuel Joaquim da Cunha, pelo valioso conhecimento partilhado.

Ao Dr. Luís Ferreira, pela partilha da sua experiência.

Aos habitantes de Jogueiros que participaram no Inquérito.

A todos, muito obrigada.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 1 Porta de uma das cortes para animais

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

RESUMO

A Dissertação aqui apresentada define-se como a revisitação de uma metodologia de intervenção numa estrutura tradicional agrícola para a concretização de um projeto. Este surgiu com a proposta de reabilitação de uma propriedade situada no concelho de Felgueiras, para habitação sazonal, que foi solicitada pelos meus pais no passado ano de 2014. Assim, expõe-se neste trabalho uma viagem pelos longos caminhos da Arquitetura, da História, da Geografia e de tantas outras disciplinas as quais, em conjunto, foram exploradas com o objetivo principal de contribuir para a aproximação a um método de intervenção em estruturas tradicionais agrícolas, que faça jus ao valor imenso destas construções vernaculares, tantas vezes ainda ignorado. De forma a apoiar este estudo, recorreu-se a diferentes métodos de investigação e análise, abrangendo o máximo de oportunidades de recolha e ensaio, com o intuito de o tornar o mais completo possível. Este revelou-se mesmo fundamental, em primeiro lugar na compreensão da matéria em questão e em segundo lugar na elaboração de um projeto seguro e esclarecido. Por fim, com esta Dissertação pretende-se não só colaborar para o já vasto domínio da arquitetura vernacular portuguesa mas também se procura (se a ambição não for demasiada) divulgar a enorme pertinência da reabilitação de estruturas tradicionais agrícolas para o panorama social, económico e cultural da atualidade.

“1. O arquiteto deverá estar munido de conhecimentos de muitos ramos de estudo e os mais variados tipos de aprendizado, para que possa julgar e testar o trabalho executado por outras artes. Este conhecimento é fruto da prática e da teoria. Prática é o exercício do emprego regular e contínuo do trabalho manual que é feito com cada material necessário e de acordo com os desenhos de um projeto. Teoria, por outro lado, é a habilidade em demonstrar e explicar a destreza nos princípios de proporção.” (VITRÚVIO, séc.I a.C.,apud MACIEL, 2009, p.10)

Palavras-chave: reabilitação; estruturas agrícolas; espaço rural; Noroeste de Portugal.

ABSTRACT

This Dissertation is defined as a second look at an intervention method used in a pre-existing traditional agricultural structure with a real and practical basis underneath it. Such work came from a seasonal housing rehabilitation (located in Felgueiras county) proposal by my parents in the past year of 2014.

Therefore, in this paper the journey towards the paths of Architecture, History, Geography and many other fields is exhibited and in which such subjects were explored together with one main goal: to contribute as an approach to an intervention method for traditional agricultural structures that does justice to these enormously valuable and too many times unrecognized buildings.

Several means of investigation and analysis were used in order for this thesis to be as thorough as possible, research that became fundamental due to two reasons: first for the overall understanding of the topic itself and for the comprehension of the matter; second for the formulation of an enlightened and safe project.

Lastly, this work is intended not only to contribute to the existing vast studies regarding the portuguese vernacular architecture but also to unveil the tremendous relevance of rehabilitating traditional agricultural structures to the current social, economical and cultural panorama.

“1. The architect should be equipped with knowledge of many branches of study and varied kinds of learning, for it is by his judgement that all work done by the other arts is put to test. This knowledge is the child of practice and theory. Practice is the continuous and regular exercise of employment where manual work is done with any necessary material according to the design of a drawing. Theory, on the other hand, is the ability to demonstrate and explain the productions of dexterity on the principles of proportion.” (transl. VITRUVIO, I b.C., apud MACIEL, 2009, p.10)

Key-words: rehabilitation; agricultural structures; rural area; Northwest of Portugal

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

RESUMO/ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	15
01 FERRAMENTA DE TRABALHO	19
1.1 LUGAR	22
1.2 HISTÓRIA	32
1.3 CLIENTE	34
1.4 PROGRAMA	36
02 ENQUADRAMENTO	39
2.1 ESTRUTURAS TRADICIONAIS AGRÍCOLAS NO NOROESTE DE PORTUGAL	41
2.2 MUTAÇÕES DO ESPAÇO RURAL	65
03 RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS	81
3.1 ARQUITETURA POPULAR E CONSCIÊNCIA PATRIMONIAL	83
3.2 CONDICIONANTES TÉCNICAS E CONSTRUTIVAS	90
3.3 REABILITAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	105
04 REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA	115
4.1 ESTADO ATUAL	117
4.2 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO	139
4.3 APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO	143
4.4 APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
ANEXOS	183
A. INQUÉRITO À ARQUITETURA A TEMPO PARCIAL	184
B. ENTREVISTA COM DIRETOR DEP. URBANISMO, OBRAS E AMBIENTE DA CMF	186
C. BIBLIOGRAFIA	191
D. LISTA DE IMAGENS	196

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 2 O rio Bugio

INTRODUÇÃO

A Casa da Deveza foi herdada pelos meus pais, clientes deste projeto, no passado ano de 2014. Um conjunto de fatores tornam a propriedade bastante apelativa: a envolvente rural, a implantação privilegiada e os solos férteis, que convidam à permanência e ao desenvolvimento das atividades agrícolas. Rapidamente surgiu a ideia de reabilitar a construção, não só pela vontade dos clientes em possuir uma segunda residência onde pudessem descansar e estar em contato com a Natureza mas também pela possibilidade de transformar a sua utilização em turismo rural. Assim, foi num âmbito de “projeto de família” que surgiu a possibilidade de desenvolver esse projeto como objeto de estudo desta Dissertação de Mestrado.

A propriedade, composta por edificado e terreno adjacente, situa-se na freguesia de Jagueiros, concelho de Felgueiras, na fronteira entre o *cenário bucólico* de um vale minhoto¹ e o evento da pós-ruralidade (DOMINGUES, 2011), conferindo ao lugar um ambiente mestiço, de inter-conexão de vários caminhos e de várias lógicas.

O complexo agrícola que se encontra hoje como pré-existência é datado da primeira metade de séc. XIX (1945), sendo que se apresenta conformado por dois volumes principais: um dedicado à habitação da família que lavrava os vários campos de sua propriedade - constituído por sala, quartos e cozinha - e outro dedicado ao apoio das práticas agrícolas - composto por sequeiro, palheiro e cortes. Ambos surgem unidos através de um grande pátio coberto por uma ramada de videira, orientado a Sul, que surge como centro do complexo e, em tempos, das suas atividades agrícolas. À entrada do sequeiro que, pela diferença de cota, se apresenta como um volume torreado, encontra-se ainda uma eira lajeada a granito, orientada a Nascente.

¹ Embora a freguesia se encontre ainda inscrita dentro dos limites administrativos do distrito do Porto, esta possui bastante mais semelhanças com a geografia do Minho do que com a do Douro Litoral.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Por outro lado, a reconversão de espaços surge como um dos temas da atualidade, sendo inúmeros os exemplos: fábricas convertidas em museus ou mercados que se transformam em hotéis. Esta operação insere-se na vertente da reabilitação que, do mesmo modo, tem encontrado nos últimos tempos uma projeção deveras relevante no panorama nacional e internacional, florescendo num período de profundas transformações a todos os níveis.

“En la situación contemporánea, más de evolución que de crisis, hay una serie de características del cambio de siglo que señalan un momento de oportunidades, aprovechando fenómenos que ya existen, como los cambios de valores en la ciudadanía y una mayor preocupación y sensibilidad para afrontar los problemas ecológicos”. (MONTANER, 2010, p. 15)

Assim, impõem-se ao arquiteto novos desafios, tornando-se necessário adaptar espaços a usos diferentes daqueles para os quais foram concebidos, tendo em consideração não só a complexidade da intervenção em edifícios pré-existentes mas também o largo espectro das mudanças sociais, culturais e económicas que dominam o presente. Por sua vez, a reabilitação de estruturas agrícolas levanta diversas questões, por vezes de difícil resolução, já que as mesmas não poderão cingir-se a problemas técnicos ou construtivos, tratando-se de exemplos de arquitetura vernacular, as suas componentes histórica, patrimonial, social e cultural desempenham papéis de enorme relevância na conceção do seu projeto de reabilitação.

Deste modo, o trabalho aqui apresentado foca-se na reconversão de estruturas de apoio à prática agrícola, as quais apresentam espaços únicos e extremamente interessantes: cortes de animais, uma adega, um sequeiro ou palheiro entre alguns dos muitos exemplos. Assim sendo, esta Dissertação apresentar-se-á circunscrita ao estudo de assuntos diretamente relacionados com uma estrutura particular - o complexo agrícola da Casa da Deveza - que constitui portanto o objeto de estudo deste trabalho. Desta forma, uma abordagem teórico-prática será certamente o melhor modo de encarar este tema - uma abordagem somente teórica correria o risco de se tornar uma repetição das obras já existentes na matéria, para além de se perder o fundamento concreto do trabalho, imprescindível neste estudo.

INTRODUÇÃO

Propõe-se, portanto, a realização de um projeto que surge em contexto real, com requerente, programa e lugar. Este servirá como ferramenta de experimentação e pesquisa, facultando o confronto direto com as problemáticas do tema e representando, ao mesmo tempo, um momento de investigação e aprendizagem acadêmica.

De outro modo, todo o trabalho de pesquisa assim como o projeto aqui apresentados servirão ainda de suporte à candidatura do complexo da Casa da Deveza ao Programa de Desenvolvimento Rural europeu (PRODER), sendo que foi dada grande relevância ao caráter pragmático tanto do estudo como da intervenção arquitetónica.

No entanto, esta Dissertação desenvolver-se-á não só como concretização de um projeto de reabilitação seguro e informado, mas também e principalmente como uma metodologia de intervenção neste tipo de construções e a estruturação de um processo completo e diversificado, onde serão incluídas informações provenientes das mais variadas áreas de trabalho, todas igualmente válidas e úteis para esse fim. Nestas incluem-se uma vasta pesquisa bibliográfica, levantamentos de vários tipos, entrevistas, inquéritos e outros que se julgaram pertinentes para o desenvolvimento e enriquecimento do trabalho.

No fundo, esta Dissertação será o espelho de uma experiência de processo e de reflexão sobre um objeto específico, de onde se poderá extrair um método de trabalho transmissível, fazendo votos de que seja tão útil a outros quanto outras provas o foram para mim.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

01
FERRAMENTA DE TRABALHO
LUGAR, HISTÓRIA, CLIENTE, PROGRAMA

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Visitei a propriedade pela primeira vez no início da Primavera do ano passado - as árvores já despontavam mas ainda fazia frio. No ar sentia-se o cheiro a lareira da vizinhança e de ervas pisadas, entretanto crescidas no terreno. O chilrear dos pássaros era apenas interrompido pelo murmúrio de um riacho que corria não muito longe. Mentalmente, comecei a registar espaços, orientações, medidas entre e dos diferentes elementos; a analisar o estado de conservação do existente, a tentar decifrar pormenores e a procurar reconstituir o que já era ruína.

FERRAMENTA DE TRABALHO

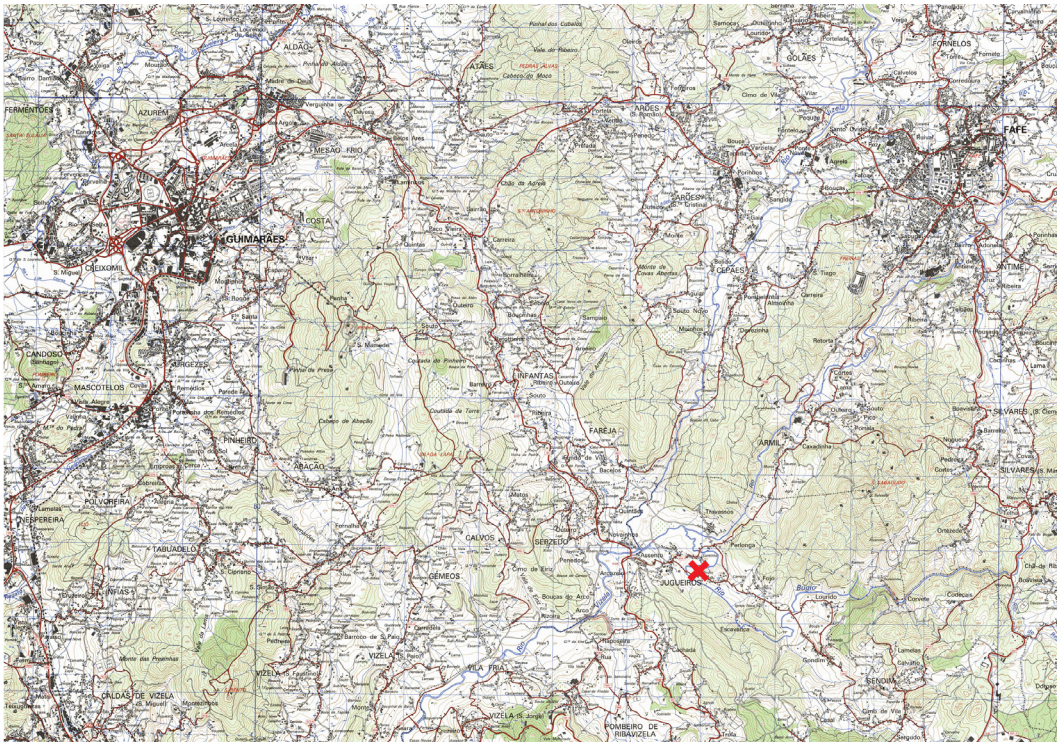


FIG 3 Carta militar 1:25000 com representação do vale de Jogueiros.

1.1 LUGAR

Ponto de partida para alguns, condição para outros, o Lugar é um dos componentes de um projeto, pelo que a sua análise aprofundada se mostra de grande importância.

A ideia de Lugar refere-se não só à envolvente próxima da área de intervenção mas também a outras escalas de aproximação, que vão desde a escala territorial à da envolvente próxima. Estas diferentes etapas afiguram-se essenciais para descobrir relações que, sem um olhar atento, talvez não fossem encontradas.

Tal como admitido por diversos autores², diferentes lugares compõem diferentes ambientes, os quais transmitem diferentes mensagens que interferem na perceção do Espaço, não só enquanto entidade física mas também espiritual. Assim sendo, e considerando a obra arquitetónica um dos elementos transformadores da paisagem, as especificações do lugar de intervenção serão um importante fator a considerar, uma vez que apenas será possível prever o impacto que certa intervenção quando se compreenderem os vários aspetos que compõem a pré-existência. Contudo, a principal característica desse tecido pré-existente é o de ser extremamente volátil: o que é realidade hoje, amanhã pode não fazer qualquer sentido, pelo que esta questão deverá também ser considerada aquando a idealização de um projeto.

No projeto em questão seria mesmo difícil ignorar as particularidades do Lugar: a tranquilidade inspirada pelo local, a sua frescura agradável ou a ruralidade em vias de desenvolvimento impressionam aqueles que se desabituarão dessa harmonia entre Natureza e Civilização. Ainda que em profunda transformação, a paisagem conserva o tom verde floresta que caracteriza o húmido noroeste de Portugal, assim como muitas das práticas e costumes tradicionais da região.

² Como ROSSI (1966), NORBERG-SCHULZ (1986) e RUSKIN (1987).

FERRAMENTA DE TRABALHO



FIG 4 Localização da Casa da Deveza no concelho de Felgueiras.

FELGUEIRAS

O concelho de Felgueiras situa-se na fronteira norte da antiga região do Douro Litoral, distrito do Porto. O contacto direto com os municípios de Vizela, Guimarães, Fafe e Celorico de Basto - Noroeste, Norte e Nordeste - e com Amarante e Lousada - a Sudeste e Sudoeste - remete o leitor para os ambientes do Norte interior: paisagens verdejantes e pedregosas e para frescos vales onde as lareiras se acendem todo o ano. De facto, a área, inserida na zona 1 Minho (SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, 1961), apresenta um relevo bastante acidentado, caracterizado por maciços graníticos e xistosos. Por sua vez, o clima muito húmido e os solos extremamente ricos criam condições ideais à prática da agricultura, pelo que é possível afirmar a presença castreja na região a Idade do Ferro (GOMES, 1996).

Contudo, desengane-se quem imagina ainda a ruralidade de outros tempos, onde as casas eram de pedra e os caminhos de terra, já que há muito chegou o desenvolvimento ao concelho: Felgueiras apresenta-se hoje como potência da indústria, particularmente no ramo do calçado e têxtil. A industrialização da região contribuiu, assim, para o desenvolvimento das suas freguesias e lugares, como é o caso de Jugueiros. Deste modo, o seu ambiente pode ser caracterizado como *semi-rural*: uma zona em transformação profunda, provocada pelo choque entre um ambiente rural com a inevitável modificação dessa paisagem.

JUGUEIROS

A uma escala mais aproximada, poder-se-á observar que o projeto em questão se desenvolve na freguesia de Jugueiros. Por sua vez, esta localiza-se no extremo Norte do concelho, fortalecendo as ligações com o carácter minhoto do lugar³. Rodeado pelas serras de Santa Catarina e Santa Quitéria, o local desfruta do clima húmido típico da região do baixo Minho e solos extremamente ricos: “As águas abundantes, provenientes dos cursos dos rios Bugio, Ferro e Vizela fazem desta terra uma das mais ricas e produtivas do concelho [...]” (GOMES, 1996, p. 115)

Demograficamente, e apesar de se apresentar como uma das maiores freguesias do concelho, Jugueiros encontra-se ainda ligeiramente subdesenvolvida, em parte consequência da sua baixa densidade populacional, em parte pelo tardio acesso da freguesia à rede de eletricidade do concelho⁴. Este trata-se, então, de um lugar de povoação esparsa mas contínua, seguindo a lógica de implantação das zonas de vales noroestinos, onde aqui e além se encontram aglomerados mais densos mas bastante disseminados pelo território (SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, 1961).

Ainda assim, grande parte das construções que hoje se encontram na freguesia são de carácter relativamente recente (da metade do séc. XX em diante), contribuindo para a dissipação deste tipo de disseminação, agora mais contínua e concentrada ao longo das vias de comunicação automóvel.

De outra forma, também a proximidade da freguesia a uma importante via romana⁵

³ Mais uma vez refere-se que, apesar de Jugueiros não se encontrar inscrita na região do Minho, a freguesia apresenta diversos elementos que aproximam o lugar desta em detrimento da do Douro litoral.

⁴ Tal como apontado na página http://www.portugallife.net/portugal/porto-e-norte/district-of-porto/felgueiras/felgueiras_pt/freguesias-de-felgueiras/07---jugueiros [consultada a 17/06/2015].

⁵ A via romana que faria a ligação entre *Bracara Augusta* (hoje Braga) e *Caladunum* (Mirandela), tal como apontado por [REFERÊNCIA]

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

contribuiu para o desenvolvimento do lugar desde tempos longínquos. Como consequência, encontram-se em Jugueiros e nas freguesias vizinhas vários exemplos de património classificado, como as pontes medievais do Arco de São João e de Travassós, a Via Medieval do Arco de S. João/Travassós e a Villa Romana de Sendim.

Nas suas vizinhanças desenvolve-se ainda a recente Rota do Românico do Vale do Sousa (RRVS), composta por sete instalações religiosas, classificadas como Monumentos de Interesse Público: numa das freguesias contíguas a Jugueiros encontramos mesmo o complexo histórico do Mosteiro do Pombeiro, um dos elementos de maior relevância da Rota e o único classificado como Monumento de Interesse Nacional (DIRECÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL).

Deste modo, compreende-se que, apesar de pouco desenvolvida, Jugueiros é uma freguesia com relevância histórica, cultural e patrimonial e com potencial para exploração turística.

A envolvente próxima corresponde à pré-existência em contacto direto com a área de intervenção, pelo que a sua mutação terá implicações imediatas na obra construída. Ainda assim, será possível fazer uma previsão aproximada das alterações, a curto e médio prazo, a que esta poderá estar sujeita com algumas noções básicas de Urbanística: analisando o carácter dos terrenos e construções que compõem esta envolvente, atentando em aspetos como a idade e estado de conservação dos edifícios, a classe dos terrenos, a existência de planos urbanísticos para a zona e a existência de planos de conservação ou reabilitação.

FERRAMENTA DE TRABALHO

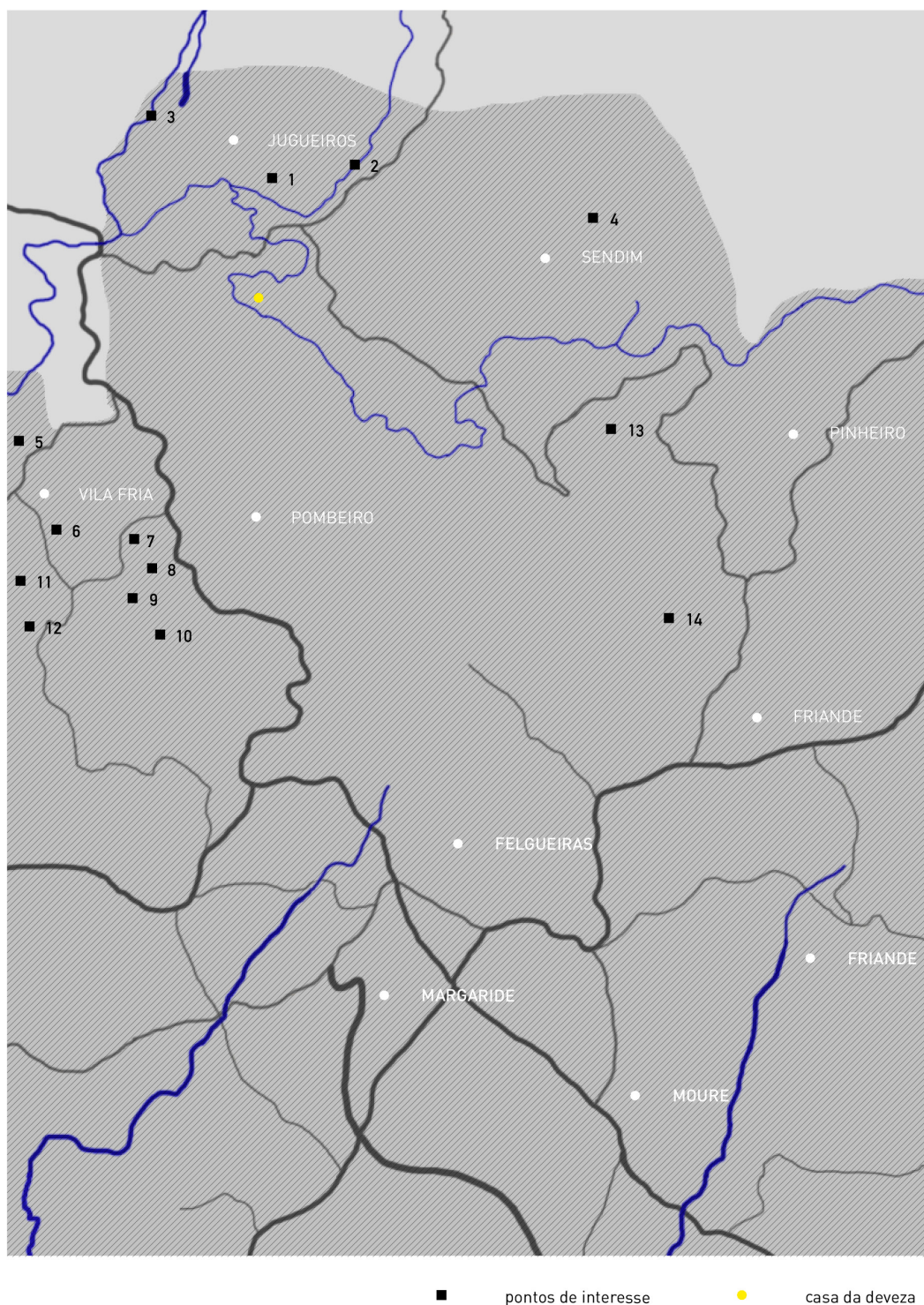


FIG 5 Pontos de interesse na zona Norte de Felgueiras

1: Via medieval do Arco de S. João; 2: Ponte medieval de Travassós; 3: Ponte medieval do Arco de S. João; 4: Villa romana de Sendim; 5: Ponte romana do Arco; 6: Via romana do Arco; 7: Paço de Pombeiro; 8: Cruzeiro de Pombeiro; 9: Via romana de Pombeiro; 10: Mosteiro de Pombeiro; 11: Casa das Portas; 12: Solar de Valmelhorado; 13: Solar de Sergude; 14: Museu da Casa do Assento.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

A situação da Casa da Deveza é um exemplo concreto desta situação: a propriedade implanta-se num belo e amplo vale, formando uma clareira entre a floresta de serras em seu redor; nas suas proximidades corre o rio Bugio, que se encontra com o rio Ferro cerca de 500m a Norte. A sua envolvente próxima não é muito densa contudo tem sofrido bastantes transformações no passado recente, já que as novas construções alteraram consideravelmente a perceção do seu ambiente.

A área que corresponde à zona de intervenção encontra-se numa pequena plataforma de terreno, que praticamente apenas contém esta propriedade. Essa localiza-se ao largo da via municipal que atravessa grande parte da freguesia, via essa que conforma, precisamente, o limite Norte da área a intervir. Por sua vez, no terreno a Norte contíguo à via municipal encontra-se uma residência privada em fase de construção, bastante próxima à propriedade em estudo; a Poente e a Sul encontram-se taludes sensivelmente com um piso de altura, que separam o terreno de intervenção dos restantes; a Poente, também ao longo da via municipal, situa-se uma propriedade triangular de cerca de 500m², que se apresenta ainda por construir. No terreno a Nascente ergue-se uma habitação unifamiliar de dois pisos, algo afastada dos limites da propriedade.

Deste modo compreende-se como, na envolvente próxima à zona de intervenção, se encontram vários possíveis focos de transformação, que deverão ser ponderados durante o processo criativo do projeto.

FERRAMENTA DE TRABALHO



FIG 6 O vale envolvente visto a partir da propriedade

A ZONA DE INTERVENÇÃO

Na zona de intervenção encontra-se uma estrutura tradicional agrícola, objeto do presente projeto.

A possibilidade de a modificar conforme a necessidade ou vontade dos seus intervenientes será a sua característica mais importante, ainda que sempre sujeita ao cumprimento dos regulamentos impostos. Esta liberdade poderá parecer bastante aliciante contudo encerra algumas dificuldades de decisão, levantando a questão principal que caracteriza as intervenções de reabilitação: a pré-existência deverá ser mantida ou deverá ser eliminada?⁶

No que diz respeito à zona de intervenção, poder-se-á começar por referir a sua extensão, de cerca de 1600m² de área total, 560m² de área construída. A propriedade caracteriza-se, essencialmente, pela presença de um complexo pré-existente formado por dois volumes, que define o limite norte da propriedade. Este complexo é formado por um volume (A) que serviria de habitação à família - constituído por sala, quartos e cozinha⁵ - e outro (B) de apoio às práticas agrícolas - com sequeiro, palheiro, duas cortes e adega. Os dois surgem interligados por um pátio retangular coberto por uma ramada. Na entrada do sequeiro encontra-se ainda uma eira pavimentada a lajes de granito e um pequeno tanque.

Apesar de degradada, a propriedade foi até há bem pouco tempo habitada, sendo que nela residiam ainda os caseiros. As funções do complexo foram relativamente mantidas, sendo que apenas recentemente foram abandonadas as práticas agrícolas, dada a avançada idade dos seus habitantes. No terreno contíguo, também progressivamente abandonado, teriam ainda na última década sido cultivados milho e hortaliças, e nas suas suas cortes criado porcos, coelhos e galinhas.

⁵ A cozinha presente no volume A não diz respeito à cozinha original do complexo mas a um compartimento adaptado para tal fim posteriormente.

⁶ Em relação a esta questão refere-se a resposta dada pelos arquitetos Jacques Herzog e Pierre de Meuron "Our choice always depends on the ultimate goal. If we are convinced that the existing structure has potencial and something to contribute that could not be achieved by starting all over again from scratch, then we advocate preserving that structure [...]" (2005, p.148)

FERRAMENTA DE TRABALHO

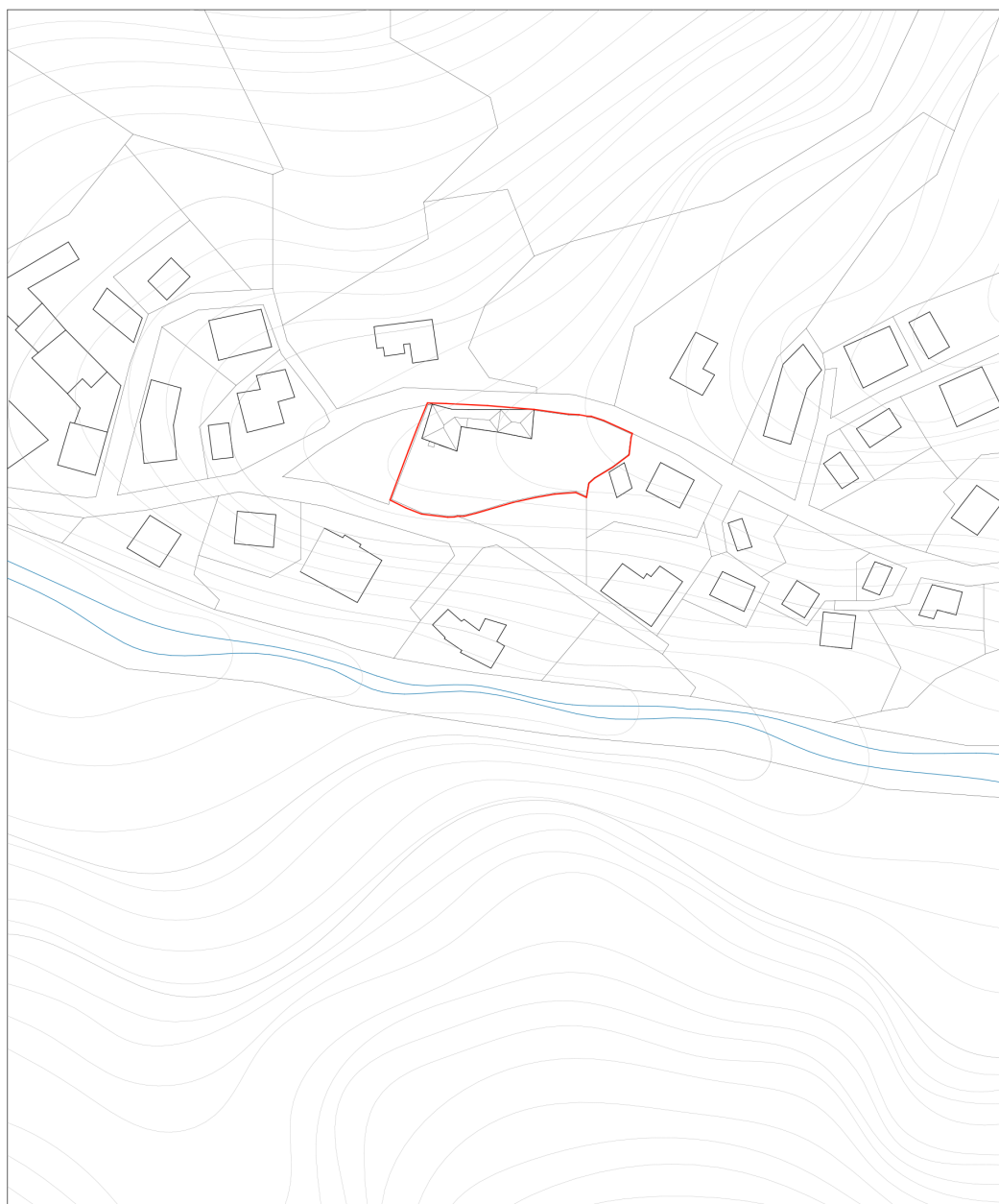


FIG 7 Implantação da Casa da Deveza (2015)

1.2 HISTÓRIA

A história particular da pré-existência constitui importante matéria a investigar: do seu aprofundamento retiram-se inúmeras informações, essenciais à compreensão integral e informada da intervenção.

A Casa da Deveza que constitui a pré-existência do projeto surge construída em 1845⁷ pelo avô do Dr. Acílio Leandro Romariz Carvalhal, descendente direto de uma família de lavradores proprietária de vários campos nas imediações. O avançado estado de degradação da propriedade e as sucessivas reparações por parte dos caseiros dificultam a compreensão da evolução espacial do complexo, pelo que apenas se podem avançar algumas hipóteses neste sentido.⁸

Por outro lado, são visíveis as alterações feitas à construção original nas últimas duas décadas, fruto de novas necessidades dos seus habitantes, tendo sido acrescentados um galinheiro e um coberto para guardar lenha a Sul do sequeiro.

⁷Tal como inscrito na padieira do portal de entrada da Casa.

⁸ Assunto desenvolvido no capítulo 02 “Enquadramento”, pp. 33-74

FERRAMENTA DE TRABALHO

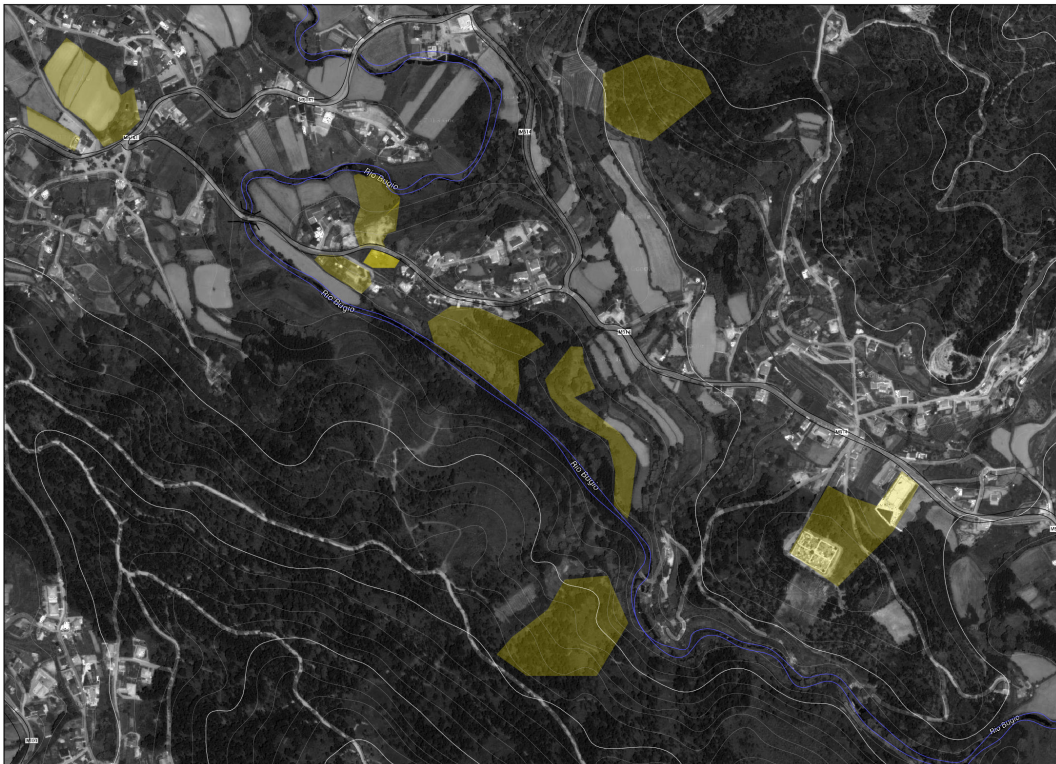


FIG 8 Distribuição dos terrenos pertencentes à família nos finais de séc. XX

1.3 CLIENTE

“O Cliente é esse ser sem o qual é impossível fazer Arquitetura, mas com o qual é ainda mais difícil realizá-la [...]” (ROGERS, 1958, apud RODRIGUES, 2008, p. 172)

É ele que desencadeia a necessidade do projeto. É ele que a motiva. Será neste momento que o arquiteto se torna psicanalista já que, mais do que saber ouvir, há que saber interpretar as necessidades e os desejos daquele que nos requiere a obra.

Tal como referido inicialmente, neste projeto os clientes foram os meus pais. No entanto, independentemente da relação entre o arquiteto e o(s) cliente(s), esta análise será sempre indispensável, já que só assim se poderá dar uma resposta assertiva e eficaz ao seu pedido.

Os clientes são um arquiteto e uma professora e artista plástica. Desde sempre o casal se considerou bastante próximo das atividades agrícolas e da gestão de terras, algo que se deve à tradição familiar de ambos.

Para além do pedido de manutenção da estrutura portante pré-existente, não foi feita qualquer exigência estética sendo que, tal como apontado por Ana Rodrigues, esta atitude profunda de confiança mútua se reflete inevitavelmente no projeto*: veja-se, a título de exemplo, o projeto de Robert Venturi para a casa de sua mãe (Pensilvânia, EUA) onde o estado de intimidade dos intervenientes levou à construção de uma das obras mais icónicas do Pós-Modernismo.

Todos estes aspetos contribuirão para a formalização de um *programa*: conjunto de espaços que deverão satisfazer as necessidades dos que irão usufruir do projeto idealizado.

FERRAMENTA DE TRABALHO



FIG 9 O sequeiro pré-existente.

1.4 PROGRAMA

O Programa define um conjunto de requisitos espaciais aos quais um projeto deverá dar resposta, dependendo do cliente e da escala da construção pretendida, este será mais ou menos detalhado, mais ou menos exigente. Contudo, a ideia de programa surge por vezes associada a intenções estritamente funcionais, quando o mesmo deverá ambicionar ser muito mais que isso: tal como afirma KHAN, "*O que satisfaz à sociedade é a nossa intervenção no programa, e não um edifício medíocre*" (2002, p.54) e será esta capacidade de surpreender e de reescrever o programa que distingue a Arquitetura da "*mera manipulação de espaços*". (KHAN, 2002, p. 54)

Desde as primeiras conversas, os clientes tornaram claro as suas intenções em relação a este tópico: uma casa de férias e um refúgio da azáfama quotidiana, onde pudessem estar em contacto com a Natureza. Pretendia-se uma construção económica, sustentável, que se integrasse no lugar onde se insere; espaços simples, funcionais e de fácil manutenção. A preservação da estrutura portante pré-existente foi também um dos desejos apontados, pela seu valor histórico e simbólico.

Existiam já algumas ideias espaciais para o complexo: para a parte do sequeiro, sala no piso térreo e dois quartos no primeiro piso; para o antigo volume da habitação, outros dois quartos; para a antiga adega, a zona social. Era ainda de sua vontade a manutenção da espacialidade e função da cozinha de forno pré-existente, a meio do volume das cortes. No que diz respeito ao exterior, a intenção de recuperar o terreno existente como zona de cultivo seria o principal aspeto a ter em consideração, bem como a introdução de uma nova área de lazer com piscina.

Da ideia de tornar a propriedade rentável, os clientes pensaram na hipótese de a converter num complexo de turismo rural ou de possibilitar o aluguer de parte do mesmo a terceiros, sendo que tal também deveria ser previsto no programa.

FERRAMENTA DE TRABALHO

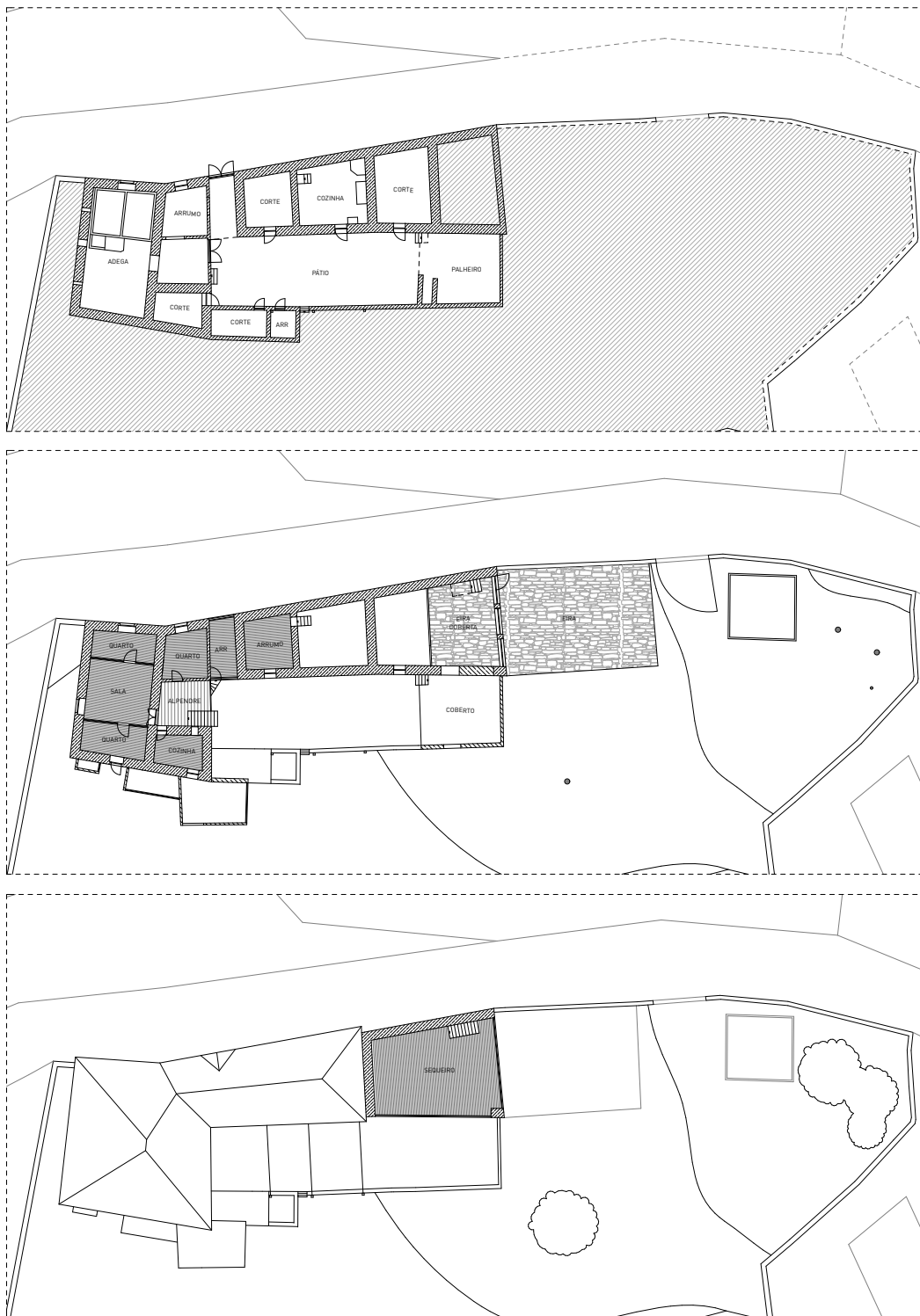


FIG 10 Distribuição do programa pré-existente

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

ENQUADRAMENTO

02

ENQUADRAMENTO

ESTRUTURAS AGRÍCOLAS NO NOROESTE DE PORTUGAL

MUTAÇÕES DO ESPAÇO RURAL

O enquadramento de uma obra surge inevitavelmente como fator essencial a ter em conta, seja qual for a natureza de um projeto: o contexto social, histórico, cultural e económico em que uma obra se insere influenciam todo o processo criativo do ser humano. Em Arquitetura, procede-se habitualmente não só à análise e interpretação do objeto a intervir no seu estado imediato mas também a uma série de características físicas imateriais que deverão ser investigadas, uma vez que darão um contributo imprescindível à compreensão plena desse objeto. Por outro lado, este enquadramento surge com uma expressão muitíssimo mais vincada quando o objeto da nossa intervenção será um edifício pré-existente, neste caso de cariz agrícola, que se caracteriza pela profunda ligação que estabelece (ou estabelecia) com a sua envolvente.

Será, então, dessa necessidade que surge este capítulo de enquadramento da construção pré-existente em estudo numa perspetiva mais abrangente, com o objetivo de compreender as origens deste tipo de construções, a sua história, a sua caracterização compositiva e as relações que se estabelecem entre estas e a paisagem rural da atualidade, bastante diferente da paisagem em que foram construídas.

“É indispensável que na história das nossas casas antigas se determinem as condições que as criaram e desenvolveram, fossem elas condições da Terra, fossem elas condições do Homem, e se estudem os modos como os materiais se empregaram e satisfizeram as necessidades do momento. A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa [...]” (TÁVORA, 1993, p.34)

2.1. ESTRUTURAS AGRÍCOLAS NO NOROESTE DE PORTUGAL

ORIGENS, ROMANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESTRUTURAS AGRÍ

Poder-se-á afirmar que as origens do tecido agrícola no Noroeste do país remontam ao séc. XVIII a.C., ainda que só mais tarde, com o estabelecimento dos povos celtas na província, tenham sido introduzidas as suas práticas de cerealicultura (ARAÚJO, 2007, p.6), fomentando a cultura extensiva nalguns dos vales do Entre-Douro-e-Minho. Os seus núcleos habitacionais, constituídos por uma série de abrigos circulares numa implantação denominada *castro*, implantar-se-iam a meia encosta ou planaltos de baixa altitude, sendo que seria nas suas proximidades que seriam desenvolvidas as práticas agrícolas.

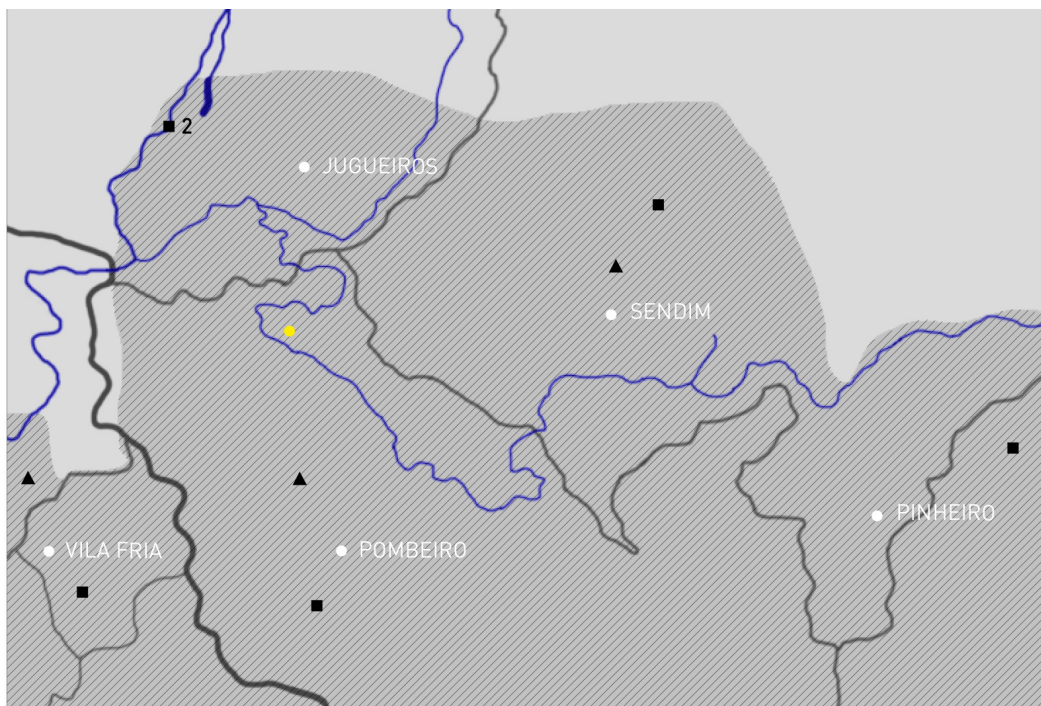
No concelho de Felgueiras são abundantes os vestígios deste período, dos quais fazem parte sete assentamentos castrejos identificados⁸ e a cidade de Refontoura⁹ (GOMES, 1996, p.8), sendo que a esta civilização teria começado a instalar-se na zona por volta do séc. II a.C. De outra forma, o castro de Pombeiro aparece referenciado como possível origem do assentamento de Felgueiras (GOMES, 1996, p.8) e, muito provavelmente, do núcleo de Jagueiros. Todavia, só com a romanização da região e posterior descida aos vales das populações castrejas se poderá apontar o estabelecimento das atividades agrícolas de produção intensiva, que definiram a base do sistema agrícola que prosperou na região até aos meados de séc. XX.

Por sua vez, as *villae romanas* instalar-se-iam habitualmente nas áreas planas dos vales, estabelecendo um complexo que albergaria as habitações do proprietário e dos trabalhadores, as estruturas de apoio às atividades agrícolas, como estábulos e celeiros e por terrenos, tanto cultos como incultos. (PEREIRA, 2011). Envolvidas pelos terrenos em seu redor, a implantação característica das *villas* veio favorecer a dispersão da população pelo território, dando origem à distinta paisagem do noroeste português.

⁸Castros de Sendim, Santo Antão, Pedreira, Lagares, Pombeiro, Macieira e Aião (GOMES, 1996, p.8)

⁹Foram ainda identificados estruturas neolíticas na região, indícios da sua ocupação proto-histórica.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



- castros e núcleos de povoamento ▲ villae romanas ● casa da deveza

FIG 11 Disseminação dos assentamentos castrejos e romanos no vale de Jogueiros.

ENQUADRAMENTO

Por sua vez, o povo romano viria implementar novas técnicas de cultivo e as práticas pecuárias (PEREIRA, 2011), fortalecendo a tríade homem-animal-campo, que acabou por se refletir no modo de construir das habitações: estas passaram a conter todo um novo conjunto de espaços e divisões de apoio às práticas agrícolas, apoiando essa união. Embora não tenham sido ainda encontrados vestígios de romanização na freguesia de Jogueiros, existem vários achados desta natureza nas freguesias adjacentes, dos quais constam a villa romana de Sendim¹⁰, as vias romanas do Pombeiro e do Arco (Vila Fria) e a ponte romana do Arco (Vila Fria).

A conformação das villas romanas assim se manteve até à Idade Média, aquando a Reconquista e subsequente estabelecimento de um novo contexto social e político, com a passagem dos bens imóveis para o património real do estado: estes terão sido então redistribuídos pelo rei, instituições eclesiásticas e outros, sendo que toda esta repartição deu origem ao fracionamento das villas romanas.

Terá sido neste contexto que viria a surgir a *coutada de Jogueiros*¹¹, dependência da instituição monacal de Pombeiro (FERNANDES, 1989, p.67), coutada que conteria dois casais reguengos: um em Gondim e outro em Trazões, sendo que seria neste segundo casal que se viria a implantar o objeto de estudo deste trabalho. Por sua vez, a configuração típica de um casal possuiria, para além da habitação, as dependências agrícolas para abrigo dos animais, armazenamento dos produtos e dos utensílios agrícolas, reproduzindo o esquema programático das *villae* romanas.

¹⁰ Ocupada desde a segunda metade do séc. I ao séc. VI d.C. (PINTO, 2008)

¹¹ A toponímia Jogueiros surge associada a duas teorias revelantes: Há quem afirme que *Jogueiros* deriva de Jugada, termo que qualificava um jugo de bois atrelado na lavra, embora, segundo *Du Cange*, *Jugarius* possa ter sido sinónimo de jurisdição do Juíz ao seu distrito, uma vez que já em 1050 aqui se concentrava o poder local, numa importante assembleia de homens livres [...] (FERNANDES, 1989, p. 67)

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

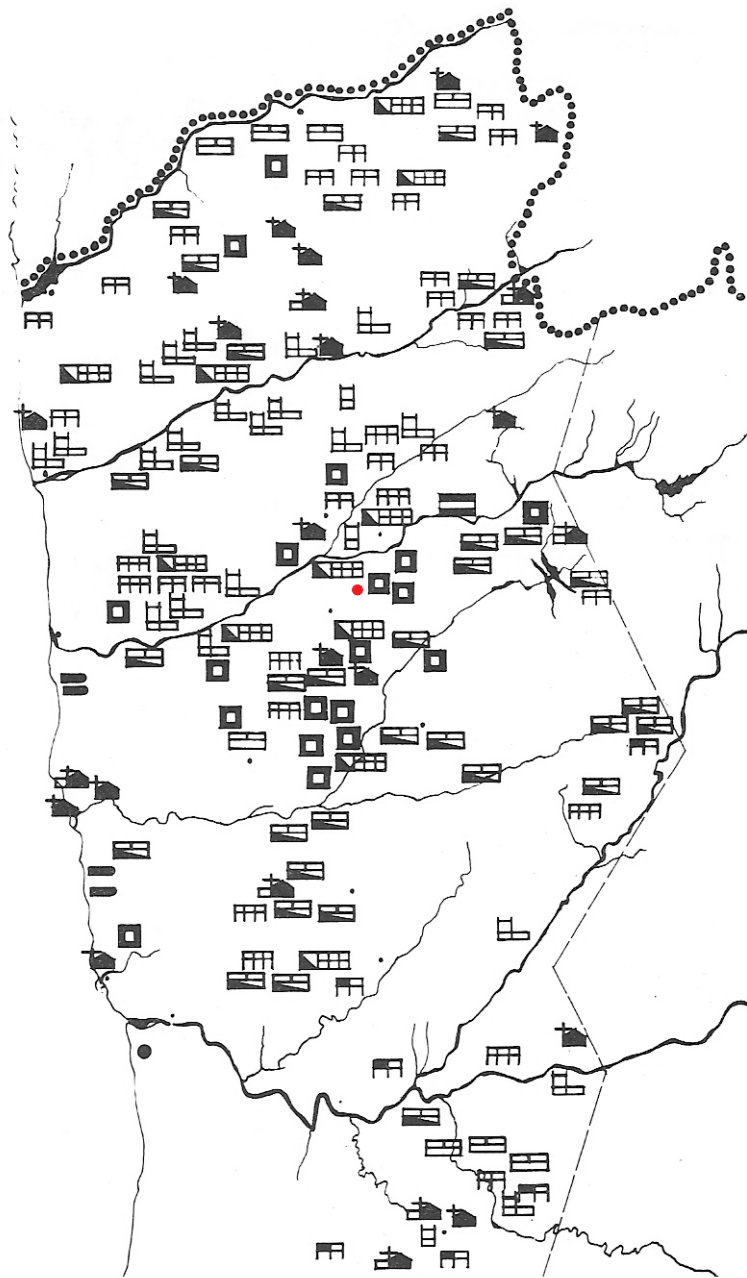


FIG 12 Distribuição de estruturas agrícolas no noroeste peninsular.

- | | | | | | |
|---|--------------------|---|------------------|---|----------------|
| ■ | Complexo agrícola; | ▨ | Casa de lavoura; | ▩ | Casa-sequeiro; |
| ▧ | Sequeiro; | ▦ | Espigueiro. | ● | Felgueiras |

ENQUADRAMENTO

No que diz respeito aos produtos mais cultivados, o linho seria a que teria maior expressão: apesar de já extinta, esta prática constituiu um dos principais fatores para o desenvolvimento da freguesia até ao séc XIX, tornando-a mesmo uma das mais produtivas do concelho (GOMES, 1996, p.115). A par do cultivo do linho, também o mel, o centeio o feijão, a cebola e a fruta variada, e principalmente o vinho verde colaboraram para a prosperidade do lugar (FREITAS, 1985, p.20).

Mais tarde, com a chegada de novos cereais e tubérculos (milho graúdo e batata) pelo evento dos Descobrimientos (séc. XVI), viriam a ser introduzidas novas técnicas de cultivo as quais, a par do acentuado crescimento populacional, fomentaram grandes transformações nas paisagens e nas estruturas agrícolas tradicionais: a proliferação das casas de lavoura pelo território noroestino consistiu numa das grandes alterações, ao mesmo tempo que surgira a necessidade de construção de novos espaços de armazenagem de produtos agrícolas, como sequeiros, palheiros, espigueiros ou eiras (MESQUITA, 2013). Estes espaços seriam construídos nas proximidades ou mesmo associados à casa de lavoura principal, formando os denominados complexos agrícolas onde habitação e dependências agrícolas, vida e trabalho, homem e animal viriam a consolidar a sua relação de inter-dependência.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 13 Implantação da Casa da Deveza (1958)

A CASA DE LAVOURA: ANÁLISE COMPOSITIVA

Amplamente estudada, a caracterização compositiva da casa de lavoura do noroeste português constitui um ponto incontornável nesta Dissertação. Assim sendo, a partir de uma análise geral destas características será estabelecido um paralelo com a Casa da Deveza, expondo semelhanças e dissonâncias e procurando interpretar cada um destes elementos.

IMPLANTAÇÃO

De caráter essencial ao bom funcionamento das estruturas agrícolas encontra-se, como primeiro ponto, a implantação do conjunto: não só da construção em si mas, antes de mais, do aglomerado populacional em que se insere.

Consequência da evolução histórica atrás referida, e apesar do aumento populacional da região, a panorâmica territorial do noroeste português caracterizar-se-ia pelo denominado *povoamento disseminado*, apresentando uma ocupação dispersa mas contínua, intercalando edificações isoladas ou pequenos aglomerados com os vários terrenos da lavoura:

“Livres das sujeições habituais dos povoados, procuram a implantação ideal que a experiência e o gosto do rústico mestre pedreiro, concertado com o lavrador, aconselham como mais favorável. Protegem-se das chuvas do Sudoeste e oferecem ao Sol as faces mais vivas e abertas, deixando para o caminho público a ilharga do coberto, ou a fachada da casa devastada pelas intempéries, onde se destacam as minúsculas janelas dos quartos e o largo portão de acesso ao quinteiro.” (SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, 1961, p. 38).

Por outro lado, a própria implantação do complexo no território levantaria algumas questões de decisão, já que seria habitual que as famílias possuíssem vários terrenos dispersos pelo território. A decisão seria tomada mediante vários fatores, por sua vez já apontados por Vitruvius no tratado “De Architectura”: procura-se-iam áreas bem ventiladas, sendo a qualidade do ar um fator indispensável à boa criação de gado e das culturas e favorecendo a higienização e salubridade dos locais; soalheiras, de modo a tirar o máximo partido da vitalidade oferecida por esta exposição ainda que nunca desprotegidas, fugindo aos cumes

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

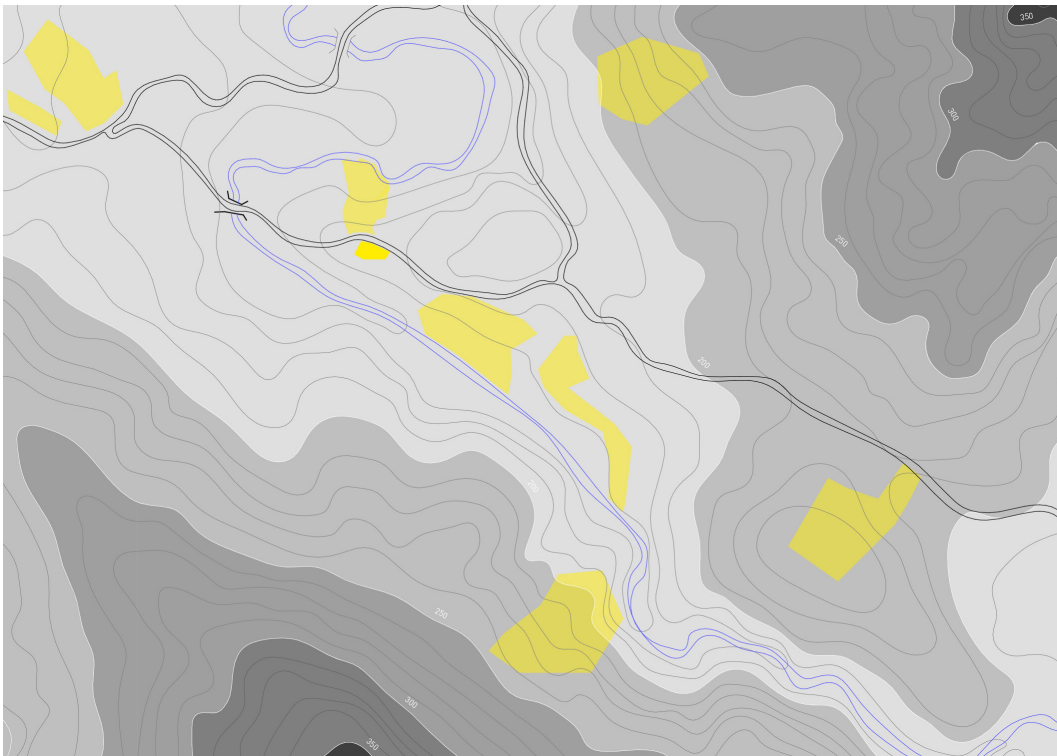


FIG 14 Distribuição dos terrenos pertencentes à família nos finais de séc. XX

ENQUADRAMENTO

dos montes pela aridez do seu ambiente. Também a qualidade dos solos seria um fator preponderante, evitando solos arenosos e procurando aqueles que se mostrariam mais férteis e compatíveis com a plantação das diferentes culturas e aqueles menos ricos, de rocha mais dura e pouco produtivos para a implantação da construção; por fim, e sempre que possível, relativamente próximas a pequenos ribeiros ou fontes de água ainda que evitando as zonas de cheias, de modo a servir dos mais variados modos o complexo.

Outrora parte de um vasto conjunto de terrenos agrícolas, o objeto de estudo implanta-se num ponto central entre as várias zonas de cultivo, prática generalizada já que, por motivos óbvios, esta representaria uma enorme vantagem funcional. Sob outra perspetiva, o seu posicionamento numa espécie de plataforma natural favoreceria a construção da estrutura de modo mais simples, funcional e vantajosa; também as vistas desimpedidas nas várias direções permitiriam o controlo visual sobre os vários terrenos agrícolas. Além disso, será essencial referir a proximidade deste terreno ao rio Bugio, tanto pela fachada norte como pelo lado sul.¹²

Com uma área de implantação definida, seria então necessário posicionar a construção no terreno. A proximidade à estrada seria a posição desejável, de modo a facilitar a circulação entre os vários campos de cultivo ainda que, neste caso, seja difícil definir se a construção se implantou nas margens do caminho ou se foi o próprio caminho que sofreu uma inflexão, de modo a melhor servir a propriedade.¹³

De qualquer modo, ambos os volumes da Casa da Deveza se implantam ao longo desse percurso. Por sua vez, a orientação dos volumes aparece definida não pelo seu posicionamento ao longo do caminho mas pelo eixo Nascente-Poente, virando as fachadas mais encerradas aos ventos de Norte e Poente, dominantes na zona em questão e abrindo o quinteiro e os maiores vãos a Sul.

¹² Para além de servir a necessidade de nutrir pessoas, animais e terrenos de cultivo, acrescenta-se a utilização da água enquanto meio de propulsão mecânico utilizado nas noras e moinhos, também bastante comuns e de grande importância para as povoações.

¹³ De qualquer modo, o topónimo DEVEZA que dá nome à propriedade poderá indicar a pré-existência desse caminho. Por outro lado, a excelente orientação do complexo poderá, por sua vez, indicar a influência da sua construção no percurso existente. Note-se que, por falta de registos da época, esta teoria surge apenas como uma hipótese.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

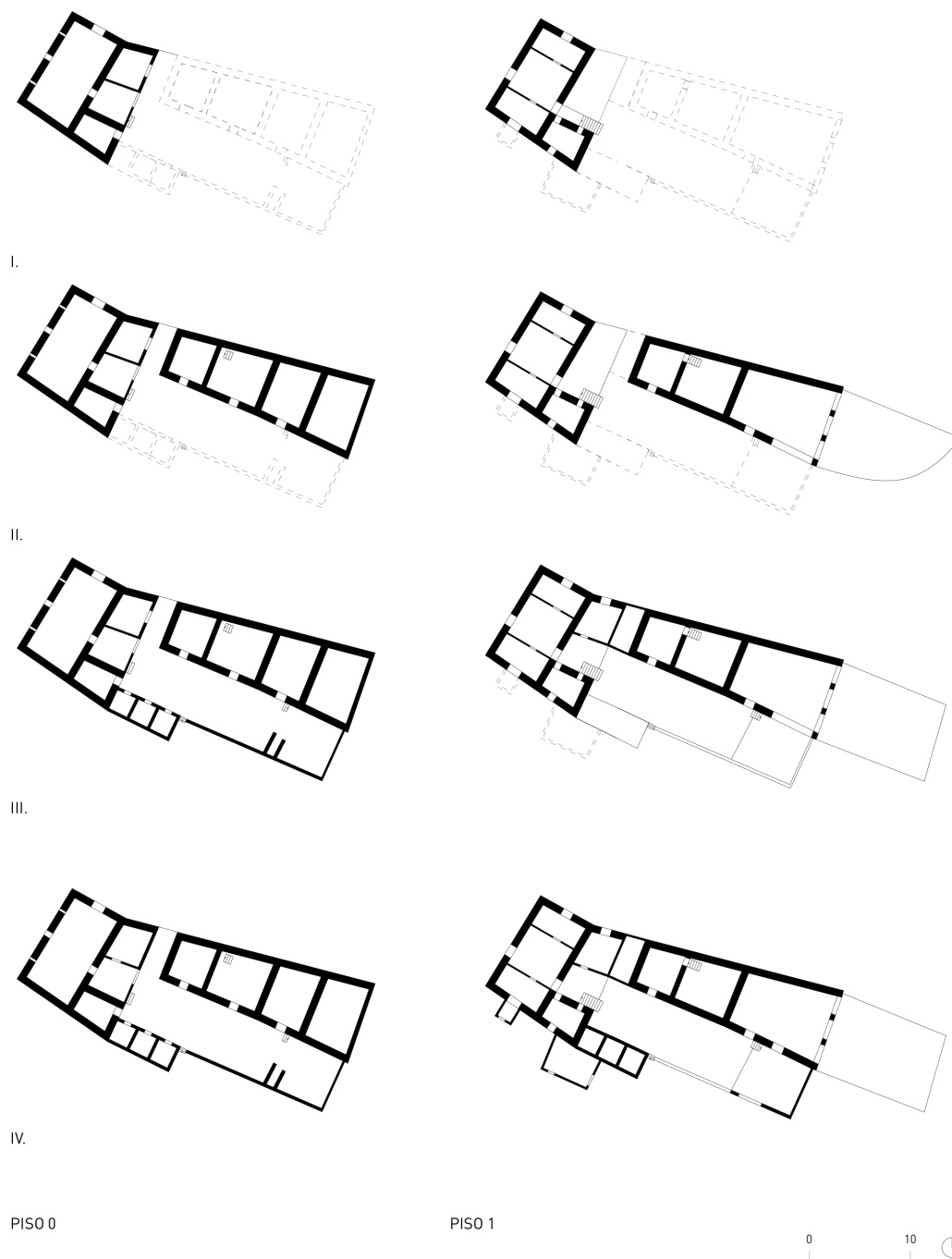


FIG 15 Possível evolução morfológica do complexo agrícola
I. (data desconhecida); II. (data desconhecida); III. 1847; IV. 1998.

ENQUADRAMENTO

Julga-se também importante realçar a dupla vantagem encontrada ao voltar a fachada mais encerrada a Norte: além de funcionar como barreira de proteção contra as condições climatéricas, as suas poucas janelas permitiriam, tal como permitem hoje, usufruir de privacidade em relação ao caminho - agora estrada, certamente muito mais frequentada. Seguindo a mesma lógica, o terreno adjacente ao complexo permaneceria também voltado a Sul, evitando ser prejudicado de algum modo pelo sombreamento da construção.

VOLUMETRIA

“Em termos muito gerais, pode dizer-se que a casa de térreo e andar é a casa do Norte. De facto, aí, a casa popular mostra esses dois pisos, com nítida distinção funcional entre si: o térreo para recolha de gados, alfaias e produtos da lavoura, e o andar sobradado para a habitação das pessoas - na característica de casa-bloco, que se ajusta convenientemente às necessidades do tipo económico-social que domina esta região - o pequeno ou médio proprietário rural que trabalha a terra com a ajuda da sua gente e que possui, em escala reduzida, gados e alfaias agrícolas [...]” (OLIVEIRA; GALHANO, 2003, p.21)

Em primeiro lugar, poder-se-á notar a elementaridade da sua morfologia, já que a planta retangular, as formas simples e a sobreposição de andares contribuiriam, entre as diversas questões funcionais, para a economia de meios necessária: a construção de um volume em detrimento de dois ou mais evitaria a multiplicação de fundações e de coberturas, já para não referir a importantíssima redução do espaço construído que não poderia ser cultivado, num ambiente onde a extensão das propriedades se tornara cada vez mais reduzida.

De forma complementar às casas de lavoura viriam a surgir, em grande número, os chamados *complexos agrícolas*, alguns idealizados de raiz, outros fruto da evolução das necessidades espaciais da casa-bloco atrás referida. Novas dependências como cortes, sequeiros, espigueiros ou telheiros não previstas na construção original vêm mais tarde completar a volumetria pré-existente (OLIVEIRA; GALHANO, 2013). É possível que a Casa da Deveza consista num exemplo desta evolução, tal como sugerido pela sua volumetria e distribuição particulares.¹⁴

¹⁴ Por outro lado, segundo SAMPAIO (1923 apud FARIA, 1998), esse aparente faseamento é apenas mais uma das características deste tipo de arquitectura tradicional, pelo que se guardam algumas reservas quanto a esta hipótese. Ainda assim, foi elaborado um esquema da possível evolução do edificado, sobretudo com base em diferenças materiais e sobreposições programáticas.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

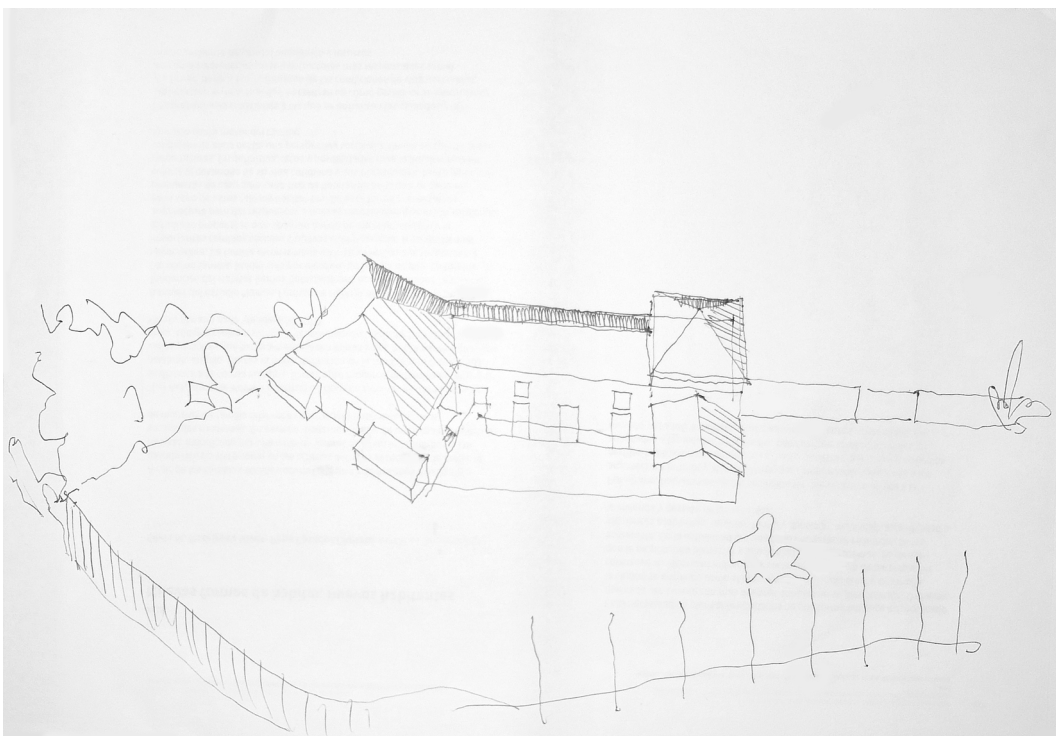


FIG 16 Volumetria da pré-existência.

ENQUADRAMENTO

Estes complexos desenvolver-se-iam em torno de um pátio ou quinteiro, espaço amplo e aberto, característico da região e também ele polifuncional: o recinto seria utilizado para atividades de apoio à prática agrícola; seria ainda a partir deste espaço que se faria o acesso à parte habitacional da casa, uma vez que geralmente estas não se abriam diretamente para o domínio público (OLIVEIRA; GALHANO, 2013). Deste modo, as várias dependências e acrescentos iriam sendo construídos em volta desse pátio, aproximando-os o mais possível do núcleo do complexo, com o objetivo de o tornar num espaço cada vez mais fechado e controlado. Este tipo de complexos poderia ainda incluir volumes com alguma expressão volumétrica, como sequeiros ou casas da eira: elementos de grande importância na região (MESQUITA, 2013), já que serviriam à secagem e armazenagem dos vários produtos agrícolas.

Surge ainda como importante realçar a presença quase universal da varanda ou alpendre, (evolução do patamar de entrada) de onde partiria a escada de ligação entre o piso térreo e o sobradado. (OLIVEIRA; GALHANO, 2013)

Por sua vez, a construção em estudo apresenta uma volumetria compacta, de grande simplicidade geométrica; a articulação dos seus volumes, bastante elementar, contribui para a ideia modesta e despojada da composição.

Tal como referido anteriormente, o edifício é composto por dois blocos principais, que se dispõem ao longo do limite Norte da propriedade: o complexo é constituído por um corpo quase cúbico, a Poente (volume A) e por um volume alongado, a Nascente (volume B), sendo que o volume A corresponde à antiga habitação dos caseiros e o volume B contém as estruturas de apoio às práticas agrícolas. Ambos os volumes são compostos por dois pisos: apresentando-se separados ao nível térreo, porém unindo-se no primeiro piso, num pequeno compartimento sobre a porta carral.

Os dois corpos dispõem-se em torno do tradicional pátio, de proporções retangulares e coberto por uma fresca ramada, que surge como espaço de conexão entre ambos, relacionando-os exclusivamente por esse espaço exterior. O alpendre, situado no extremo Poente do pátio, confere acesso ao piso sobradado e conforma um pequeno espaço de estar, com vista sobre o espaço aberto do pátio. Este espaço coberto apresenta-se ao centro da fachada, delimitado por um cubículo tanto a Norte quanto a Sul.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

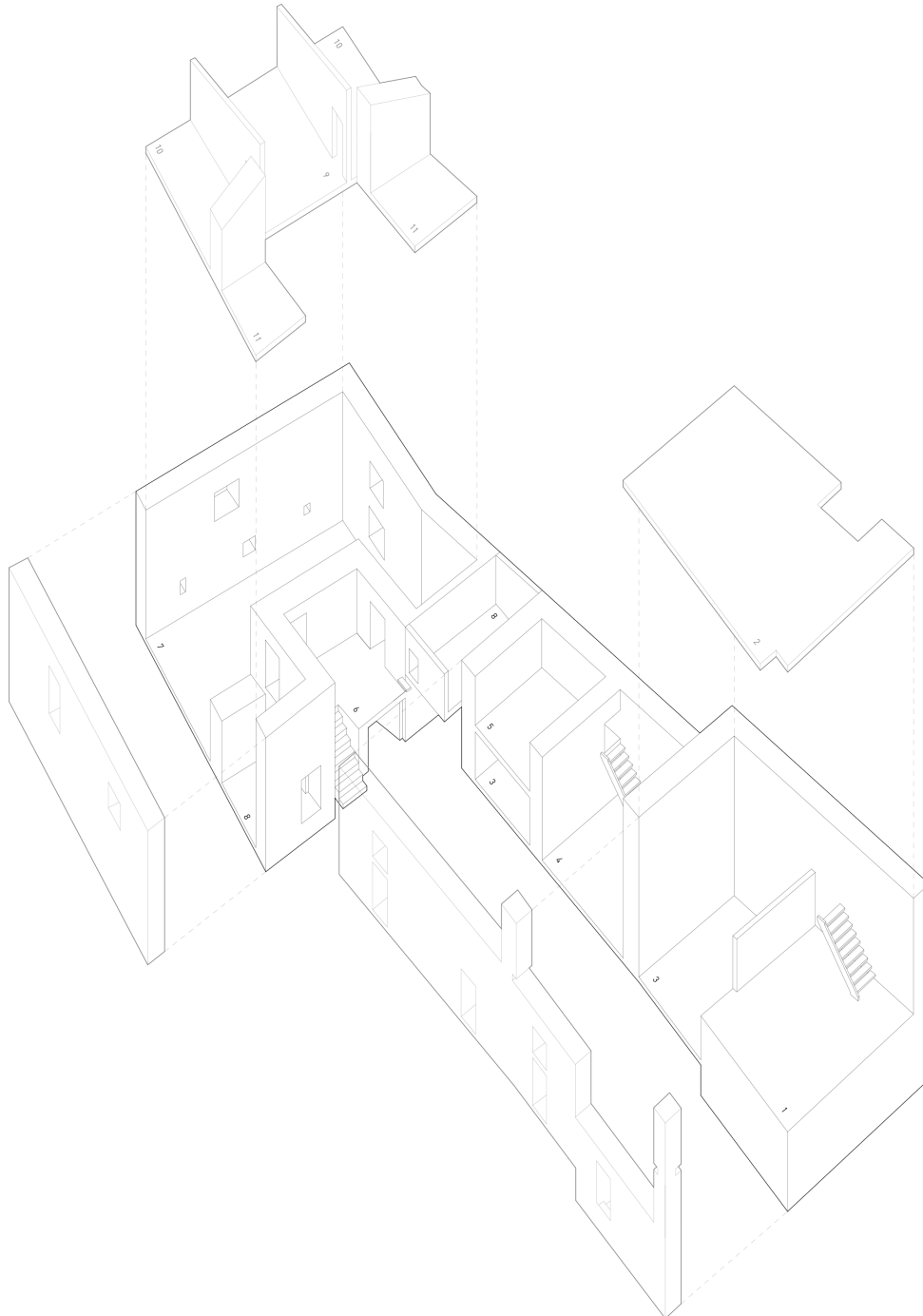


FIG 17 Axonometria da pré-existência.

1: eira coberta; 2: sequeiro; 3: corte; 4: cozinha; 5: arrumo; 6: alpendre; 7: adega; 8: corte;
9: sala; 10: quarto; 11: cubículo.

ENQUADRAMENTO

DISTRIBUIÇÃO

Embora se torne paradoxal isolar *volumetria* de *distribuição*, procurou-se introduzir nos parágrafos seguintes algumas informações complementares ao tópico anterior.

Tal como atrás citado, a distribuição típica e presente na grande maioria dos casos seria a edificação de um volume de dois pisos, contendo o primeiro andar os aposentos da família que trabalhava a terra, sobre um piso de apoio às práticas agrícolas, por diversos motivos de teor extraordinariamente pragmáticos. A óbvia funcionalidade da utilização do piso térreo enquanto lugar de recolha dos animais, que providenciariam aquecimento ao piso da habitação ou a sua utilização como espaço de adega, caso este se encontra-se parcialmente enterrado; a utilização do piso elevado para habitação da família, conferindo privacidade, a evitando a humidade dos solos, entre outros.

Assim, no piso superior encontrar-se-ia, na generalidade, a sala e duas alcovas/quartos adjacentes e, em alguns casos a cozinha¹⁵, sendo que toda a distribuição seria feita através da varanda ou alpendre. A dicotomia sala-cozinha surge com um carácter oposto àquela que se conhece hoje, pelo que será digna de nota: a sala, espaço por excelência de natureza cerimonial, seria a divisão mais cuidada da casa, ainda que a sua utilização fosse esporádica; por sua vez, a cozinha, espaço de uso quotidiano, seria um espaço de aspeto rude, habitualmente enegrecido pelo fumo e equipada com mobiliário escasso e tosco (PEREIRA, 2011). No entanto, este seria o principal espaço de convívio da família, sendo que esta seria habitualmente a maior divisão da casa. A varanda ou alpendre surgiria como local de repouso da família e, na falta de sequeiro ou eira, seria mesmo neste espaço que se procederia à secagem dos produtos agrícolas. (OLIVEIRA; GALHANO, 2013)

Tal como exposto anteriormente, o complexo da Casa da Deveza é conformado por dois volumes principais conectados por um quinteiro retangular. No volume A encontram-se os antigos aposentos dos caseiros, com a sala ao centro e dois quartos adjacentes apenas acessíveis pela sala, um orientado a Norte e outro a Sul; um alpendre que, com a sua escada de pedra de ligação ao piso térreo, distribui para a zona da sala e para os dois cubículos

¹⁵ Já que se encontram também alguns casos em que a cozinha encontra no piso térreo, tal como no objeto de estudo aqui apresentado.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

situados nas extremidades deste pequeno espaço aberto, também orientados um a Norte e outro a Sul, os quais terão passado a ser utilizados como pequena cozinha e segundo quarto. Quanto ao piso térreo, uma adega de vinho ocupa todo o espaço sob a zona da sala e dos quartos; sob os dois cubículos, uma pequena corte e um espaço de arrumos. Não foi identificado qualquer espaço de banhos ou latrina, ainda que possivelmente pudesse ter existido no cubículo a Norte do piso superior.

Por sua vez, o volume B é ocupado quase exclusivamente por espaços de apoio às atividades agrícolas: no piso térreo, duas cortes para o abrigo de animais, bastante maiores que aquela encontrada no volume da habitação, um palheiro e pequena pocilga, todos eles com acesso exclusivo pelo grande pátio; a meio do volume encontra-se ainda a cozinha original do complexo, também com ingresso por esse espaço exterior. No piso superior encontram-se um sequeiro de pois pisos com eira adjacente e alguns espaços de armazenagem sobre as cortes; recentemente foi acrescentado um coberto a sul do sequeiro, que seria utilizado como coberto do palheiro e espaço de arrumação. No que diz respeito ao terreno da propriedade, todo o restante espaço seria dedicado ao cultivo de cereais, hortaliças e árvores de fruto.

ESCALA E PROPORÇÃO

No que diz respeito a questões de escala e proporção, é possível constatar a mesma estratégia de economia, funcionalidade e pragmatismo já apontada, reforçando a sua coerência compositiva. Ambas refletem a necessidade de edificar estruturas sólidas, de baixa manutenção, fazendo uso de quantidades reduzidas de material e aplicando-o de acordo as vantagens construtivas e técnicas do mesmo. Exemplo disso serão as proporções achatadas características destas construções (SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, 1961, p. 160), que confeririam às construções uma horizontalidade bastance vincada: com o objetivo de despender a menor quantidade de pedra e outros materiais, conjugadas com a dificuldade de erguer as grossas paredes a grandes alturas, os pés direitos são apenas altos o suficiente para se tornarem habitáveis.

ENQUADRAMENTO

Consequentemente, e sendo que o mobiliário da família seria geralmente escasso, os espaços interiores como quartos e alcovas, seriam geralmente de pequenas dimensões. De outra forma, tanto a cozinha como a sala apresentam dimensões mais generosas, dada a importância simbólica e funcional destes espaços. No que diz respeito às dependências agrícolas como cortes, adega, telheiros ou arrumos para alfaias, também eles seguem o mesmo esquema: grandes o suficiente para albergar certa quantidade de animais ou de utensílios ou como espaço para preparação dos produtos, dependendo das necessidades e das capacidades económicas da família.

Por sua vez, toda a importância dada aos bens provenientes das atividades agrícolas refletir-se-ia na abundância de espaços de armazenagem destinada a estes produtos, nos quais se inserem os tradicionais sequeiros, espigueiros e palheiros que obedeceriam a uma escala maior em relação àquela patente nos volumes da habitação. Por outro lado, seria possível encontrar-se um pouco por todo o complexo pequenos espaços que, mesmo sem escala antropomórfica, serviriam como espaços de armazenagem, especialmente para leguminosas ou tubérculos.

No caso do objeto de estudo, os dois corpos apresentam proporções distintas nas suas áreas interiores: no volume A (habitação dos caseiros), os compartimentos apresentam plantas retangulares, enquanto que, no volume B (dependências agrícolas) as superfícies dos vários espaços tendem a ser mais quadrangulares, particularmente nos compartimentos das cortes. Os pés-direitos de 2,10m, tanto no volume A como no B, confirmam as informações apontadas acima; ainda assim, a cozinha original do complexo apresenta um pé-direito bastante mais alto (cerca de 4m), provavelmente para dissipar de forma mais eficaz o fumo intenso, uma vez que não se verifica a utilização de chaminé.

Por outro lado, o grande sequeiro sobressai pelas suas proporções atrevidas, adjacente à eira lajeada em granito: a sua construção surge em posição de destaque, procurando usufruir ao máximo dos ventos da região. De outro modo, as proporções do pátio são o reflexo das dimensões das fachadas que o limitam, definindo-o como espaço relativamente estreito mas longo.

TEXTURA

“A arquitectura popular é produto das relações do Homem com o meio natural em que vive - a natureza do solo e o clima nas suas variáveis fundamentais - traduzindo este meio natural tanto pela utilização dos materiais locais na construção como pela adoção de soluções formais e construtivas ajustadas a essas mesmas condições. [...] A utilização de materiais locais reduz o custo da sua utilização, traduz-se numa maior integração cromática e textural na natureza envolvente e assegura melhor desempenho do ponto de vista ambiental.” (TEIXEIRA, 2013, p. 39)

Tal como acima descrito, a textura das estruturas tradicionais do noroeste de Portugal obedece aos mesmos critérios de sobriedade e funcionalidade característicos das arquiteturas populares: a utilização de materiais locais cinge-se áqueles que, pela eficácia comprovada ao longo dos séculos, revelam a solidez e funcionalidade necessárias neste tipo de estruturas. Assim sendo, no noroeste do país as construções são maioritariamente construídas em granito e/ou xisto, com os pisos sobradados a madeira de castanho e coberturas de telha de meia-cana. As paredes exteriores poderiam ser erguidas nos sistemas de juntouro ou de perpianho, cuja utilização varia conforme a abundância do material ou as economias da família; estas apresentar-se-iam ora emassadas e pintadas nas faces exteriores ou mesmo sem qualquer revestimento (OLIVEIRA; GALHANO, 2013). Contudo o granito, por mais sólido e menos quebradiço que o xisto, seria sempre que possível utilizado nos pontos de maior tensão estrutural, como nas fundações, cunhais, padieiras, pilares ou lintéis e escadas.

Já as paredes interiores seriam habitualmente construídas em tabique, pintado ou não, assente nas tábuas de soalho dos pisos superiores. Por outro lado, os pisos térreos apresentariam lajeado granítico em casos particulares, como cozinhas, ainda que na maior parte das vezes o pavimento seria deixado em terra batida, à semelhança do quinteiro.

A madeira teria também bastante presença nestas construções, não só nos pisos sobradados mas também como guarda dos espaços de varanda e alpendre, nas empanadas móveis dos sequeiros, no ripado dos espigueiros e em todas as construções que, pelo seu carácter provisório, não justificassem a utilização da pedra.

ENQUADRAMENTO

No caso do objeto de estudo, a construção apresenta paredes exteriores de juntouro, revestidas a argamassa de barro e palha, de função impermeabilizante e isoladora e pintada a ocre, à exceção do tradicional lambril cinzento. Tal como acima referido, a estrutura apresenta grandes peças graníticas nas suas fundações, nos cunhais, nas padieiras e nos lintéis do sequeiro, tal como nas várias escadas e no lageado da eira.

Da mesma forma, no piso sobradado encontram-se paredes divisórias em tabique, nalguns casos pintado e cobertura de quatro águas, em estrutura de madeira e revestida a telha de meia-cana.

Todos os compartimentos do andar térreo apresentam o pavimento em terra batida, à exceção da adega e do pátio, recentemente cimentados e do piso térreo do sequeiro que, como continuação da eira adjacente, se encontra pavimentado a lajeado de granito. Por outro lado o alpendre, para além de apresentar uma característica guarda em madeira, contém ainda uma pequena e tosca escada, também em madeira, de acesso ao compartimento sobradado sobre a entrada carral, aspeto bastante particular desta composição.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

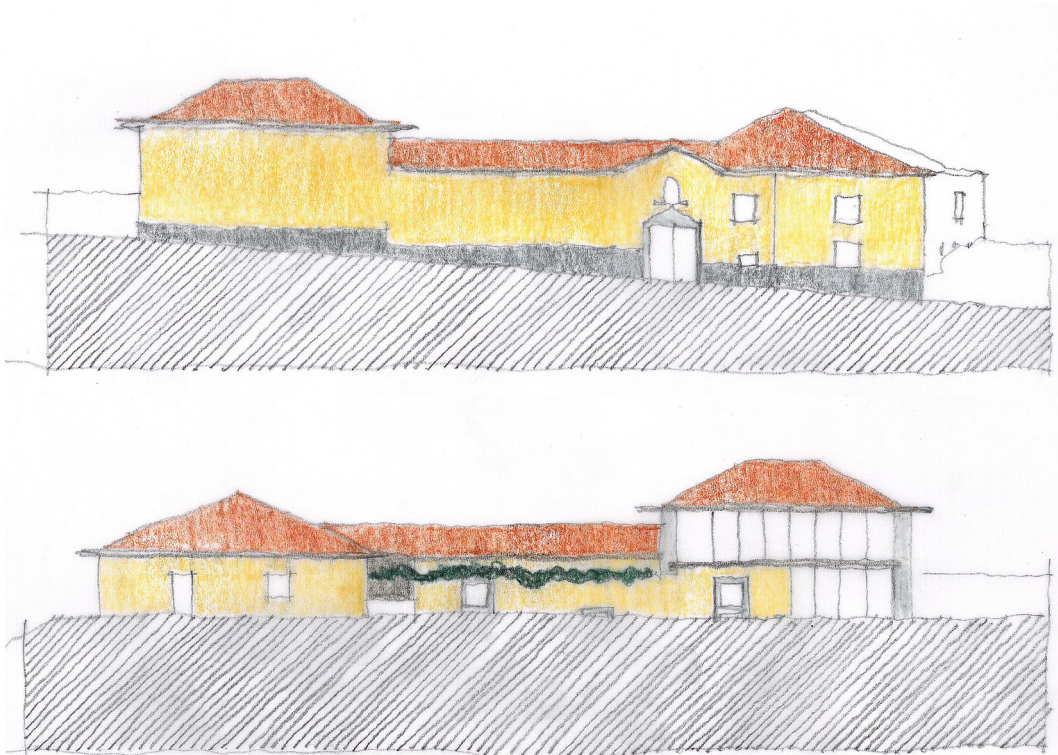


FIG 18 Esboço dos alçados pré-existentis da Casa da Deveza

ALGUMAS TIPOLOGIAS DO NOROESTE DE PORTUGAL

“É uma arquitectura de senso comum, em que prevalece a austeridade, a harmonia e a adaptação ao meio. Esse senso comum, e a tradição em que está enraizada, levam à adoção de soluções tipo que no entanto nunca se repetem, antes respondem em casa caso a situações e necessidades concretas, criando-se um diálogo entre unidade e diversidade extremamente rico”. (TEIXEIRA, 2013, p.39)

Tal como acima descrito, a presença dos mesmos critérios de intervenção nas estruturas agrícolas noroestinas jamais se opôs à flexibilização dos seus aspectos formais ainda que, por factores regionais ou circunstanciais, seja possível identificar semelhanças e, desta forma, apontar algumas tipologias dentro deste grande grupo. Assim, apresentam-se neste trabalho de forma sucinta três tipologias que, pela sua proximidade geográfica¹⁶, poderão ser relevantes para a compreensão do objeto de estudo.

De um modo geral, as características comuns às três tipologias apresentadas são várias: implantação à margem de um caminho público; presença sistemática de um pátio encerrado ou semi-encerrado, de onde se acede aos vários compartimentos e a conformação deste espaço aberto pelos volumes da habitação e dependências agrícolas, geralmente em forma de “U”; por último, a presença de uma escadaria exterior, em pedra de granito ou xisto, que daria acesso a uma varanda ou alpendre. Contudo, surgem entre elas algumas particularidades que valem a pena realçar.

AS CASAS DA MAIA (tipo A e B)¹⁷

De um modo geral, as casas da Maia de tipo B tratam-se de estruturas de rés-do-chão e andar onde é possível identificar dois volumes implantados em forma de L: um corpo principal, contendo os aposentos dos seus habitantes no piso sobradado e, ao rés-do-chão, uma possível loja; deste corpo estende-se um menor, apenas de piso térreo, onde se

¹⁶ Convém referir a antiga abrangência das Terras da Maia “que se estendia, nos meados do século XIII, desde a cidade do Porto, outrora limitada a breve espaço, até à margem esquerda do rio Ave” (OLIVEIRA; GALHANO, 2013, p.49), sendo que a Nordeste faria fronteira com as Terras de Aguiar de Sousa.

¹⁷ Conforme tipologias identificadas por OLIVEIRA e GALHANO (2013, pp. 63-105)

CASA DA DEVEZA

RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

implanta a cozinha; a forma de L surge pela acopulação de uma segunda loja (rés-do-chão) e quarto (andar) perpendicularmente à fachada externa do corpo principal; a este novo braço poder-se-iam acrescentar outros compartimentos, principalmente espaços de apoio às actividades agrícolas; da mesma forma, o corpo do sequeiro/casa da eira surge anexado ao volume principal. A ligação entre pisos seria feita por uma escada granítica exterior, paralela à fachada do corpo principal, que no andar termina num varanda-corredor ou alpendre, tal como na Casa da Deveza. Da mesma forma, esta implantação em L reclama um espaço privado e aberto, de mediação entre o exterior e o interior da propriedade que passará a conter o já referido pátio, e seria mesmo deste espaço que se faria o acesso à escadaria de pedra e à cozinha do complexo; ainda digno de nota será a ausência de chaminé na cozinha, elemento também ausente na Casa da Deveza.

Deste modo, é possível concluir que, volumetricamente, este será o tipo mais próximo do objeto de estudo. Ainda assim, em termos de distribuição interior, poder-se-á afirmar que o objeto de estudo se encontra mais próximo da tipologia A: a construção térrea apresenta a distribuição simétrica patente no volume A da Casa da Deveza, embora com algumas dissemelhanças.

AS CASAS DE PAREDES

Embora não tão próxima do objeto de estudo em termos morfológicos quanto a das casas da Maia, na tipologia das Casas de Paredes estão patentes alguns elementos que também se encontram no complexo da Casa da Deveza, pelo que será relevante fazer-lhe uma pequena referência.

Esta segunda tipologia aproxima-se particularmente do objeto de estudo pelos materiais e processos de construção que, ainda que não seja uma característica exclusiva da tipologia, são passíveis de ser comparadas à construção em estudo: a composição das paredes em pedra de xisto (lascas), ao contrário da técnica de granito aparelhado das Casas da Maia, será a principal semelhança, ainda que guarnições de portas e janelas e escadaria do objeto de estudo sejam talhadas neste material.

ENQUADRAMENTO

AS CASAS DO VALE DO LEÇA TIRSENSE

Por último, apresenta-se uma terceira possível influência tipológica, cuja definição se deve à prova final intitulada “As Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense - contributo para a definição de uma tipologia e a reabilitação da Quinta de Merouços”, apresentada por Liliana Maciel (2008). Nesta tipologia, será digno de nota a conformação da entrada para o complexo, que se faz por uma passagem sob um dos compartimentos da habitação, criando um espaço de mediação coberto entre espaço público e privado, tal como acontece no objeto de estudo.

Por outro lado, a presença de um segundo portal rasgado no muro que delimita a propriedade surge também como possível semelhança, já que este caracteristicamente se posiciona no tardo do complexo e, no caso da Deveza, o mesmo se situa na fachada principal. Por fim, uma segunda escadaria exterior, geralmente presente nesta tipologia, poderá apontar para mais uma sobreposição com o objeto de estudo.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

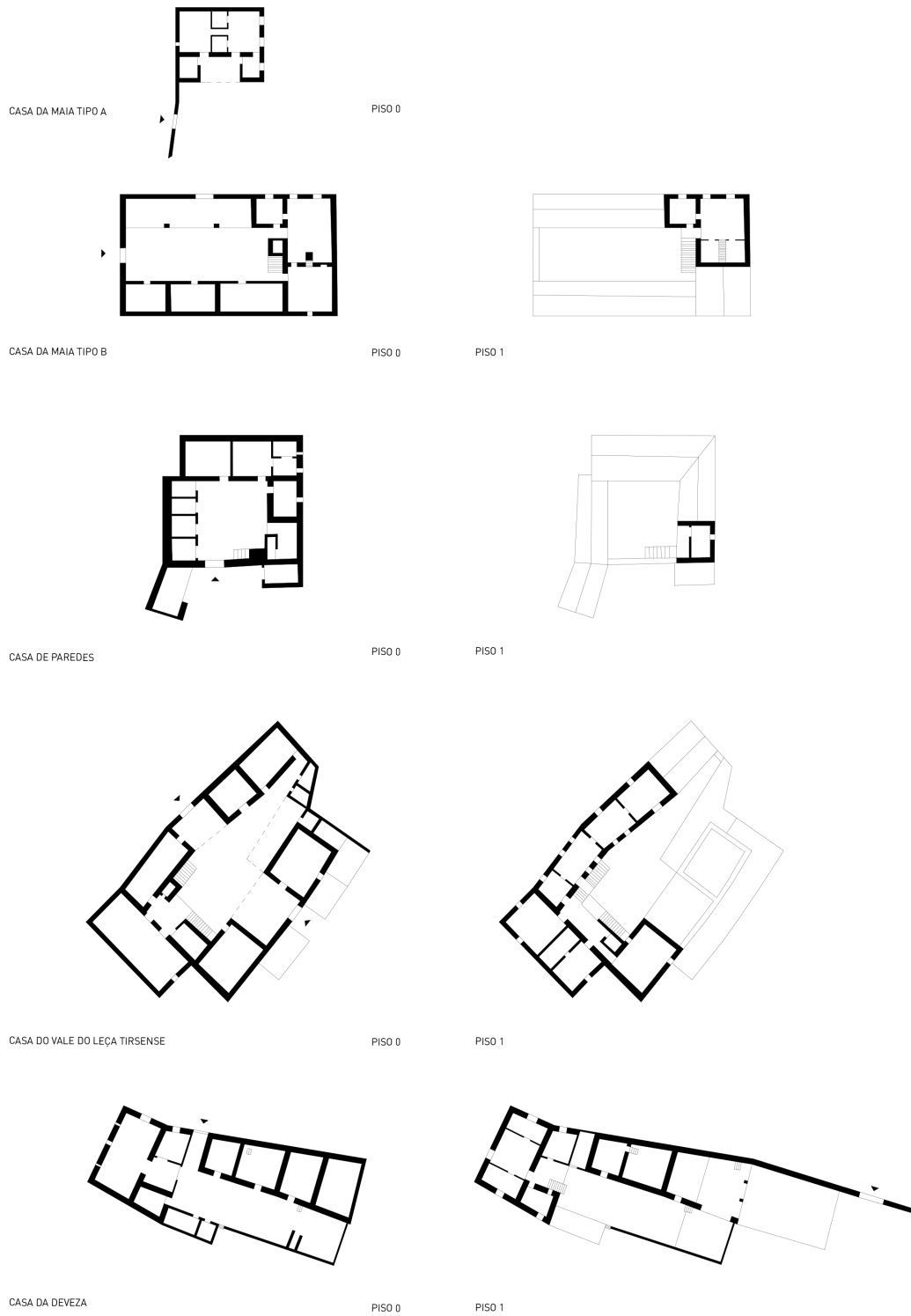


FIG 19 Síntese da comparação entre as várias tipologias.

2.2. MUTAÇÕES DO ESPAÇO RURAL

CLARIFICAÇÃO DE CONCEITOS

As estruturas agrícolas tradicionais do noroeste de Portugal encontram hoje um enquadramento bastante diferente daquele em que foram construídas, já que inúmeros factores contribuíram (e outros contribuirão) para a transformação do seu meio. Contudo, e antes de mais, será importante clarificar alguns dos conceitos que serão utilizados, circunscrevendo o significado que lhes será atribuído neste trabalho. Assim, serão apresentadas as definições dos termos Paisagem, Rural e Vernacular, por serem aqueles que poderão suscitar maiores dúvidas em relação ao seu significado.

PAISAGEM

Tal como caracterizado no tópico anterior, o modo simbiótico de como as estruturas em estudo se integravam na paisagem, hoje bastante alterada, torna a definição deste termo fundamental no estudo aqui apresentado.

“A paisagem é uma criação humana. É-o tanto porque decorre das representações e dos significados atribuídos ao longo dos tempos, como porque constitui um conjunto por vezes diversificado de construções, onde o peso do natural soçobra perante o cultural e o tradicional. Esta paisagem, sendo em essência humanizada incorpora hoje fundadas preocupações com a natureza e encerra uma forte dependência face ao processo de desenvolvimento na medida em que à paisagem, mesmo à mais inóspita, é necessariamente associável a ação humana que, directa ou indirectamente, a influencia. Na actualidade, o natural intocado constitui um “recurso” significativamente escasso, especialmente escasso nas superfícies emersas, e na voracidade da actividade humana, frequentemente pautada por atitudes irresponsáveis e predadoras, esse natural fará particular sentido quando projectado na capacidade de regeneração cíclica da paisagem, entre o espontâneo e o assistido, que parece continuar a ser, dir-se-ia cada vez mais, afinal a componente mais marcante e arrebatadora da natureza.” (MARTINS, 2012, p.12)

RURAL

Por sua vez, a definição de meio rural como um território predominantemente agrícola, habitado por um grupo social com valores próprios e onde a paisagem seria um reflexo do equilíbrio entre características naturais e actividades humanas (DOMINGUES, 2011) mostra-se hoje desactualizada, tal como a ideia de que o espaço rural seria o ambiente de carácter oposto ao urbano, dados os processos de transformação e inter-relação entre os dois conceitos. De outro modo, torna-se ainda necessário compreender que agentes determinam hoje a caracterização destes novos ambientes, uma vez que também as actividades agrícolas, principal agente modelador da paisagem rural de outrora, sofreram elas próprias modificações consideráveis.

“A ruralidade não resulta simplesmente da configuração geográfica do território em montes e vales, mas também das condições socio-económicas da vivência das gentes, que como refere Melo (1991) tem como característica fundamental a existência de uma “paisagem humanizada”. Definir com precisão a dimensão do rural não é tarefa fácil. A actual visão do mundo rural não passa pela dicotomia: agricultura/indústria e rural/urbano, onde o rural era conotado com o agrícola e submetido ao urbano e o urbano conotado com “o desenvolvimento e a mudança”. Dois aspectos parecem evidentes: as áreas rurais apresentam-se mais polivalentes e plurifuncionais, com perda do seu significado económico no sector primário e aumento da terciarização do rural. O mundo rural está a ser “invadido por uma rápida e profunda mutação, tornando-se cada vez mais difícil analisá-lo numa perspectiva que o confronte com o urbano” (JACINTO, 1995, p. 143).

VERNACULAR

De outro modo, também o termo *vernacular* surge de carácter relevante neste estudo, já que servirá para explicitar de que forma as estruturas agrícolas em estudo se enquadram ou não nas transformações do meio em que hoje se inserem.

“Vernacular: [...] adequado ao local e ao contexto; usado pelos habitantes anónimos; sem conhecimento técnico específico; sem formação especializada; artesanal; empírico; intuitivo; familiar; costumeiro; usando materiais naturais; adaptado ao meio geográfico

ENQUADRAMENTO

e/ou especificidades étnicas; [...] não erudito; [...] não monumental (a arquitectura vernacular relaciona-se mais com edifícios e usos domésticos vulgares); [...] sem arquitectos; sem autor; sem pedigree; primitivo; do passado longínquo [...]” (DOMINGUES, 2011, p. 197)

Assim sendo, surge crucial compreender a interdependência entre Paisagem, Rural e Vernacular do passado e de como, na actualidade, esta relação já não se verifica necessariamente.

A DESRURALIZAÇÃO: CONTEXTO SOCIAL, ECONÓMICO E CULTURAL

Embora o fenómeno da desruralização se tenha tornado mais vincado nas últimas décadas, as suas causas verificam-se já desde o final do séc. XIX, pelo que apenas se vieram a acentuar com a passagem dos tempos: o abandono da agricultura camponesa enquanto única fonte de rendimento, progressivamente ultrapassada; o êxodo rural, na procura de melhores condições de vida e de maiores rendimentos nos meios urbanos e a emigração, primeiro para o Brasil, depois para a Europa do Norte. Por outro lado, a incapacidade de implantar medidas nacionais de incentivo por parte dos sucessivos governos e a inexistência de políticas de protecção à agricultura viriam a agravar consideravelmente a situação (MARQUES, 2000).

Esta situação surgira, desde cedo, com grande expressão no Noroeste Português, também ela devido a vários factores: o valor excedente de mão-de-obra da região, com a consequente diminuição do valor salarial e a excentricidade do território que, pela extrema fragmentação do tecido agrícola tornaria difícil ao lavrador tirar lucro da terra, viriam a ser os factores que mais influenciaram a progressiva desruralização da região. Numa tentativa de compensar essa questão, o Estado viria a partir dos fins de século XIX a promover a industrialização da região, atraindo o camponês desempregado para o proletariado, transferindo a dominância do sector agrícola para o sector industrial, cujos reflexos são bem conhecidos na região.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

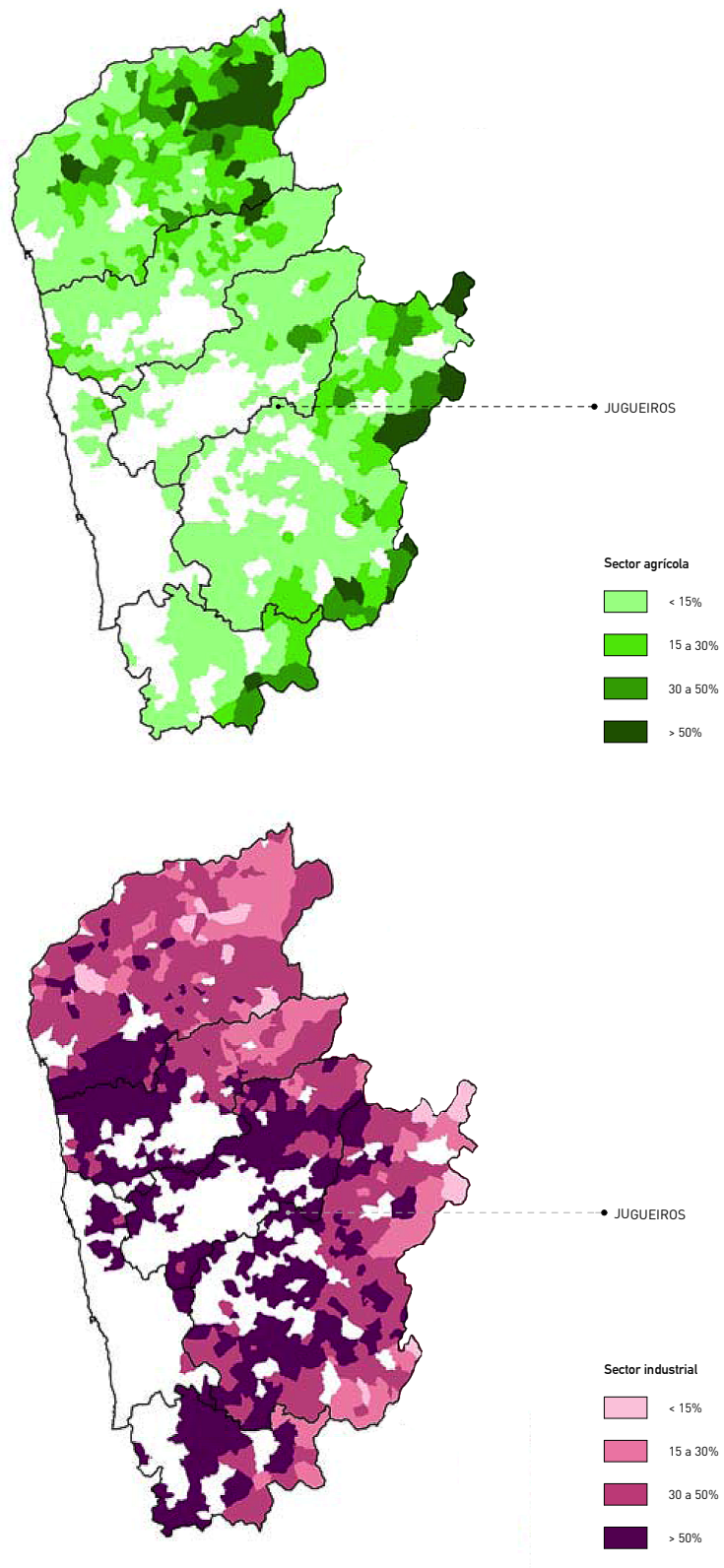


FIG 20 População empregada nos sectores agrícola e industrial (2001).

ENQUADRAMENTO

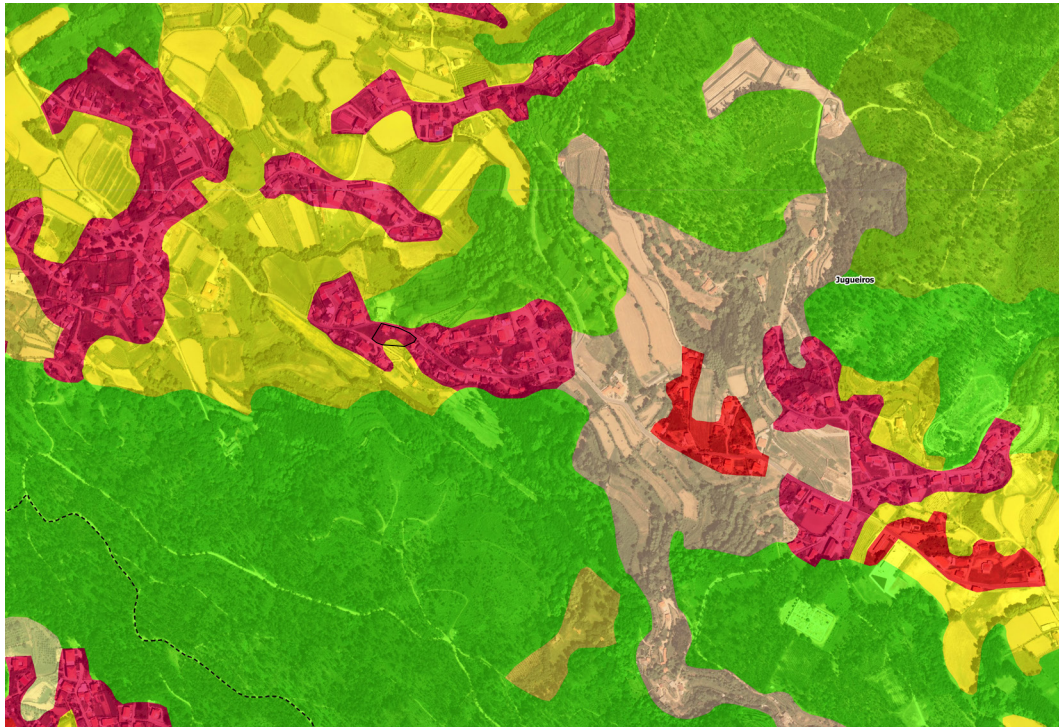
Se a estes precedentes forem acrescentadas, em primeiro, a recente melhoria das acessibilidades a estas áreas e, conseqüentemente, do desenvolvimento das comunidades adjacentes e, em segundo, a ainda mais recente *era da globalização*, será possível ter uma noção das transformações a que a paisagem da região viria a ser sujeita, alterando inevitavelmente a configuração da mesma.

O caso de Felgueiras é um dos exemplos paradigmáticos desta conjectura: segundo os census de 1991, 73% da população estaria já empregada no sector industrial, ao passo que apenas 3% manteria trabalhos agrícolas como principal fonte de rendimento: actualmente, a zona do vale do Sousa apresenta uma evolução económica considerável, principalmente devido ao desenvolvimento do sector secundário na região (SIMÃO; RIBEIRO, 2011). Tal como já referido, a indústria do calçado estabeleceu no concelho um pólo extremamente competitivo, seguida pela indústria têxtil, também ela com presença no território.

No que toca à demografia, toda a região do vale do Sousa apresenta uma taxa de crescimento populacional significativa^x, sendo densamente povoada e a sua população bastante jovem e dinâmica, quando comparada com a média nacional. No entanto, a sua população é em geral pouco escolarizada e qualificada, sendo que a recente perda de competitividade dos sectores industriais contribuiu para o agravamento de problemas sociais já existentes. (SIMÃO; RIBEIRO, 2011).

Em relação à freguesia de Jugueiros, e apesar desta seguir as tendências de empregabilidade do concelho, o sector industrial não encontra grande expressão física no seu território: segundo o estudo realizado pela UTAD-GETER (2007), a zona encontra-se ainda inscrita como *área rural*, a par das freguesias vizinhas de Pombeiro, Sendim e Vila Fria. De outra forma, quando analisado a Carta de Ocupação de Solo de 2007 (FIG 24), constata-se a existência de pequenas bolsas de Território Urbano Contínuo dispersas pela freguesia, contrariando a definição apresentada anteriormente. Será mesmo numa destas bolsas se encontra inserida a Casa da Deveza, condicionando as reminiscências rurais da sua envolvente.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS












- | | | | |
|---|---|---|--|
|  | Tecido urbano contínuo |  | Sistemas agro-florestais (SAF) |
|  | Tecido urbano descontínuo |  | Florestas mistas |
|  | Culturas temporárias de regadio |  | Florestas abertas, cortes e novas plantações |
|  | Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes |  | Limite de Freguesia (CAOP 2014) |
|  | Agricultura com espaços naturais e semi-naturais | | |

FIG 21 Carta de Ocupação dos Solos da freguesia de Jugueiros (2007).

PAISAGEM HÍBRIDA

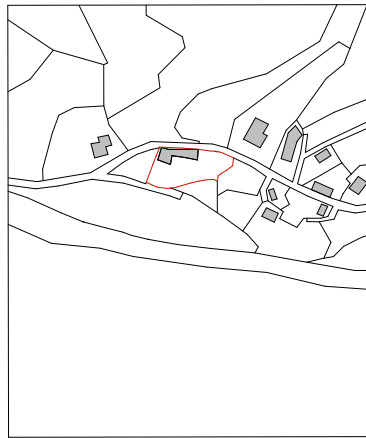
Deste modo compreende-se como a construção em estudo se encontra inserida num tecido que contrasta com a industrialização envolvente do concelho: ao subdesenvolvimento do seu contexto social, económico e cultural soma-se a característica geografia do vale de Jugueiros, formando um enclave montanhoso de terra fértil e onde a prática da agricultura familiar a tempo parcial é também bastante recorrente, como forma de complementar os rendimentos.

No entanto, são já perceptíveis bastantes transformações na ruralidade de outros tempos: a influência das políticas de edificabilidade dos solos cedem cada vez mais terreno antes considerado agrícola a novas construções, particularmente à habitação. A título de exemplo poder-se-á referir o caso do terreno a Norte adjacente à propriedade em estudo, onde recentemente (2014) foi edificada uma residência unifamiliar; nas imediações implantou-se a sede de uma empresa de calçado. Por fim, instalou-se no vale uma empresa de distribuição e venda a grosso de produtos alimentares que, embora não directamente implicada na envolvente do objeto de estudo, se destaca na paisagem pela escala do complexo.

No fundo, a paisagem híbrida resulta do conjunto de componentes que interferem hoje no território rural, neste caso do Noroeste de Portugal e da envolvente da Casa da Deveza, sendo que será de grande importância conciliar tanto novos como velhos agentes de transformação, de modo a evitar e corrigir potenciais ruturas e discontinuidades territoriais.

“Em fases anteriores, a transformação da paisagem assentou essencialmente em componentes funcionais prevalecendo a ação dos agricultores, em grande medida com o estatuto de rendeiro, e proprietários rurais. Os anos recentes foram também marcados pela associação de outros agentes com forte capacidade de influenciar a dinâmica da paisagem a exemplo de decisores políticos, investidores, construtores, técnicos, neo-residentes, empresários de turismo, prestadores de serviços, contratadores ou intermediários e turistas, numa lista que se não se esgotando nas actividades especificadas vai imprimindo novas dinâmicas às paisagens.” (MARTINS, 2012, p. 24)

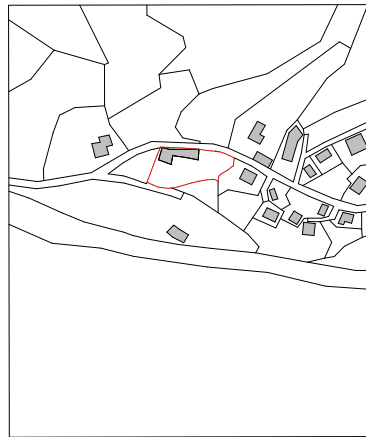
CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



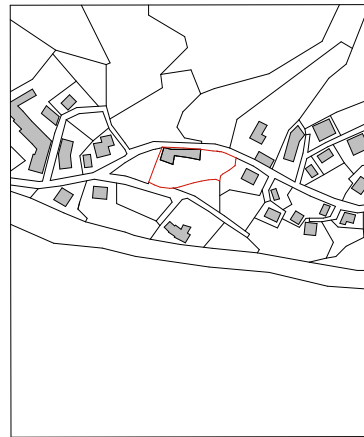
1958



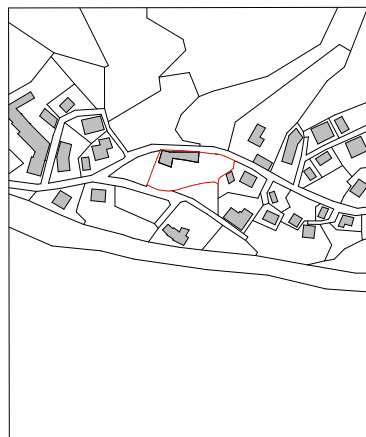
1968



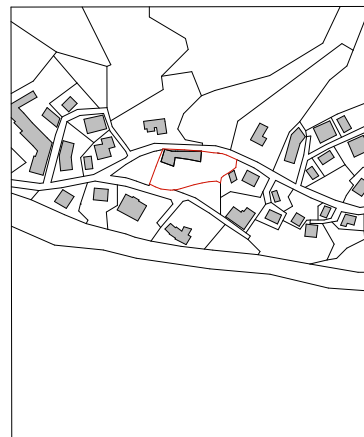
1974



1990



2001



2015

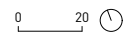


FIG 22 Evolução da ocupação do território do lugar de Picoto de Trazões (1958 - 2015).

AGRICULTURA A TEMPO PARCIAL

Apesar das tendências transformadoras que se fazem na região, verifica-se em Jogueiros uma tendência cultural bastante disseminada no território do Noroeste, de grande pertinência para este trabalho: a prática da agricultura familiar a tempo parcial. Esta apresenta-se como uma técnica de plurirrendimento que, ao contrário do esperável¹⁸, poderá ser uma das “possíveis saídas” para a insegurança da agricultura portuguesa, fomentando ao mesmo tempo práticas e actividades sustentáveis (LIMA, 2007). Destinada maioritariamente ao autoconsumo, este tipo de agricultura funciona como actividade secundária das famílias, que aproveitam a fertilidade dos seus pequenos terrenos ou quintais para a produção de hortícolas ou pomares.

A conjugação desta actividade com uma outra fonte de rendimento constitui uma prática remota nas terras de entre Douro-e-Minho: à agricultura como ocupação principal sucediam-se outras práticas, como a tecelagem, a marcenaria ou o artesanato (MARQUES, 2000), actividades praticadas em períodos de menor permanência nos campos e que se apresentariam como mais uma possibilidade de obter rendimentos para o agregado familiar.

Hoje, a par da actividade principal, maioritariamente no sector industrial, a agricultura a tempo parcial encontra em Jogueiros peso considerável, conforme se pode constatar pelos resultados do inquérito realizado (FIG 26). Tal como analisado, quase todas as famílias que habitam a envolvente do objeto de estudo praticam agricultura a tempo parcial, sendo o principal motivo o desejo de aproveitar o solo fértil disponível e de nele cultivar produtos para autoconsumo; por outro lado, esta actividade foi ainda referida como *hobby*, o que reforça a semelhança entre a prática da agricultura a tempo parcial com a ocupação dos tempos livres para obtenção de rendimentos extraordinários.

Esta mantém ainda o carácter artesanal das agriculturas camponesas que, nestes casos, se justificam dada a pequena extensão da propriedade: na maior parte dos casos inferior a meio hectar. Não deixa de ser interessante referir que, apesar de reproduzirem um tipo de prática profundamente enraizada no passado, a generalidade das construções do lugar do Picoto foram edificadas no último quartel do séc. XX.

¹⁸ Esta é mesmo uma tendência nacional e europeia que se tem vindo a generalizar.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

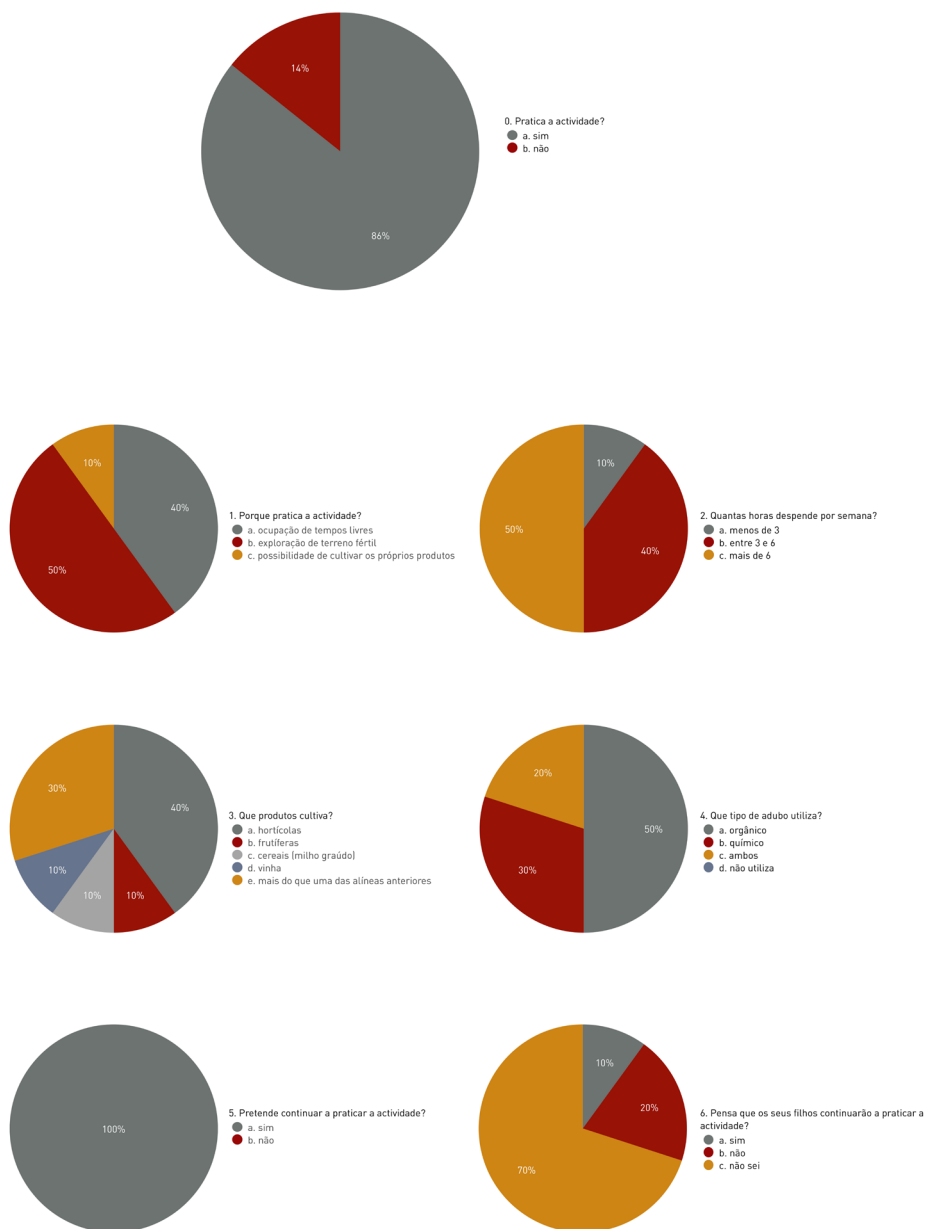


FIG 23 Resultados do inquérito “Agricultura a tempo parcial em Jugueiros”

ENQUADRAMENTO

Por outro lado, e ao contrário da unanimidade presente nas restantes questões, quando inquiridos sobre se pensavam que a sua descendência continuaria a prática, as respostas dadas pelos habitantes não foram consensuais, sendo que a incerteza foi o sentimento demonstrado.

MULTIFUNCIONALIDADE DO ESPAÇO RURAL

Paralelamente à prática agrícola a tempo parcial, existem diversas possibilidades para a dinamização e valorização dos espaços rurais e semi-rurais, que de igual modo contribuem para o desenvolvimento destas comunidades: de iniciativa pública ou privada e de carácter comercial ou não. Tal como atrás exposto, já há muito que a ideia de multifuncionalidade faz parte do quotidiano popular, existindo várias outras actividades desenvolvidas a tempo parcial, como a tecelagem ou o artesanato, nada mais seriam do que a aplicação do conceito de multifuncionalidade às residências dos camponeses.

Em relação às práticas actuais, poder-se-á referir o peso das actividades turísticas ou relacionadas com o lazer, recreação, e com a preservação da natureza ou a confeção de produtos artesanais como actividades potenciadoras desta filosofia, mais especificamente os estabelecimentos de turismo rural ou de agro-turismo, que procuram fomentar a divulgação dos costumes e práticas locais. Este tipo de empreendimentos, se criados e geridos de forma adequada, poderão tornar-se uma mais valia para os ambientes rurais, já que poderão actuar em duas frentes, por um lado com o objectivo de dar resposta à crescente procura do Homem cidadão por este tipo de ambientes e por outro pelo desenvolvimento social, económico e cultural das comunidades rurais.

“A promoção da multifuncionalidade agrícola concorre para que o espaço rural possa vir a preencher novas funções: lazer, amenidades ambientais, gestão da paisagem, contribuição para o ordenamento e gestão do território, entre outras - e, por essa via, vir a contribuir para revalorizar quer a imagem do território rural, quer a imagem da própria agricultura.”
(LIMA, 2007, p.2)

⁶ Digno de nota será também a produção sapateira domiciliária, que foi e continua a ser uma outra actividade secundária bastante praticada pelos habitantes da zona: distribuindo as várias tarefas pela família^x, desenvolveram um esquema de rentabilização que persiste como modo de remuneração extraordinária.

No entanto, e de novo referindo o desenvolvimento das práticas turísticas do rural, hoje são visíveis os danos que uma interpretação errada ou incompleta destas novas funções poderá ter na paisagem: a descaracterização dos ambientes para melhor satisfazer o “consumidor cidadão”, como no caso flagrante da zona envolvente de Óbidos¹⁹, e a petrificação/encenarização dos espaços rurais, como no caso das “aldeias típicas”²⁰ abandonadas pelos seus habitantes e que apenas servem propósitos turísticos, são os casos mais conhecidos da má interpretação, ainda que por vezes involuntária, do objectivo final desta ideia.

Mais uma vez, Jugueiros e a sua envolvente consistem num bom terreno de estudo: o actual subdesenvolvimento da freguesia é posto à prova com a recente divulgação da Rota do Românico do Vale do Sousa que, como já referido, encontra no Mosteiro de Pombeiro um dos seus principais monumentos. Do mesmo modo, a existência das várias calçadas e pontes já referidas, romanas e medievais, e da villa romana de Sendim constituem diversos pontos de interesse turístico na envolvente de Jugueiros.

Também o turismo de Natureza encontra presença na zona, com a existência de dois percursos pedestres sinalizados, em Vila Fria e em Pombeiro. Já o que toca a eventos, poder-se-á fazer referência à Festa de Santa Águeda na última semana de Agosto e a diversos eventos actividades promovidos pela junta de freguesia e pelo município.

De outro modo, termos de oferta de alojamento, na envolvente de Jugueiros encontram-se implantados: um empreendimento de turismo de habitação (Paço do Pombeiro, Pombeiro), um complexo de turismo rural e eventos (Quinta do Mosteiro, Pombeiro) e um parque de campismo (Parque de Campismo Rural de Vila Fria).

¹⁹ Questão investigada por Sónia de Castro Alves na prova final “O turismo rural: Óbidos, um caso de estudo” (2011)

²⁰ Analisado por Elisabete Figueiredo em “Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural” (2003)

ENQUADRAMENTO

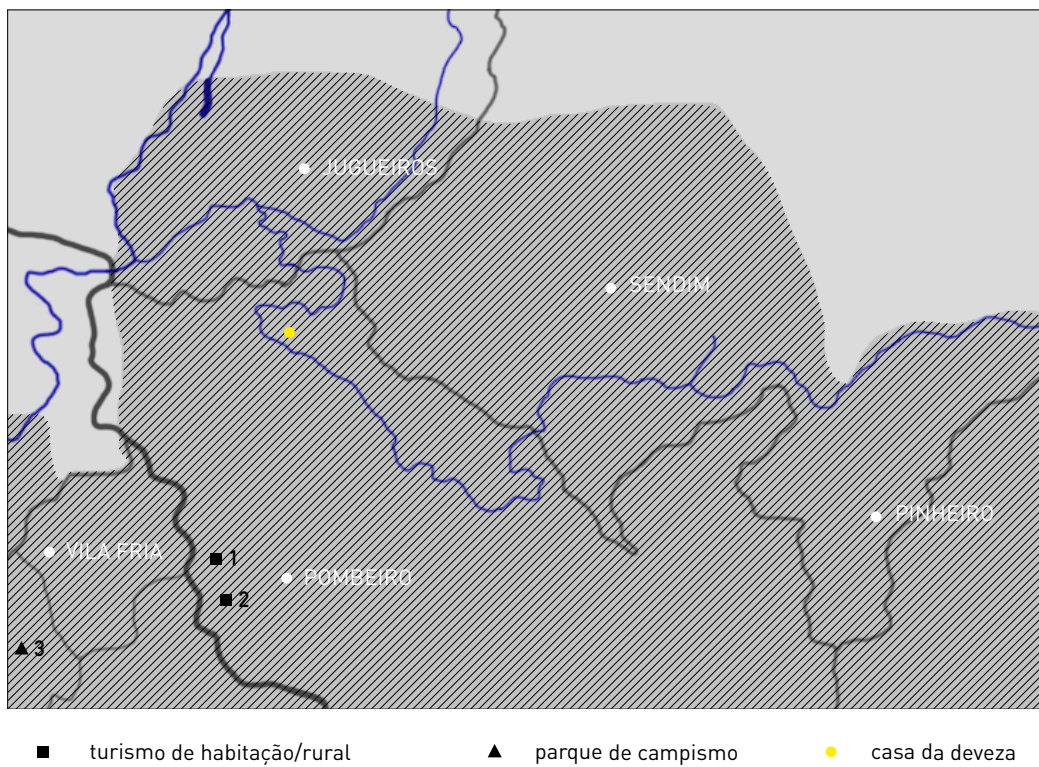


FIG 24 Implantação da oferta de alojamento turístico na envolvente de Jugueiros.

1: Paço do Pombeiro (Pombeiro); 2: Quinta do Mosteiro (Pombeiro); 3: Parque de campismo rural de Vila Fria (Vila Fria).

Ainda que em número considerável, poder-se-á referir como, embora tanto no primeiro como no segundo complexo estejam presentes zonas agrícolas como vinhas e pomares, em nenhum ponto aparece referida a possibilidade do hóspede poder participar nos trabalhos como “actividade oferecida”. É possível vir descansar, observar a paisagem, mergulhar na piscina, jogar nos campos de futebol e ténis, passear pelas propriedades, contudo não se encontra explícita²¹ a existência de actividades de sensibilização ou de participação directa nas práticas agrícolas.

Denota-se, portanto, a mercantilização de uma paisagem rural, que por sua vez tem seguramente muito mais interesse que o estereotipado “turismo rural com campo de jogos e piscina”.

De outro modo, a pequena propriedade agrícola do Noroeste, extremamente característica na sua morfologia e funções poderá ser tomada, tal como demonstrado neste projeto, como um exemplo prático de multifuncionalidade do espaço rural: para além da vontade de proteção deste tipo de património, material e imaterial, esta poderá actuar como alternativa viável na transição para uma agricultura sustentável. Mais ainda, a adaptação e revalorização deste tipo de estruturas agrícolas será, no caso do turismo, um modo bastante pertinente e equilibrado de incentivar o contacto directo com as comunidades e actividades locais, procurando assim contribuir para o desenvolvimento da paisagem rural e agrícola de forma sustentável.

“O desenvolvimento do turismo em territórios que escapam aos principais circuitos turísticos e aos mais evidentes processos de massificação tem contribuído para lançar “olhares” interessados sobre o tema da paisagem. Entre diversas consequências daí recorrentes, emergem um novo folgo no debate teórico e suscitam a atenção, ainda que fugaz, do visitante.” (MARTINS, 2012, p.7)

²¹ Subentendeu-se que não será também possível.

ENQUADRAMENTO

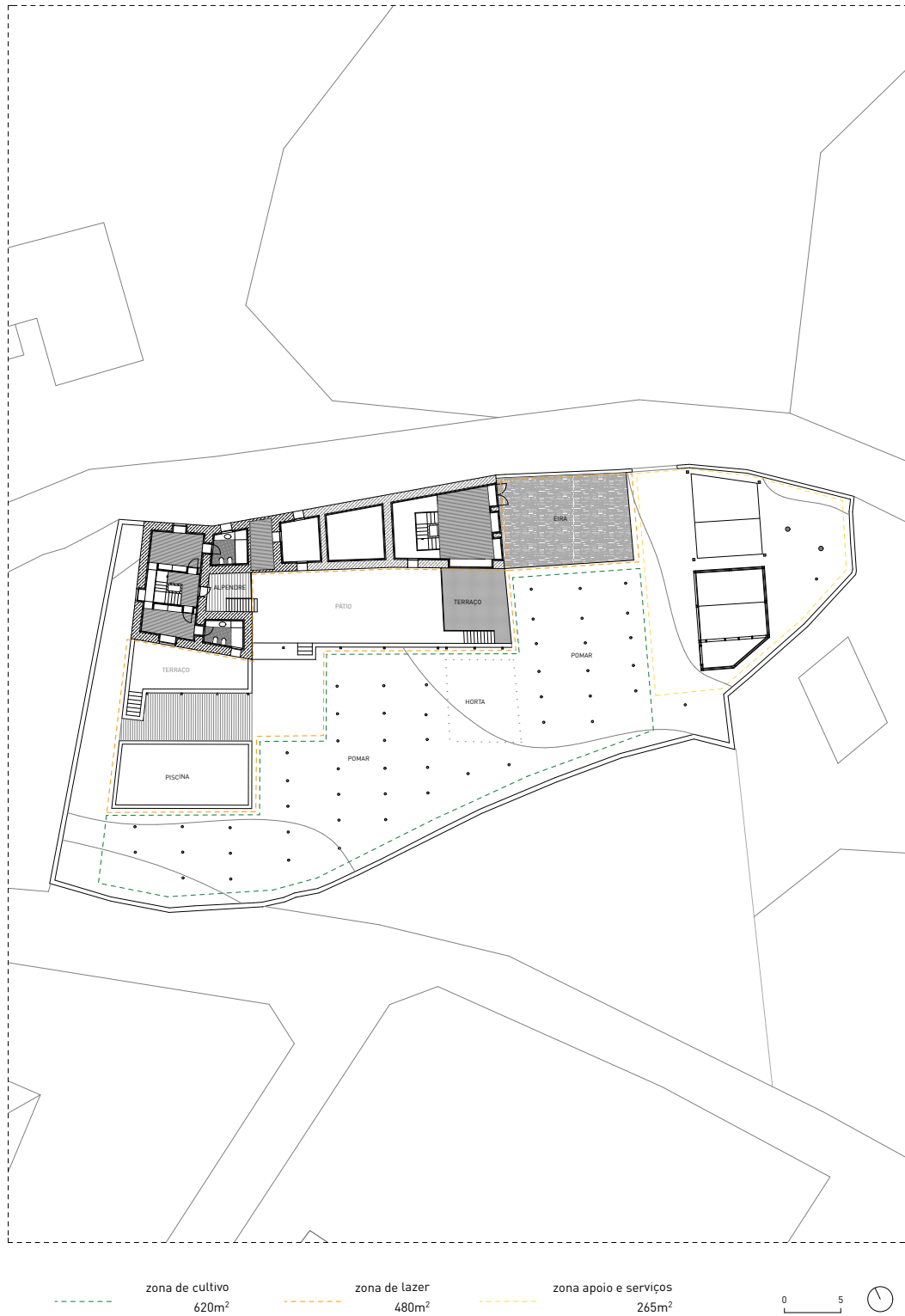


FIG 25 Distribuição dos espaços exteriores da proposta.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

03
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS
AGRÍCOLAS

ARQUITETURA TRADICIONAL E CONSCIÊNCIA PATRIMONIAL

CONDICIONANTES TÉCNICAS E CONSTRUTIVAS

REABILITAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Diversas são as questões que surgem com a Reabilitação de estruturas. Algumas delas transversais a todas as obras, outras apenas se aplicam a casos particulares, que advêm das especificidades da pré-existência a requalificar. Se tal é verdade para a Arquitetura em geral, mais o é neste ramo de intervenção, já que todo o processo de concepção assentará diretamente nessa mesma pré-existência como alicerce da produção criativa.

Assim, neste capítulo serão abordadas algumas das questões que surgem diretamente relacionadas com a reabilitação de estruturas agrícolas e às quais, por diversos motivos, foi dado maior destaque no processo de reconversão da Casa da Deveza. Sob esta perspectiva, serão abordados três pontos principais: “Arquitetura tradicional e consciência patrimonial”, que analisa e sintetiza as várias teorias, cartas, estudos e convenções relacionadas com a reabilitação de estruturas que foram sendo desenvolvidas ao longo dos últimos séculos, “Condicionantes técnicas e construtivas”, que atenta nas várias ressalvas a considerar neste tipo de operação já que, para além das condicionantes que habitualmente influenciam um projeto, acrescentam-se agora outras questões que deverão ser consideradas. “Reabilitação e sustentabilidade”, que procura dar relevo aos problemas que afetam a Arquitetura e a sociedade atual e de que modo estes podem ser resolvidos ou minimizados numa intervenção deste carácter.

3.1. ARQUITETURA TRADICIONAL E CONSCIÊNCIA PATRIMONIAL

Fruto das profundas transformações sociais, culturais e económicas dos últimos três séculos e do seu reflexo no território, assiste-se hoje à progressiva sensibilização para a existência de estruturas populares às quais se atribuem grande significado, quer pelo o seu valor assente na “sua singularidade como representante do passado”, quer na sua representação “de um período ou de um estilo, ou do trabalho de um arquitecto” ou até na “sua relação com uma personagem histórica ou pela ocorrência de um acontecimento histórico” (CÓIAS, 2014, p. 36)

De outro modo, também o próprio conceito de *Património* acabou por sofrer modificações, tendo este vindo a abarcar sucessivamente uma maior diversidade de elementos. Assim sendo, ao longo deste capítulo será feita uma pequena síntese histórica da formulação desta ideia, atentando na posição da arquitetura tradicional popular nas várias teorias, estudos, cartas, convenções e programas de incentivo de proteção do património edificado.

FINAIS DE XIX E INÍCIOS DE SÉC. XX

Ainda que desenvolvidas ao longo de todo o séc. XIX, as principais teorias da conservação do património viriam a ganhar particular projeção no último quartel do século, com a distinção entre a Teoria do Restauro, defendida por Viollet-le-Duc e Camillo Boito²⁷ e a da Preservação/Conservação, adotada por John Ruskin e William Morris. Embora dissemelhantes, ambas as teorias surgem da necessidade de conservar edifícios considerados históricos ou de *valor excepcional* para a sociedade, como construções medievais ou renascentistas, principalmente de grande relevância e presença nos tecidos urbanos, estando habitualmente relacionados com as classes soberanas ou mais abastadas.

²⁷ Ainda que admitindo posições distintas dentro da mesma.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Por outro lado, sob a perspectiva do mundo rural mantém-se a apologia ao culto romântico da paisagem bucólica, largamente difundida desde os inícios de século XIX, ainda que vocacionada para a contemplação da natureza. Desta componente fariam ainda parte a cultura e tradições populares, excluindo o valor patrimonial da sua arquitetura.

Apesar de um certo desinteresse generalizado, dever-se-á indicar o surgimento nesse período da obra “Construções rurais: habitações, estábulos, oficinas e arrecadações agrícolas (incluindo materiais e sua preparação)” de Augusto de Figueiredo (1905), trabalho digno de nota pelo meticoloso levantamento, registo e sistematização da informação necessária à correta edificação e manutenção deste tipo de estruturas que, embora tendo como objetivo principal o apoio a futuras construções, constitui um exemplar de grande valor para o estudo das estruturas agrícolas.

Mais tarde, da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos (1931) surge um documento, conhecido como *Carta de Atenas*, que viria comunicar uma série de recomendações para a intervenção em monumentos, reforçando a ideia de que os edifícios a preservar deveriam ser aqueles considerados como *construções de forte presença e relevância na esfera comum das nações*. Ainda assim, desta carta surgiria já como recomendação “o respeito, na construção dos edifícios, pelo caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objeto de cuidados particulares. Também *alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas*” (CARTA DE ATENAS, 1931, p.2), abrindo caminho para a conservação de aglomerados, não diretamente relacionados com aqueles monumentos.

Seguindo o espírito romântico e historicista da época, adjuvado pelo incentivo do novo regime ditatorial e da sua vontade de exaltação nacional, assiste-se em Portugal ao restauro de vários edifícios emblemáticos, conduzidas pela Direção Geral dos Monumentos Nacionais (DGEMN). Porém, estas intervenções geralmente careceriam de suficiente investigação histórica ou formal, desrespeitando com frequência componentes de grande relevância, ignorando as relações estabelecidas com a envolvente próxima (TOMÉ, 2002).

²¹ Implantado a 1926.



FIG 26 Ilustração de Bernardo Marques pra capa da revista "Panorama" nº1 (1941)

Assim, a ideia vigente seria a de que “os territórios rurais seriam considerados o resultado sustentado da interação do Homem com a Natureza e a conseqüente ocupação territorial, que enquadrava uma equilibrada vivência e preservação dos lugares. Como tal, dispensaria a preocupação, por parte dos técnicos da DGEMN, do verdadeiro valor e da profunda consciencialização do significado destas manifestações culturais e sociais [...]” (LEÃO, 2009, p. 51)

No entanto, com a implantação do Estado Novo (1933), o espaço rural surge paralelamente à revitalização dos monumentos nacionais como um novo modo de *glorificação do território*: por sua vez, este teria como objetivo a fomentação do turismo intra-nacional e a divulgação das várias tradições regionais, ao mesmo tempo que propagandeava a inocência camponesa, ingenuamente feliz no pitoresco da sua vida recatada e obediente. Durante este período, assistir-se-ia também à elaboração de vários estudos etnográficos e antropológicos²², refletindo a crescente consciencialização do valor patrimonial da paisagem tradicional.

Deste modo, a valorização e proteção das paisagens rurais viria a ganhar um novo suporte, abrindo as portas à hipótese de ser considerada como *património a preservar*. A ideia viria a ser enfatizada pelo célebre concurso “A aldeia mais portuguesa de Portugal” (1938), a par de outras iniciativas locais²³, ainda que tais projetos não tenham alcançado o impacto desejado (TOMÉ, 2002).

Esse interesse pela preservação da identidade popular viria assim fomentar a reflexão sobre o valor de algumas construções individuais ou de aglomerados arquitetónicos, de cariz popular e espontâneo.

²² Desenvolvidos principalmente por Leite de Vasconcelos, Gabriel Pereira, Manuel Monteiro e Alberto Sampaio.

²³ Todas realizadas sob alçada do Secretariado de Propaganda Nacional.

MEADOS DE XX A INÍCIOS DE SÉC. XXI

Seria neste ambiente de progressiva consciencialização do valor da arquitetura vernacular que viria a ser realizado o Inquérito à Arquitetura Portuguesa (1955), que concretizaria o primeiro levantamento das construções tradicionais populares do país, fixadas na obra publicada sob o título de “Arquitetura Popular em Portugal” (1961), que ainda hoje se mantém como uma das obras de maior relevância neste estudo. Este viria então documentar os esforços de inúmeras gerações para o aperfeiçoamento da arquitetura vernacular portuguesa, concedendo-lhe valor patrimonial e incentivando a proteção deste tipo de estruturas. Por sua vez Fernando Távora, que viria a integrar uma equipa de trabalho deste estudo, viria mesmo a promover a integração dos princípios da arquitetura popular, até então negligenciada, na arquitetura moderna, conferindo grande projeção à arquitetura tradicional e aos seus valores.

A influência internacional deste tipo de estudos viria, por sua vez, a marcar presença na célebre Convenção de Veneza (1964) “sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios”, resultado do 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, na qual surge mencionada uma nova definição de *monumento*, estendendo o conceito a construções mais discretas:

“Art.1º - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às “grandes” criações mas também às *obras modestas que adquiram com o tempo um significado cultural*” .
(CARTA DE VENEZA, 1964, p.1)

Deste modo, a consciência patrimonial da arquitetura popular aparenta manter algum destaque nas décadas de 70 e 80, com a Carta de Amsterdão (1972) a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) e o Apelo de Granada²⁴

²⁴ Designação dada à Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, assinada em Granada.

(1985) como principais marcos neste âmbito, nos quais o património arquitetónico surge designado “não só pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e *as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído*”(CARTA DE AMSTERDÃO, 1972, p.1) e afirmando a necessidade de proteger o património cultural da destruição provocada pela evolução vida social e económica que se faria já sentir.

Por sua vez, o Apelo de Granada viria a constituir um forte chamamento à proteção do património arquitetónico rural, explicitando mais uma vez as consequências que o seu desaparecimento implicaria. Acordando uma série de medidas de apoio à preservação destes espaços, neste documento surge então mencionado o seguinte:

“1. Os participantes consideram que é preciso reconhecer no património arquitetónico rural não apenas valores estéticos, mas também *o testemunho duma sabedoria secular*. Os mesmos concordaram em considerar como fazendo parte desse património todas as construções isoladas ou formando um conjunto que: estejam ligadas a atividades agro-pastoris e florestais assim como a pesca; apresentem interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu carácter típico ou pitoresco; se integrem na paisagem de modo coerente.” (1985, p.2)

A verdadeira transição dar-se-ia com a perceção da perda patrimonial generalizada que acabou por se verificar ao longo das últimas décadas do séc. XX: particularmente acentuada pelo *boom* construtivo dos anos 90 e em conjunto com a industrialização da agricultura, pelo que estes terão sido os fatores mais diretamente implicados na descaraterização das paisagens rurais. Desta conjuntura surge a primeira carta dirigida somente ao património tradicional popular, a Carta do Património Vernáculo Construído (1999)²⁴ já redigida pelo ICOMOS, que reconhece como sendo exemplo deste género de património:

“[...] *um modo de construir* proveniente da própria comunidade; *um reconhecível carácter local e regional ligado ao território*; coerência de estilo, forma e aparência, assim como o uso de tipos arquitetónicos tradicionalmente estabelecidos; *sabedoria tradicional no desenho e na construção*, que é transmitido de modo informal; *uma resposta directa aos requisitos funcionais, sociais e ambientais*; a aplicação de sistemas, ofícios e técnicas tradicionais de

construção”(p.1)

Este último documento inclui ainda uma série de recomendações acerca dos princípios de conservação e das diversas linhas de ação a considerar em qualquer intervenção material em património vernáculo, tornando esta declaração num exemplo verdadeiramente notável no que toca à proteção das várias tipologias de arquitetura tradicional popular.

No que diz respeito ao território nacional, será de referir a introdução do programa das “Aldeias Históricas de Portugal” (1991), quase exclusivamente direcionado para a vertente turística destes conjuntos, remetendo em parte para o cenário *petrificado* da ruralidade dos lugares, promovido em meados de século pelo Estado Novo.

Posteriormente, foram ainda apresentadas outras cartas, declarações e convenções²⁴, das quais se destaca a Carta de Cracóvia (2000) pela forma como define o conceito de património: “é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica” (p.5). Esta definição surge como mais um indicador da mudança de mentalidades da sociedade, desvinculando a noção de património das estruturas monumentais para passar a incluir todas as manifestações da ação humana no território que se mostrem significativas e valiosas para as comunidades. Refere-se ainda a Declaração de Viena (2009), redigida já em período de recessão económica, onde a proteção do património surge como motor para o desenvolvimento de políticas de recuperação económica sustentável.

Conclui-se portanto que, a nível internacional, o valor patrimonial da arquitetura tradicional se encontra já largamente reconhecido, encontrando-se salvaguardado pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) e pelo Conselho da Europa em documentos próprios e sendo também reconhecido como uma solução sustentável de sucesso garantido para as dificuldades económicas que os vários países enfrentam atualmente.

²⁴ Também referida como “Carta do México”.

²⁵ Carta de Cracóvia (2000), Declaração de Budapeste (2002), Convenção de Faro (2005) e Carta de Bruxelas (2009).

3.2. CONDICIONANTES TÉCNICAS E CONSTRUTIVAS

LEGISLAÇÃO

No que diz respeito aos regimes e regulamentos em vigor é possível afirmar que, nas últimas duas décadas, foram feitas alterações bastante positivas à salvaguarda do património arquitectónico, especialmente em relação à reabilitação das áreas urbanas e centros históricos. As novas políticas e incentivos, a par do aumento da procura por estes espaços, contribuíram para a sensibilização e empreendedorismo de entidades privadas. Mais concretamente, a legislação aplicada aos casos de reabilitação urbana tem como objectivo, entre outros, o de facilitar a adaptação dos edifícios, libertando-os de algumas obrigatoriedades intrínsecas às novas construções²⁶. Assim, e em conjunto com as ressalvas feitas noutros regulamentos, como por exemplo no decreto-lei que regula as condições de acessibilidade, torna-se legítima a não aplicação das suas obrigações em favor da conservação das características arquitectónicas dos edifícios.

No entanto este regime, tão pertinente em termos de reabilitação arquitectónica, abrange somente edifícios incluídos no âmbito da reabilitação urbana, pondo de parte o restante património construído que não se encontre classificado: como por exemplo a estrutura agrícola que apresentada neste trabalho. Assim, e ainda que salvaguardado pelo Regime de Protecção e Valorização Patrimonial²⁷, não existe actualmente nenhum outro Decreto-lei que defenda ou apoie a conservação das estruturas tradicionais isoladas, sujeitando estas operações aos mesmos regulamentos destinados às construções de raiz. Do mesmo modo, verifica-se, que caso a propriedade não se encontre implantada em Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional ou Área de Floresta Dominante, não se aplica *qualquer* condicionante legal à intervenção neste tipo de estruturas, o que muitas vezes corresponde a uma perda patrimonial considerável.

²⁶ Sendo estes: o Plano Director Municipal (PDM), o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) e o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE).

²⁷ Decreto-lei N°107/2001.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 107/2001

de 8 de Setembro

Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

TÍTULO I

Dos princípios basilares

Artigo 1.º

Objecto

1 — A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

2 — A política do património cultural integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.

Artigo 2.º

Conceito e âmbito do património cultural

1 — Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.

2 — A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.

3 — O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

4 — Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.

5 — Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.

6 — Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural rele-

vante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

7 — O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias.

8 — A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria.

Artigo 3.º

Tarefa fundamental do Estado

1 — Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.

2 — O Estado protege e valoriza o património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais.

3 — O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Artigo 4.º

Contratualização da administração do património cultural

1 — Nos termos da lei, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais podem celebrar com detentores particulares de bens culturais, outras entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais ou empresas especializadas acordos para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural.

2 — Entre outros, os instrumentos referidos no número anterior podem ter por objecto a colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais, bem como a concessão ou delegação de tarefas, desde que não envolvam a habilitação para a prática de actos administrativos de classificação.

3 — Com as pessoas colectivas de direito público e de direito privado detentoras de acervos de bens culturais de excepcional importância e com as entidades incumbidas da respectiva representação podem o Estado, as Regiões Autónomas ou as autarquias locais acordar fórmulas institucionais de composição mista destinadas a canalizar de modo concertado, planificado e expedito as respectivas relações no domínio da aplicação da presente lei e da sua legislação de desenvolvimento.

4 — O disposto nos números anteriores aplica-se a todas as confissões religiosas e no que diz respeito à Igreja Católica, enquanto entidade detentora de uma notável parte dos bens que integram o património cultural português, com as adaptações e os aditamentos decorrentes do cumprimento pelo Estado do regime dos bens de propriedade da Igreja Católica ou de proprie-

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Por outro lado, assiste-se em Portugal a uma bipolaridade entre o património classificado, como os Monumentos de Interesse Público, de carácter nacional ou municipal, e o património não-classificado. Os primeiros, alvo de legislação própria²⁷, encontram-se de tal forma protegidos que a intervenção nos mesmos se torna, em alguns casos, quase inviável²⁸. Já os segundos existem num estado de quase negligência por parte das entidades competentes, que por vezes subvalorizam o facto de que a cultura tradicional popular possui, de facto, tanto valor quanto a cultura dita “erudita”, sendo que frequentemente se perdem exemplares de arquitetura tradicional de grande valor. Assim sendo, poder-se-á afirmar que as recomendações da Carta do México atrás referidas não terão ainda sido aplicadas a nível nacional, quer seja pelas entidades legisladoras quer seja pelas instituições de proteção do património.

No fundo, no âmbito da reabilitação de estruturas agrícolas, poder-se-á afirmar que os apoios existentes cingem-se em primeiro lugar, ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) integrado no Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), que financia em parte as operações de reabilitação dos edifícios e que promove, também através de incentivos financeiros, o desenvolvimento de empreendimentos turísticos em espaço rural (entre outros) e em segundo lugar, aos Gabinetes de Apoio Local, que prestam auxílio na aplicação do PRODER o qual, no caso do objeto de estudo, é assumido pela Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa (ADER-SOUSA).

A propósito da inexistência de legislação para a proteção e conservação de estruturas tradicionais agrícolas, realizou-se uma entrevista ao director do Departamento de Urbanismo, Obras e Ambiente da Câmara Municipal de Felgueiras, o arquitecto António Geada. As conclusões retiradas desta entrevista vêm reforçar as afirmações atrás expostas: actualmente, não existe nenhum Plano de Pormenor que defina núcleos particulares de proteção do património rural.

²⁷ Decretos-lei nº140/2009 e nº309/2009, Despachos nº 7931/2010 e nº10946/2014, bem como a Resolução do Conselho de Ministros nº70/2009.

²⁸ Tal como observado pelo arq. António Geada, director do Departamento de Urbanismo, Obras e Ambiente da Câmara Municipal de Felgueiras, na entrevista realizada (ver ANEXO B).

RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Também no actual Plano Director Municipal (PDM) não consta nenhum artigo no âmbito de conjuntos ou propriedades agrícolas, ainda que esteja previsto incluir no novo PDM, actualmente em elaboração, uma série de normas de proteção do património que, embora não classificado, se considere como de interesse para o concelho. De outro modo, neste regulamento encontram-se assinaladas várias casas de traça solarenga²⁹ e até mesmo quatro núcleos tradicionais³⁰, que beneficiam de proteção legislativa e de salvaguarda tipomorfológica do edificado. Existem ainda, no concelho de Felgueiras, dois núcleos rurais inventariados no âmbito do projeto “Aldeias de Portugal”: o de Codeçais (Sendim) e o do Burgo (Pombeiro), salvaguardados por legislação própria. Seguindo a mesma lógica, não existe nenhuma diferenciação de acompanhamento entre os processos ditos “normais” e os de reabilitação nem qualquer gabinete específico dedicado a este tipo de intervenção uma vez que, tal como apontado, a quantidade de processos que dão entrada com essas características não justificaria a sua existência.

Sob esta perspectiva, compreende-se como a falta de acompanhamento do património tradicional agrícola coloca a sua conservação à mercê dos interesses dos seus proprietários, que por sua vez não são sujeitos em nenhum momento a ações de sensibilização de qualquer carácter. Ainda que a tomada de consciência social seja progressivamente maior, a inexistência de envolvimento por parte das autoridades competentes dá espaço a grandes perdas patrimoniais, na generalidade dos casos evitáveis se proprietários e interessados estivessem ao corrente do valor que estas construções representam.

Sob outra perspectiva, foi referida “a vontade dos munícipes de converter o seu terreno rural em solo urbano” como sendo o grande problema do espaço rural, algo que não contribui para a consolidação do território e que desvirtua profundamente a paisagem rural. A dispersão do solo urbano foi mesmo apontada como “das maiores subversões do ordenamento do território” que poderia ser, em parte, evitável através de legislação apropriada.

²⁹ Solar de Sergude (Sendim), Casa de Cabeça de Porca (Sendim), Solar de Junfe (Unhão), Casa das Portas (Vila Fria), Casa de Torrados (Torrados), Casa da Torre (Rande), Casa de Vila Baía (Margaride), Casa das Torres (Margaride), Casa de Belém (Margaride) Casa do Dr. Leonardo Coimbra (Lixa).

³⁰ Codeçais (Sendim), Talhós (Vila Fria), Lamesinhos (Caramos), Ramos (Santão).

NOVOS PADRÕES DE CONFORTO E SEGURANÇA

Quanto a este ponto surgem várias questões que valem a pena abordar, sendo que será necessário, num primeiro momento, expor as condições de que usufruíam este tipo de estruturas e de quais seriam os padrões de conforto admitidos à época em que foram construídas.

Antes de mais, importa lembrar que, em grande parte dos casos, as estruturas tradicionais agrícolas seriam habitadas por lavradores, acostumados a níveis de conforto considerados hoje muito baixos, ainda que com mais ou menos posses, estes teriam como prioridade o investimento no desenvolvimento das suas terras, como por exemplo na compra de utensílios ou animais, relegando as melhorias nas suas habitações para segundo plano. Por outro lado, a casa seria ocupada em períodos diários bastante mais curtos, em comparação com a média actual. Sob outra perspectiva, a maioria estaria já adaptada ao rigor do clima e à dureza de uma vida de trabalho no campo, pelo que não esperariam da casa maior conforto do que um ou dois bancos corridos em volta da pedralar e os parcos colchões de palha sobre enxergas.

Por sua vez, o isolamento dos edifícios seria desempenhado apenas pelas grossas paredes, em perpiano ou em lascas de xisto, e existiriam mesmo casos em que apenas singelas portadas de madeira impediriam a entrada do frio pelas janelas sem vidros (SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, 1961). No que toca à impermeabilização, seria frequente o revestimento das paredes exteriores com argamassa de barro e palha, caiadas ou pintadas se houvessem recursos para tal^x, tal como se verifica no objeto de estudo (ver figura ao lado).

Seguindo a mesma lógica, e tal como já referido, os espaços de dormir apresentar-se-iam reduzidos às dimensões mínimas, apenas possibilitando a existência de escasso mobiliário. Surge ainda pertinente referir a importância dada aos espaços sanitários, que seria quase nula: a existência de latrina surge apenas em alguns casos, sendo que não foi identificado na Casa da Deveza nenhum espaço destinado a essa função.



FIG 28 Impermeabilização e isolamento pré-existente nas paredes exteriores da Casa da Deveza.

Finalmente, não será menos importante analisar a questão da circulação entre os vários espaços, que teria no exterior (pátio) o centro da sua distribuição que, apesar de se encontrarem casos em que varandas fariam a ligação entre os vários compartimentos da habitação, constituindo uma pequena parte do esquema completo, que incluiria na maior parte dos casos o exterior dos volumes.

Deste modo é possível compreender como as condições da pré-existência se encontram distantes dos novos níveis de conforto, admitidos como padrão para a cultura ocidental do séc. XXI.

Assim, será imperativo dar resposta às novas necessidades, contudo sem negligenciar as consequências que este tipo de intervenções poderão ter nas estruturas.

Em primeiro lugar surge a questão do isolamento e impermeabilização, associada a um dado frequentemente ignorado na reabilitação de estruturas tradicionais agrícolas: a importância de garantir uma boa ventilação, antes conseguida de modo involuntário, surge como essencial à manutenção e preservação da qualidade dos espaços interiores. A questão toma particular relevância quando o edifício a reabilitar terá uma utilização sazonal, como no caso do objeto de estudo, pelo que possivelmente permanecerá longos períodos completamente encerrado, uma vez que à má ventilação surgem habitualmente associados problemas de fungos, prejudiciais não só para a manutenção dos revestimentos e estrutura mas também para a saúde daqueles que usufruirão dos espaços.

Em segundo lugar, no que diz respeito à criação de novos espaços, estes prendem-se sobretudo com a introdução de instalações sanitárias e de novas divisões, sendo que uma das preocupações será a de encontrar a melhor forma de organizar a nova distribuição espacial. Do mesmo modo, também as transformações necessárias à circulação pré-existente dizem respeito ao engenho do arquitecto e dos vários profissionais intervenientes, de modo a encontrar a melhor solução para cada caso. Resumindo, e sendo que todas as operações atrás referidas introduzirão novidades, tanto em termos de processos construtivos como na organização espacial da pré-existência, será necessário ponderar não só o impacto estético e funcional dos novos espaços mas também as suas implicações mecânicas, que as mesmas terão na estrutura pré-existente.

RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

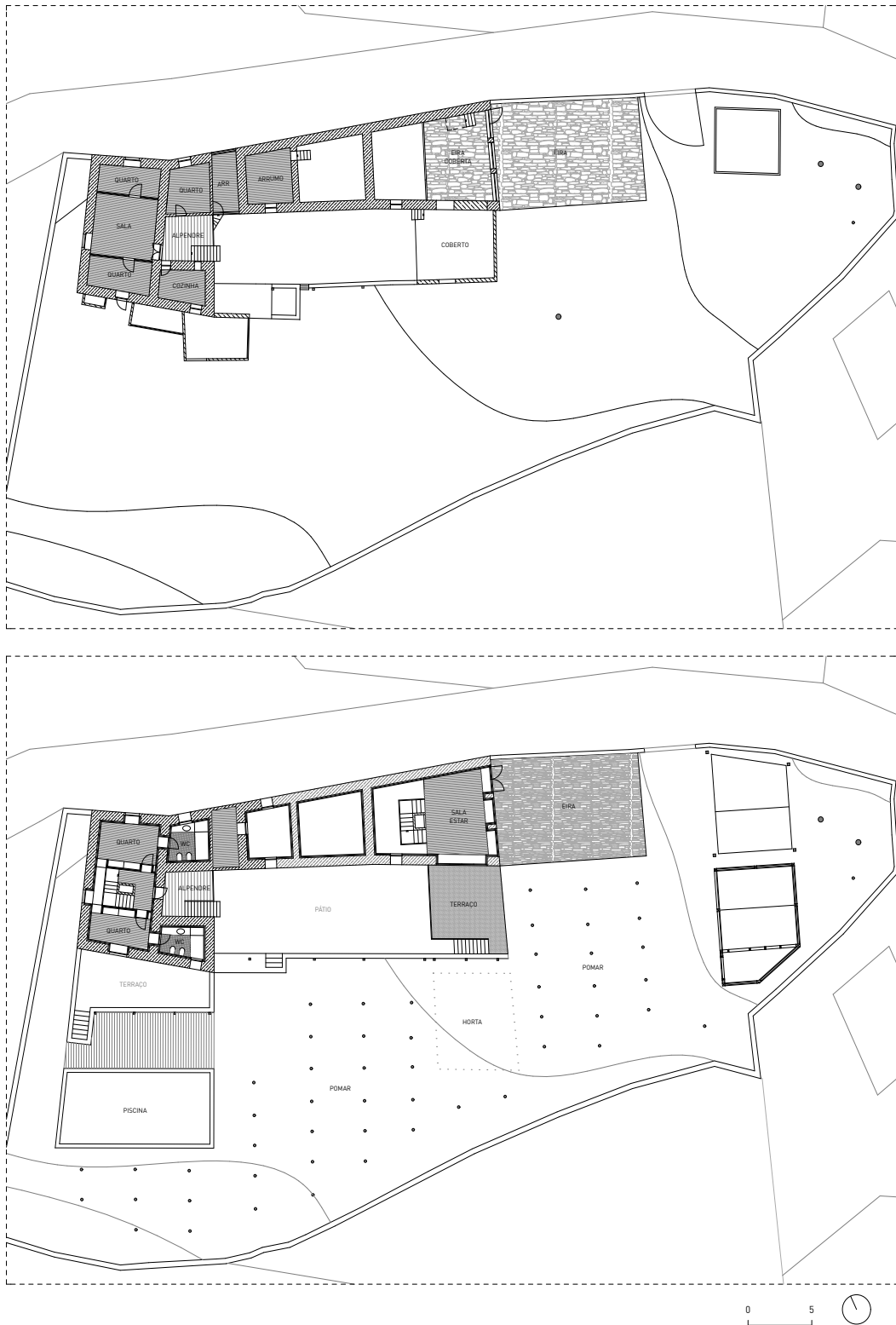


FIG 29 Distribuição do PISO 1 - pré-existência e solução.

Posto isto, será imprescindível ponderar a intervenção de um ponto de vista técnico tendo em consideração as novas necessidades infra-estruturais e, particularmente, os métodos construtivos a eles associados. Neste âmbito, surge de importância considerável o estudo da introdução de outros materiais estruturais, principalmente do betão armado e do aço cuja compatibilidade deverá ser estudada à partida, já que nalguns casos as estruturas pré-existent não estão fisicamente preparadas para aguentar as novas cargas impostas. Por outro lado, e tal como afirma Vítor Cóias:

“[...] o uso e abuso do betão armado e do aço torna frequentemente as intervenções no património construído demasiado pesadas, intrusivas e atentórias da originalidade dos velhos edifícios. Para além desse aspecto, a sua eficácia, face aos actuais requisitos de comportamento estrutural apresenta-se, muitas vezes, duvidosa.” (2013, p.137)

Por fim, poder-se-á ainda referir a questão da autenticidade da reabilitação, no caso da introdução destes novos materiais de forma constante, acrescentando mais um senão a essas operações, pelo que se conclui com a citação de Sérgio Infante:

“[...] não podemos aceitar a destruição ou substituição sistemática da substância física daquilo que pretendemos conservar. Caso contrário o futuro que tentamos assegurar para esses testemunhos passará a estar alicerçado numa “mentira”. Um monumento na aparência semelhante mas construtivamente violentado. [...] É ainda frequente a convicção de que se a “aparência exterior” é a mesma o “resto” não interessa. É ignorar o conhecimento da conceção original, e tentar generalizar um tipo de intervenção a uma fachada. Será melhor então aprender a fazer cenários.” (x apud CÓIAS, 2013, p.28)

RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

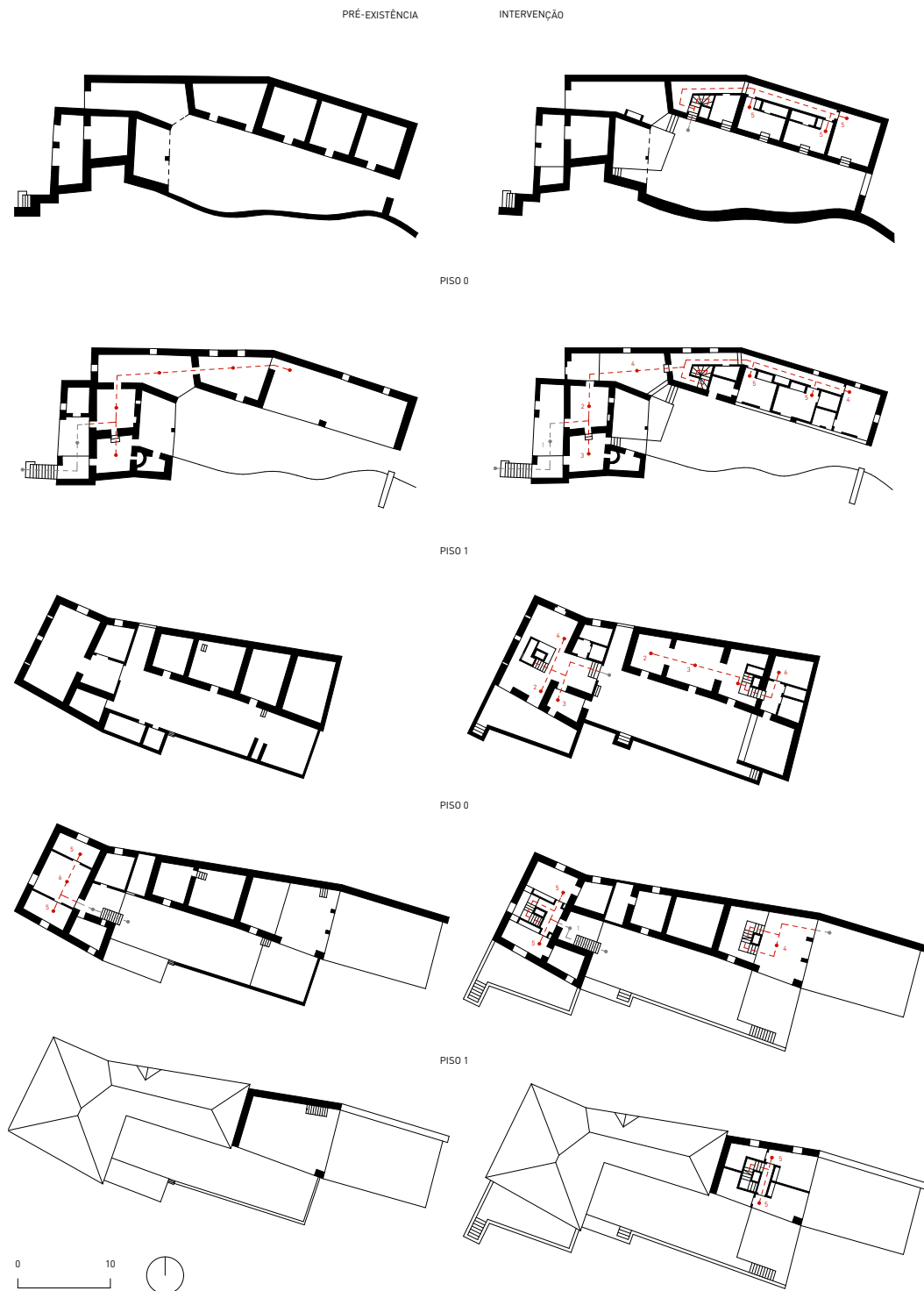


FIG 30 Comparação entre circulação interior da Casa da Deveza com a Casa em Briteiros.

1: Varanda/alpendre; 2: Sala de Jantar; 3: Cozinha; 4: Sala de Estar; 5: Quarto; 6: Adegas.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

A propósito destas e de outras questões de teor prático realizou-se a visita de estudo a uma propriedade agrícola no Vale do Cávado, recentemente reabilitada (2013) e com bastantes semelhanças com o objeto em estudo. O complexo pré-existente, formado por azenha, pequena habitação e cortes de animais, encontrava-se já bastante arruinado, sendo que apenas foram reaproveitadas as paredes portantes pré-existentes para a sua reconversão em habitação sazonal.

Para além de constituir uma intervenção exemplar, quer em termos espaciais quer no modo como foram resolvidos os problemas técnicos atrás mencionados, a particularidade desta granja assenta na permanente intervenção do seu proprietário, possuidor de grande criatividade e engenho: embora tratando-se de pequenas modificações e melhoramentos, os seus conselhos serviram para deduzir várias questões de ordem prática que só se conseguiriam detectar numa fase posterior, com a real utilização e vivência dos espaços. Em particular, constatou-se a real importância de uma boa ventilação e de um bom sombreamento que, ainda que já contemplados no projeto, o proprietário sentiu necessidade de reforçar. Por outro lado, a visita serviu para compreender a introdução real de sistemas de captação e aproveitamento de energia solar, no caso desempenhados por painéis solares térmicos, ideia que será desenvolvida mais à frente.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO E PATOLOGIAS COMUNS

No que se refere ao estado de conservação, as estruturas agrícolas, na maior parte dos casos com vários séculos de existência, vão sendo atingidas por diversas patologias que debilitam as suas estruturas e materiais. Estas patologias surgem como consequência de vários factores, como o efeito das ações climatéricas, o abandono ou qualidade construtiva do edificado. Mais especificamente, o tipo de estruturas em questão sofre geralmente mais graves problemas do que a generalidade dos edifícios a reabilitar já que, na maior parte dos casos se tratam de construções em estado de abandono ou até mesmo de ruína.

De outro modo, tal como referido anteriormente, poder-se-á afirmar que a manutenção do bom estado de conservação dos edifícios não faria parte das prioridades dos seus habitantes, sendo que mesmo a definição de *bom estado* seria ligeiramente diferente da noção que se lhe atribui hoje em dia. Assim, será importante reconhecer os diversos problemas de que um edifício deste carácter padece, para que a intervenção proposta salve e procure colmatar as insuficiências que já existiam e que foram surgindo nestas construções. Esta investigação deverá ser idealmente acompanhada por profissionais de outras áreas, mais precisamente por engenheiros especializados nas áreas de conservação e reabilitação, que darão certamente um contributo crucial nestas situações: neste caso, o estudo assentou em documentos e obras publicadas, a par de algumas provas finais realizadas por alunos da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.³²

Com o objectivo de simplificar a compreensão das patologias encontradas no objeto de estudo recorreu-se à sua organização em dois grupos: as patologias estruturais, que afectam directamente as estruturas portantes dos edifícios, pondo em causa a sua estabilidade e as condições de segurança dos utilizadores; as patologias de revestimento, que atacam os diversos materiais de isolamento, impermeabilização e proteção dos espaços, pondo em risco não só o bom estado e condições de habitabilidade dos mesmos mas que também poderão, numa fase mais avançada, reflectir os seus danos nas mesmas estruturas portantes.

³² Dever-se-á referir mais uma vez que não se pretende enumerar todas as patologias existentes em estruturas agrícolas mas que procura analisá-las à luz do objeto de estudo aqui apresentado.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Deste modo, após o levantamento das diversas patologias da Casa da Deveza, apresentar-se-ão os resultados da sondagem realizada. Surge, porém, importante referir que este levantamento se baseou apenas na observação da construção, carecendo de um apoio técnico aprofundado. Ainda assim, considerou-se que este assunto deveria ser impreterivelmente abordado, já que o objectivo principal será o de compreender a configuração e o impacto dessas patologias num projeto de reabilitação.

PATOLOGIAS ESTRUTURAIS E MÉTODOS DE INTERVENÇÃO

Tal como atrás descrito, este primeiro grupo diz respeito àquelas patologias que interferem com a estabilidade e segurança estrutural do edificado, sendo crucial que as mesmas sejam detectadas e corrigidas o mais cedo possível. Assim, no objeto de estudo foram encontradas diversas patologias que se poderão incluir neste grupo sendo que, no que toca à estrutura de alvenaria, se identificaram os seguintes problemas: 1. a perda e degradação dos elementos constituintes, 2. a ausência de argamassa de ligação, 3. a arenização da alvenaria e 4. a presença de vegetação de pequeno e médio porte. Especulou-se ainda sobre a existência de fissuração vertical na parede poente do complexo, que só será possível confirmar com a remoção do revestimento em reboco naquela área.

Em relação às reparações necessárias, poder-se-á assumir que a estrutura de alvenaria se encontra em razoável estado de conservação e que poderá ser reabilitada sem grandes dificuldades. No que diz respeito à estrutura de madeira presente no edificado, verificou-se a existência de graves patologias, que implicarão necessariamente a reconstrução de grande parte da estrutura: 5. o apodrecimento dos elementos por ação da humidade e do ataque de insectos e fungos xilófagos, a par do 6. arruinamento de parte da estrutura da cobertura, impossibilitam a sua manutenção.

O método de intervenção para corrigir estas insuficiências passa principalmente pela substituição dos elementos em mau estado por semelhantes, tal como a introdução dos elementos em falta e desinfeção e limpeza dos componentes atacados pelos agentes biológicos.

PATOLOGIAS DE REVESTIMENTO E MÉTODOS DE INTERVENÇÃO

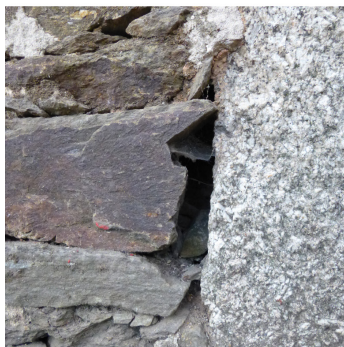
Do mesmo modo, o segundo grupo de patologias engloba não só os problemas com repercussões na construção actual mas também aqueles que podem vir a ter consequências negativas na introdução de novos revestimentos. Deste grupo, foram observadas na Casa da Deveza as seguintes patologias: 1. a degradação e destacamento do reboco exterior, provavelmente devido a ações climáticas, 2. a colonização biológica e as infiltrações por capilaridade, sendo que o último ponto foi alvo de reflexão mais aprofundada dadas as suas implicações na intervenção futura.

Se em relação aos primeiros dois factores a resolução passa pela reposição do reboco nos panos de parede afectados e pela limpeza e tratamento das superfícies afectadas, a situação das infiltrações por humidade ascendente requerem tratamento específico e bastante mais complexo. Uma vez que esta se deve à infiltração de água pelos poros da alvenaria estrutural que se encontra em contacto com o solo, e sendo o material em questão o xisto, a solução para este problema deverá, idealmente, passar por várias fases, sendo que o objectivo não será apenas “camuflar” o problema mas resolvê-lo definitivamente. Assim sendo, a execução de um forro pelo interior não será provavelmente suficiente, já que poderá mesmo contribuir para o agravamento da situação³³.

Como tal, sugerem-se outros métodos mais eficientes e viáveis, complementares à resolução do problema: a execução de valas periféricas, introduzindo elementos de drenagem do terreno, é uma das práticas utilizadas, a par da injeção de produtos impermeabilizantes entre os elementos de alvenaria, de modo a evitar a progressão da humidade ascendente. Por sua vez, não foi observada a presença de eflorescências ou salitre no edificado.

³³ O apodrecimento das estruturas e dos materiais de revestimento pelo contacto com a parede húmida são uma realidade que não deve em nenhum momento ser menosprezada.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



perda de elementos



arenização da alvenaria



ataque de insetos xilófagos



vegetação de médio porte



apodrecimento dos elementos
por ação da humidade



ausência de argamassa de
ligação



destacamento do reboco



colonização biológica



degradação da cobertura

FIG 31 Patologias identificadas na Casa da Deveza.

3.3. REABILITAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

CONTEXTO SOCIAL, CULTURAL E ECONÓMICO

Atualmente são visíveis as consequências dos excessos cometidos no passado: das contradições do Pós-Modernismo, dos exageros do consumismo e da negação de um desenvolvimento consciente e responsável a todos os níveis. O colapso financeiro de 2008, a consciencialização das desigualdades sociais e o número crescente de desastres ambientais tem vindo a modificar mentalidades³⁴, alterando a perceção da presença humana no planeta. Por outro lado, o sistema de crescimento em vigor mostra-se cada vez menos compatível com as várias questões de sustentabilidade social, energética e ambiental.

Assim, serão as novas gerações que terão de lidar com as consequências de quase dois séculos de progresso irrefletido: crise económica, escassez de recursos, alterações climáticas e estilo de vida demasiado acelerado, com reflexos na saúde e bem-estar das populações. De facto, os resultados do desequilíbrio das últimas décadas tornaram-se demasiado óbvios para serem ignorados, sendo que corrigi-los já não se trata de uma tendência social mas de uma obrigação moral e ética, transversal a todas as áreas do conhecimento.

“Fomos formatados pelo imaginário do ‘sempre mais’, da acumulação ilimitada, dessa mecânica que parece virtuosa e que agora se mostra infernal por seus efeitos destruidores sobre a humanidade e o planeta. A necessidade de mudar essa lógica é a de reinventar uma sociedade em uma escala humana, uma sociedade que reencontre seu sentido da medida e do limite que nos é imposto porque, como dizia meu colega Nicholas Georgescu-Roegen, ‘um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito’”. (LATOUCHE, 2009, p. 22)

³⁴ “A preocupação ambiental é cada vez mais relevante para os europeus e segundo dados do Eurobarometer para 96% da população a proteção do meio ambiente é um tema-chave. Outra questão relevante é que grande parte da sociedade já se acostumou a realizar uma série de ações que considera respeitadas para com o meio ambiente.” (D’AMATO; VIVES, 2010, p.118)

Deste modo, e admitindo a Arquitetura como o reflexo dos povos, também esta disciplina deverá procurar contribuir para a resolução dos grandes problemas que preocupam a sociedade, tornando-se mesmo paradoxal continuar a descurar a situação presente. Será portanto pertinente apontar o enorme impacto que o setor da construção inflige no meio ambiente³⁵. Refere-se, em primeiro lugar quantidade de energia consumida, desde a fase de estaleiro até à ocupação dos imóveis os quais, não obstante e na generalidade dos casos, manifestam perdas energéticas facilmente evitáveis se convenientemente projetados. Em segundo lugar, a quantidade de material ou de recursos naturais direta ou indiretamente empregue em cada nova construção, aos quais se devem acrescentar os resíduos gerados na sua produção (FLORIACH, 2010). Assim sendo, a ideia de contenção e economia de meios de um modo consciente e responsável não poderia ser mais oportuna, mostrando-se imprescindível apelar a uma ideia de redução, de reutilização de recursos e de um desenvolvimento sustentável do atual mundo da construção.

REUTILIZAR, REDUZIR E REABILITAR

Fundamentalmente, a prática de Reabilitação surge como uma operação de reaproveitamento de recursos a vários níveis, podendo-se ela mesmo revelar mais ou menos sustentável consoante os moldes em que for projetada. De qualquer modo, esta terá seguramente um impacto geral consideravelmente menor: não só em termos económicos e ambientais mas também na preservação dos lugares, das paisagens e das práticas a elas associadas, desenvolvendo e tirando o máximo partido das qualidades pré-existentes. Reutilizar torna-se então na palavra de ordem, por um lado evitando a ideia do desperdício das suas potencialidades, por outro acreditando não só na possibilidade de aproveitar as qualidades já presentes mas também na de introduzir outras, que se mostrem indispensáveis à melhoria dos seus espaços.

³⁵ “A construção é, na União Europeia, o maior sector industrial, sendo o que mais consome recursos naturais - espaço, materiais, energia e água - e o que mais produz impactes ambientais negativos. Em Portugal, o sector da construção consome grande parte dos recursos humanos e financeiros disponíveis e a construção é a principal empregadora a seguir ao Estado.” (MOURÃO; PEDRO, 2012, p.14)

RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

De outra forma surge, para além da reutilização ou do reaproveitamento dos recursos, um outro conceito de grande relevância: a ideia de reduzir a intervenção ao mínimo necessário e imprescindível para o seu bom funcionamento. Assim, esta *redução ao essencial* diz respeito não só à economia dos meios de expressão mas acima de tudo ao restringimento na introdução de novos materiais, infra-estruturas ou dispositivos, diminuindo o impacto ambiental e económico da sua produção e extração. Este conceito levanta uma outra questão, que deve ser tida em conta na conceção de qualquer obra: quais serão as necessidades reais numa intervenção? Neste sentido, será importante lembrar que “as medidas mais insustentáveis são aquelas que não se necessitam, por mais ecológicas que sejam”. (MUÑOZ, 2010, p.157)

De qualquer forma, todas estas atitudes de redução, reutilização e valorização dos recursos naturais encontrar-se-iam já consideradas à data da construção da pré-existência, pelo que em nada esta atitude constituirá novidade: tais mentalidades fariam parte da cultura tradicional em que esta estaria inserida. No fundo, o objetivo aqui apresentado não será mais do que a vontade de continuação das boas práticas já presentes, muito embora essa procura adviria da escassez de recursos das famílias e não da necessidade de construir de forma sustentável.

No caso concreto do objeto de estudo, toda a estrutura e a generalidade dos métodos construtivos da Casa da Deveza foi reutilizada, tal como grande parte das suas funções agrícolas, reabilitando o seu carácter rural e evitando ao máximo a perda de identidade da propriedade. Da mesma forma, neste projeto reduziu-se a introdução de novos materiais, técnicas e princípios ao mínimo necessário o que, para além de dar resposta às situações atrás expostas, diminui as possíveis incompatibilidades entre materiais pré-existentes e acrescentados.

Seguindo o mesmo esquema, uma intervenção deste carácter trata de potenciar não só a reutilização e a redução das atividades a realizar, mas também a de salvaguardar a sua eficiência, fácil manutenção e durabilidade, evitando a necessidade de substituições periódicas dos materiais e garantindo a compatibilidade dos mesmos com as utilizações que deverá servir.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Também esta questão foi prevista na proposta apresentada uma vez que, tratando-se de uma premissa basilar, tenha já sido considerada nesta fase do projeto.

No entanto, ainda que se tenha reduzido esta operação de reabilitação ao mínimo essencial, tornou-se necessário aplicar novos princípios de sustentabilidade, adequados a necessidades de conforto que a pré-existência não possuía: tornou-se indispensável a introdução de uma nova camada isolamento térmico e de novas fontes de aquecimento, implantadas de forma a tirar o máximo proveito das mesmas e evitando consumos energéticos desnecessários.

Por último, a sustentabilidade das construções atuais está diretamente relacionada com a capacidade do edifício evitar o consumo de recursos não renováveis, principalmente no que toca à vertente energética: a instalação de um sistema de captação de energia, como os painéis solares térmicos e fotovoltaicos utilizados no projeto em questão, contribuem em grande escala para a redução ou até mesmo eliminação desse consumo, sendo que o objetivo será a conquista de um estado de auto-sustentabilidade térmica e energética de toda a propriedade. Estas questões aparecem também relacionadas com o conceito de Bioconstrução, que será desenvolvido no próximo ponto.

Concluindo, procurou-se neste projeto dar resposta aos vários problemas de sustentabilidade que a atualidade enfrenta, sem com isso comprometer o conforto físico e estético da construção. De outro modo, neste projeto foram já salvaguardadas as demandas impostas pelo programa Portugal 2020³⁶, que visam promover a adequação das políticas nacionais à situação social, económica e ambiental do país.

³⁶ No qual se integra o programa Norte 2020, que por sua vez aponta um conjunto de prioridades para o crescimento da região, das quais constam uma economia de baixo teor de carbono e uma melhoria da qualidade ambiental (PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO NORTE 2014-2020, 2014)

Bioconstrução e arquitetura tradicional popular

Existem hoje novos caminhos para a Arquitetura, que têm vindo a ser explorados com o objetivo de tornar a prática mais adequada às necessidades sociais, culturais e económicas da sociedade, dos quais a Bioconstrução é um exemplo paradigmático.

Resumidamente, esta vertente trata de implementar um modelo construtivo que se guie pelo máximo aproveitamento dos recursos naturais, principalmente geográficos e climatéricos, e pela adequação das construções às características dos lugares, conseguindo assim uma resposta adaptada às necessidades de cada situação e contribuindo, deste modo, para uma construção sustentável. Deste modo, a bioconstrução age não só no sentido de potenciar a máxima rentabilização dos espaços e dos recursos mas também como valorização dessas mesmas características locais, únicas e tão particulares das diferentes regiões (VAZ; FERREIRA; LUSO; FERNANDES, 2013).

Da mesma forma, compreendem-se imediatamente as semelhanças entre este “novo” caminho e as práticas arquitetónicas tradicionais populares, que mais não eram senão a personificação dos vários pontos acima enumerados. Assim, a arquitetura tradicional popular surge como o arquétipo da resposta às necessidades do contexto atual que, sendo que nesta arquitetura se encontram inúmeros e sábios exemplos do tipo de práticas bioclimáticas. No fundo, a Bioconstrução trata da utilização dos sistemas e técnicas construtivas altamente eficientes utilizadas no passado, para conceber hoje uma arquitetura que tenha tantas ou mais vantagens do que aquela em que se baseou.

Sistemas passivos e sistemas ativos

Aprofundando o estudo desta vertente arquitetónica, a Bioconstrução e a arquitetura tradicional popular assentam sinteticamente em dois métodos de manutenção das condições de habitabilidade dos espaços: os sistemas passivos, que não implicam o consumo de energia direta e os sistemas ativos que, ao contrário do anterior, acarreta essa necessidade (MOURÃO; PEDRO, 2012).

Desta forma, e sempre utilizando a pré-existência do objeto de estudo, será possível identificar consideráveis desproporções entre passivos e activos, tendendo positivamente para a utilização dos sistemas passivos: paredes com elevada inércia térmica, tornando os espaços mais frescos no Verão e mais quentes no Inverno, a cobertura em telha e o reboco de barro e palha que, sendo elementos cerâmicos, contribuem de igual modo para essa situação, sistemas de sombreamento e ventilação reguláveis, como no caso dos painéis do sequeiro, que resultam eficazes tanto a Sul como a Nascente e que possibilitam a circulação do ar no interior das divisões, a climatização por arrefecimento evaporativo incorporado na ramada do pátio que, para além de constituir um método de sombreamento extremamente eficaz³⁷, contribui para o arrefecimento de grande parte da fachada sul e o espaço de alpende que constitui um sistema de transição orientado, fazendo não só a mediação física entre interior coberto e exterior descoberto, que existe ainda como espaço de transição térmica eficaz, tirando partido das diferentes orientações solares ao longo do ano.

Do mesmo modo, aos vários sistemas passivos já presentes e reaproveitados da pré-existência, acrescentaram-se outros que, pela reconversão e introdução de novos espaços, se revelaram pertinentes: a introdução de sistemas de sombreamento amovíveis, sendo o caso do sistema de lonas instalado sobre os espaços de terraço, que permitem a sua regulação conforme as necessidades dos habitantes e a utilização de climatização geotérmica para o novo espaço de adega, beneficiando da estabilidade térmica e geohíbrica proporcionada pelo solo que envolve a divisão.

³⁷ A utilização de espécies de folha caduca, neste caso da videira, é extremamente vantajosa, já que confere frescura no Verão e permite a passagem do calor no Inverno.

RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Contudo, e por maior que seja a sua eficiência, à pré-existência não bastariam os sistemas passivos atrás enumerados, pelo que se recorreria a sistemas ativos de produção: neste caso concreto, a utilização do fogo da pedra-lar, que seria mesmo o único sistema de produção de energia empregue.

Ainda assim, a utilização desta única fonte de energia tornou-se obsoleta e desadequada à nova intervenção, sendo que novos dispositivos de produção ou recolha de energia foram integrados no complexo: a redistribuição de pontos de aquecimento pelo fogo, como as novas lareiras de ambas as salas de estar, que poderão servir não só o piso em que estão instaladas mas também os pisos superiores, a introdução inevitável de um sistema de aquecimento central, mais eficiente em termos de repartição energética ao longo dos vários compartimentos. Consideravelmente importante foi também a abertura do novo pátio na fachada sul do edifício de habitação pré-existente, de modo a conferir iluminação e conforto térmico à antiga adega, convertida em sala de estar e jantar. Por último, a instalação não só de um sistema de painéis solares térmicos, para aquecimento de águas, mas também de painéis fotovoltaicos, de forma a suprir as necessidades de utilização de energia elétrica da Casa.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 32 Sistema passivo de ventilação e sombreamento do sequeiro.



FIG 33 Espaço de transição orientado do alpendre.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

04

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA

ESTADO ATUAL

PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO

APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

O quarto capítulo deste trabalho tem como principais objetivos dois pontos: o primeiro será a apresentação concreta e concisa da solução desenvolvida para a reabilitação da Casa da Deveza, através de suportes desenhados e escritos, o segundo será a exposição da reflexão acerca do processo criativo deste projeto, abrindo-o à discussão.

No fundo, este capítulo surge como a síntese da intervenção proposta para o objeto de estudo, sendo que se procura explanar como esta foi ao mesmo tempo justificção e justificada pelos vários assuntos abordados até aqui. Impossível será dissociar uma parte da outra, já que será dessa simbiose que nasce um projeto de Arquitetura.

Mais do que acrescentar algo à estrutura pré-existente, uma reabilitação procura reinterpretar essa estrutura à luz das novas necessidades. Isto é, ela será o resultado de uma nova reflexão sobre a obra em questão. Não será, assim, apenas a continuação de uma imagem³⁸ pré-existente - como poderia um artista intervir numa obra sem se apropriar dela? Pelo contrário: a reabilitação oferece uma nova perspectiva sobre essa pré-existência, uma nova leitura com um novo objetivo.

Uma reabilitação será, portanto, uma renovação dessa imagem pré-existente - como uma segunda versão dum mesmo quadro.

³⁸ Imagem enquanto significante ou materialização de um significado ou ideia.

4.1. ESTADO ATUAL

Dando seguimento às informações já apresentadas, far-se-á neste texto uma síntese do estado atual da Casa da Deveza, no que concerne ao edificado pré-existente.

Tal como introduzido no início deste trabalho, a propriedade encontra-se de um modo geral bastante degradada, sendo que mesmo alguns compartimentos se encontram já completamente arruinados. Refere-se em particular os espaços do volume B que, ao perder utilidade com a extinção das funções agrícolas na propriedade, foi praticamente abandonado pelos habitantes do complexo. Identicamente, a falta de manutenção geral levou ao apodrecimento dos vários elementos em madeira, que persistem sob a forma de ruína. Ainda assim, em 1997 foram realizadas obras de melhoramento, com a reconstrução integral do telhado do volume da habitação e do sequeiro e a construção de um novo coberto para a lenha, tal como já referido.

Paralelamente, foram ainda acrescentados a sul do volume A um galinheiro e um espaço de arrumos, construídos de forma bastante precária e desconectada da construção pré-existente. Do mesmo modo, o edificado foi sendo reparado pelos antigos habitantes de forma algo descuidada, introduzindo no complexo novos materiais e técnicas que se relacionam muito pouco com a pré-existência. Esta rutura contribuiu para agravar, em várias situações, a deterioração do edificado, dada a incompatibilidade entre novo e existente.

As várias patologias identificadas reforçam o estado de decadência do edificado, que acabou mesmo por se tornar devoluto pelas fracas condições de habitabilidade que apresentava nos últimos anos.



FIG 34 1:500 PISO 0 - levantamento topográfico da propriedade e envolvente

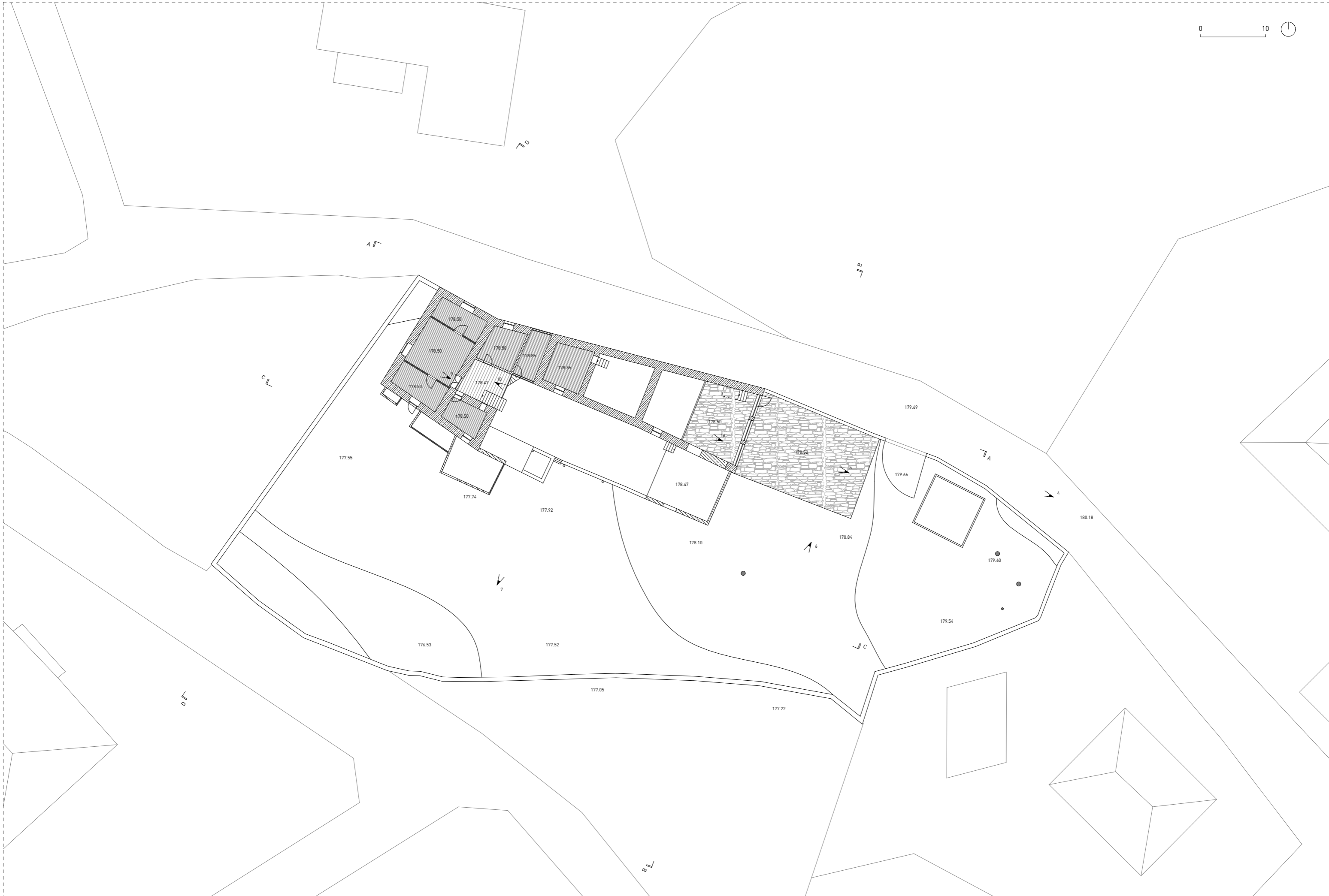


FIG 35 1:500 PISO 1 - levantamento topográfico da propriedade e envolvente

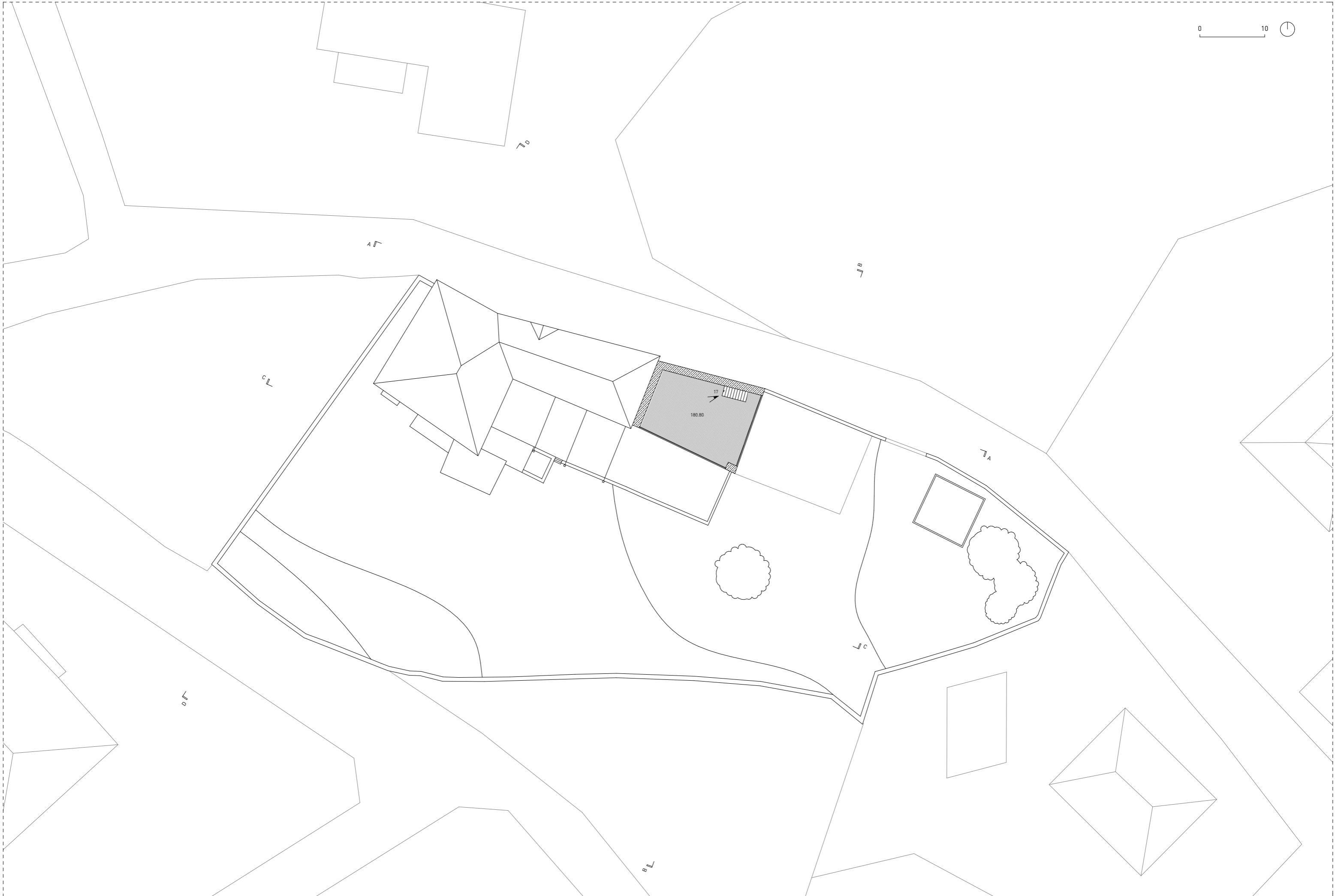
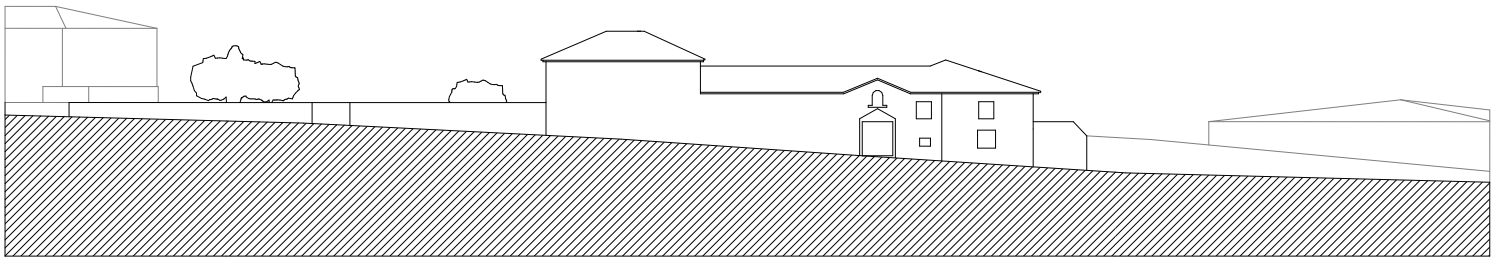
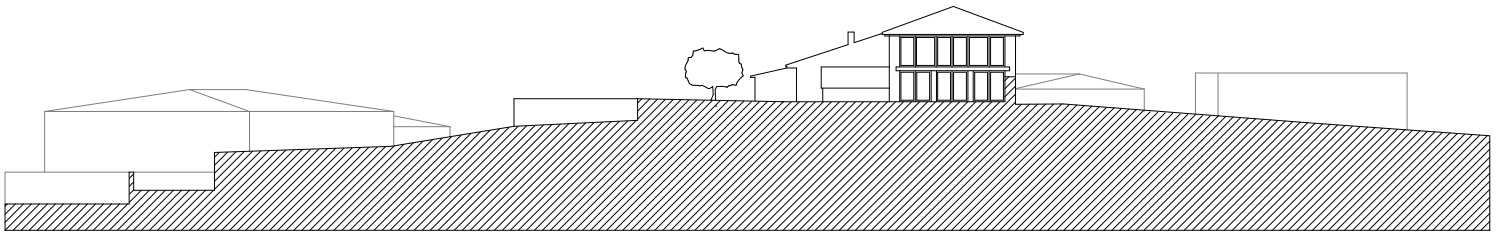


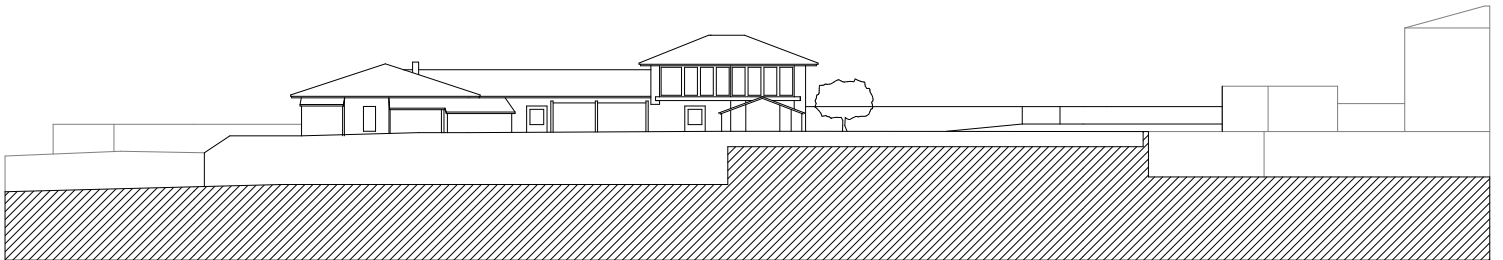
FIG 36 1:500 PISO 2 - levantamento topográfico da propriedade e envolvente



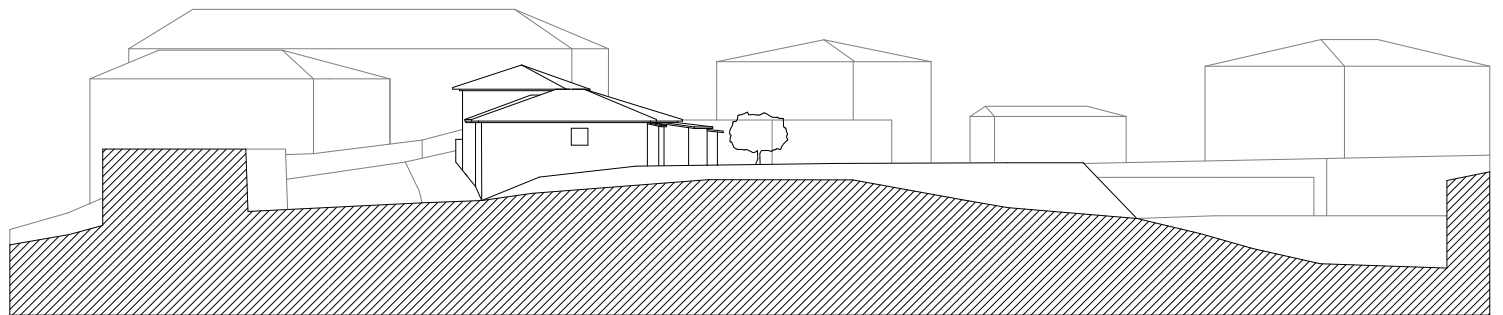
AA



BB



CC



DD



FIG 37 - 1:500 ALÇADOS; levantamento topográfico da propriedade e envolvente

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 38 1. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA



FIG 39 2. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 40 3. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA



FIG 41 4. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 42 5. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA



FIG 43 6. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 44 7. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA



FIG 45 8. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 46 9. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA



FIG 47 10. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 48 11. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA



FIG 49 12. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 50 13. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA



FIG 51 14. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 52 15. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA



FIG 53 16. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 54 17. Levantamento fotográfico da propriedade e envolvente

4.2. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Neste tópico será apresentada a reflexão acerca dos vários pontos que regeram o desenvolvimento deste projeto. Tal como referido na apresentação do programa, os princípios de intervenção resultarão num plano que obriga à disposição e confrontação de várias ideias, desejos e obrigações: a vontade dos clientes, a ideia do arquiteto, as exigências, possibilidades/oportunidades do programa, os regulamentos a cumprir, entre outros. Estes vários princípios passam então a constituir uma malha de pensamentos, em que se hierarquizam opções e necessidades, dando origem a uma matriz mental, que servirá de base a todo o processo de trabalho.

Assim sendo, e apesar de implícita nos capítulos anteriores, julgou-se pertinente explicitar a reflexão feita acerca dos princípios que orientaram esta intervenção, de modo a tornar a sua compreensão o mais clara e objetiva possível.

Após um período de delineação do plano de intervenção para este projeto foram definidos três objetivos principais, aos quais se deveriam subordinar todas as ideias que lhe dariam forma: a valorização da memória patrimonial do edificado e do lugar, a integração da solução no atual contexto cultural, social e económico e a importância de tornar a propriedade rentável. Ainda assim, não deixa de ser interessante notar como os três objetivos apresentados derivam dos princípios transmitidos pela arquitetura tradicional, tal como tão bem explicitados por Fernando Távora:

“Tem-se admitido também que, para projectar um edifício destinado a determinada região do país, se devem copiar ou estilizar os elementos arquitectónicos mais interessantes da região, para que o edifício se integre no ambiente regional. Maneira primária de conceber o problema da integração em ambientes pré-existentes, e por consequência a própria Arquitectura. [...] Integrar-se, pertencer, são coisas mais sérias e profundas. De modo algum são apenas maneiras de vestir, tanto pessoas como edifícios.

Do estudo da Arquitectura popular portuguesa podem e devem extrair-se lições de coerência, de seriedade, de economia, de engenho, de funcionamento, de beleza... que em muito podem contribuir para a formação dum arquitecto dos nossos dias.” (1993, p.48)

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Deste modo, as intenções definidas tornaram-se o centro gravitacional das inúmeras possibilidades formais, sendo que ao mesmo tempo se impuseram como os primeiros limites à formalização deste projeto.

Aprofundando o seu estudo, os objetivos atrás expostos foram sendo decompostos em outros progressivamente mais concretos, condensando as três intenções acima descritas:

- a requalificação da pré-existência tendo em consideração os valores da arquitetura tradicional popular, nela implícitos;
- a manutenção parcial das atividades agrícolas desenvolvidas que, embora algo transformadas, foram adaptadas às necessidades dos clientes;
- a reutilização e otimização das qualidades estéticas, técnicas e construtivas da pré-existência, tirando partido das potencialidades já presentes no edificado;
- a redução da intervenção ao estritamente necessário, tanto nas suas vertentes físicas como concetuais, de modo a não só minimizar custos mas também possíveis incompatibilidades;
- a introdução de novas estruturas para aproveitamento de recursos, diminuindo ou eliminando perdas evitáveis;
- a adequação do programa aos espaços pré-existentes, evitando uma intervenção demasiado invasiva e descaracterizadora;
- a rentabilização da propriedade, pela possível adaptação da solução final à prática de atividades turísticas.

Com as ideias atrás expostas foram-se restringindo os limites formais dentro dos quais a solução final deveria existir, dando início ao percurso de busca, de montagem e desmontagem que constitui um processo de Arquitetura.

No que diz respeito a este percurso em concreto, poder-se-ão referir vários aspetos particulares, como a ampla investigação desenvolvida, o seu contexto físico, cultural e económico ou a singularidade da relação entre arquiteto e cliente. Todos estes elementos foram utilizados como mecanismos potenciadores desse processo criativo, associando aquele conhecimento particular ao conhecimento adquirido ao longo dos cinco últimos anos de faculdade.

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA

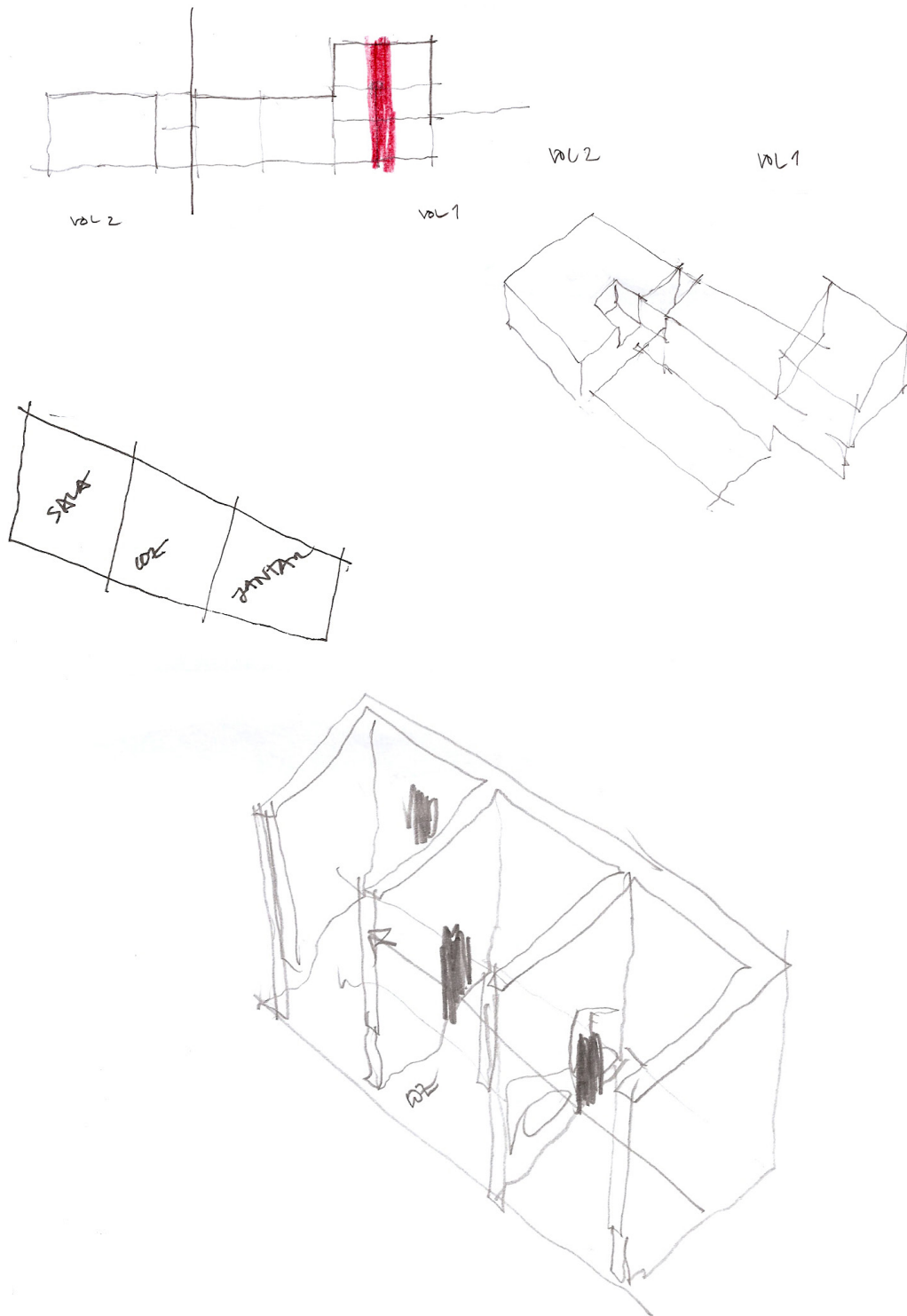


FIG 55 Esquissos de processo

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

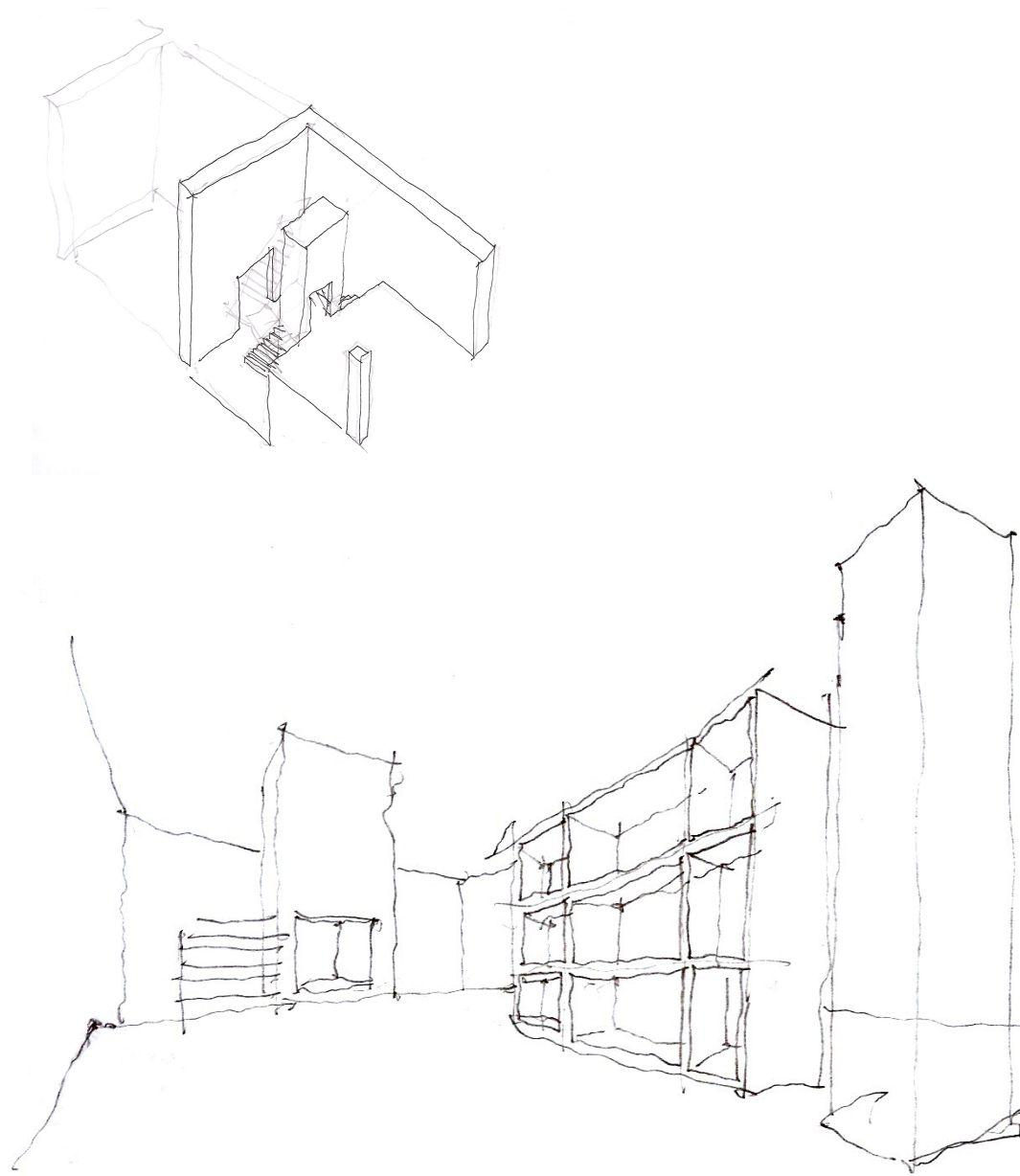


FIG 56 Esquissos de processo.

4.3. APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO

Sob a mesma perspetiva, em nenhum momento foi esquecido o aprendizado nesta Escola, recorrendo às ferramentas habitualmente utilizadas na concretização das ideias: as memórias, o desenho, a maquete e o debate. Neste processo, as memórias tiveram um papel preponderante na formalização da solução final, já que a criação artística não é mais do que uma reinterpretação dessas referências, pensamentos ou experiências: surgiu Fernando Távora e o seu projeto para a casa de Briteiros, as casas da Gateira em Moledo do Minho de Álvaro Siza, o sequeiro em Guimarães de José Gigante e o palheiro em Cortegaça, de João Mendes Ribeiro entre tantas outras. Ainda assim, e apesar desta presença, não se pretendeu em nenhum momento transpor estilos ou linguagens, mas apenas refletir sobre as diversas intervenções e suas opções em exemplos distintos de arquitetura tradicional popular.

Do mesmo modo, também o desenho, a maquete e o debate contribuíram em grande medida para o desenvolvimento deste projeto, tendo sido utilizados compulsivamente ao longo de todo o processo

Apesar de praticamente definida no curto período de 2 meses, a solução final passou naturalmente por várias propostas ao longo deste percurso, reforçando a complexidade inerente à formalização dos princípios pré-estabelecidos.

Ainda assim, poder-se-á referir a existência de duas fases distintas durante o processo criativo: a primeira, em que a opção de intervenção seria constituída por habitação de férias e complexo de turismo rural e a segunda, em que a ideia de turismo rural foi abandonada. Em relação a ambas as fases, que deram naturalmente origem a formalizações diversas, será pertinente referir os motivos que levaram a esta rutura. A principal razão para esta modificação assentou na constatação de que a área construída do complexo projetado inicialmente seria desproporcional às restantes atividades que se pretendiam desenvolver na propriedade. Por outro lado, ao reduzir a área construída à pré-existência concluiu-se, após algumas trocas de impressões com os clientes e especializados na matéria, que o investimento necessário para o desenvolvimento desta atividade não seria particularmente rentável.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

Deste modo, definiu-se a transformação do edificado essencialmente em habitação de férias, ainda que possibilitando a sua futura adaptação a um estabelecimento de turismo rural. Com esta atitude o projeto tornou-se, de certo modo, ambivalente, garantindo os espaços necessários tanto à opção de habitação de férias como à de turismo rural.

Mais ainda, as últimas propostas e solução final evoluíram no sentido de viabilizar ainda a sua utilização concomitante, isto é, de o complexo funcionar em parte como casa de férias em parte como turismo rural: a individualização dos dois volumes favoreceu esta situação, conferindo-lhes não só autonomia mas tornando-os diretamente relacionados com atividades diversas, diferenciando as experiências espaciais presentes em cada um.

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA



FIG 57 Esquissos de processo.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

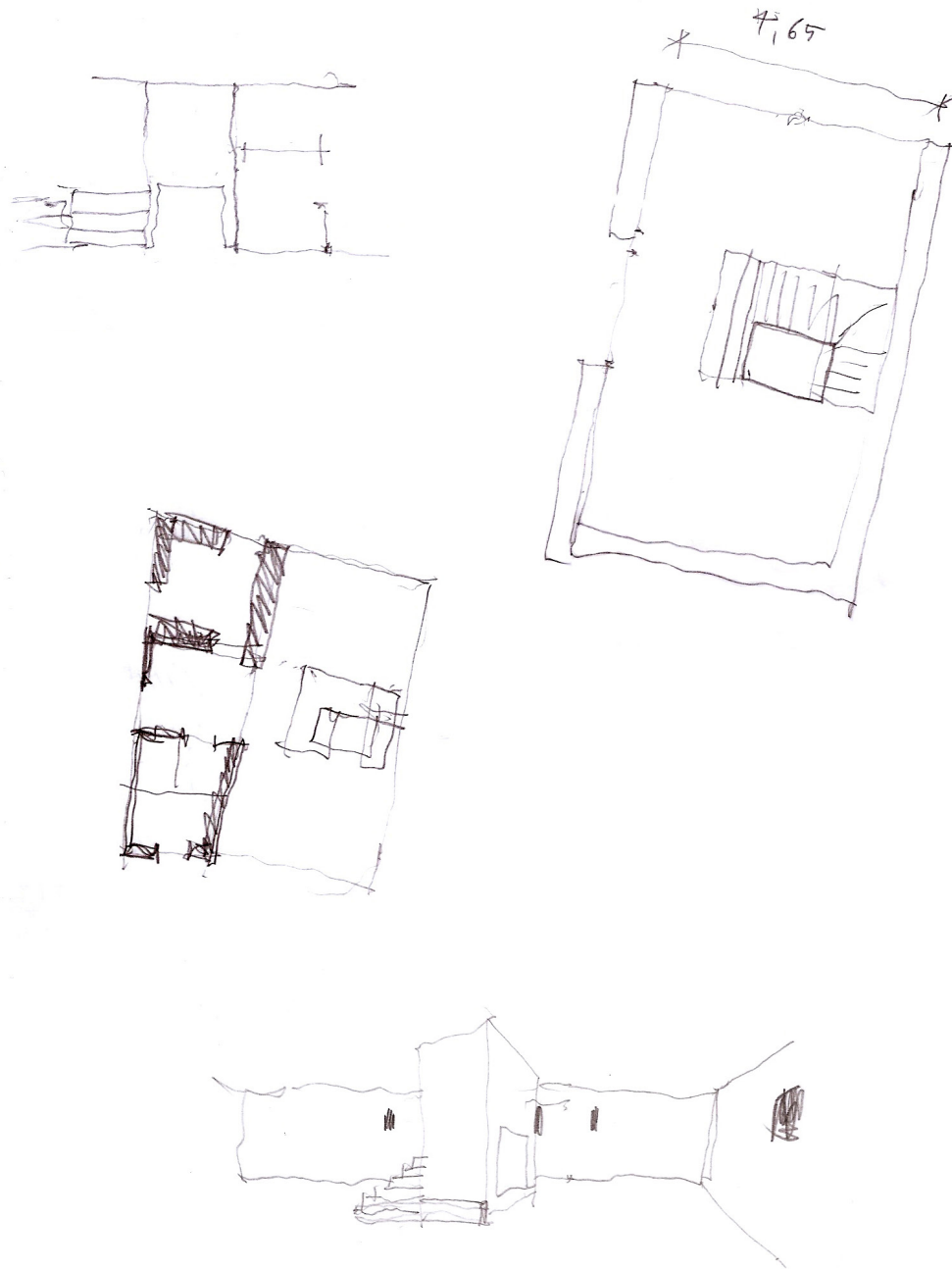


FIG 58 Esquissos de processo.

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA

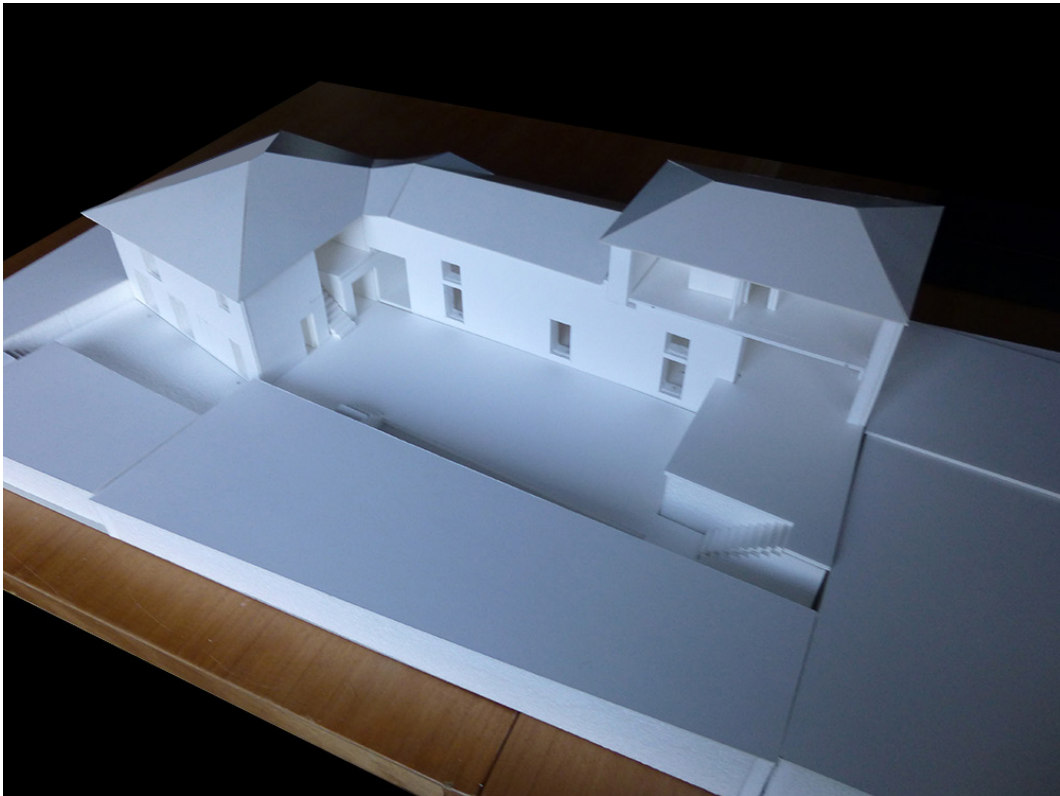


FIG 59 Maquete de estudo.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

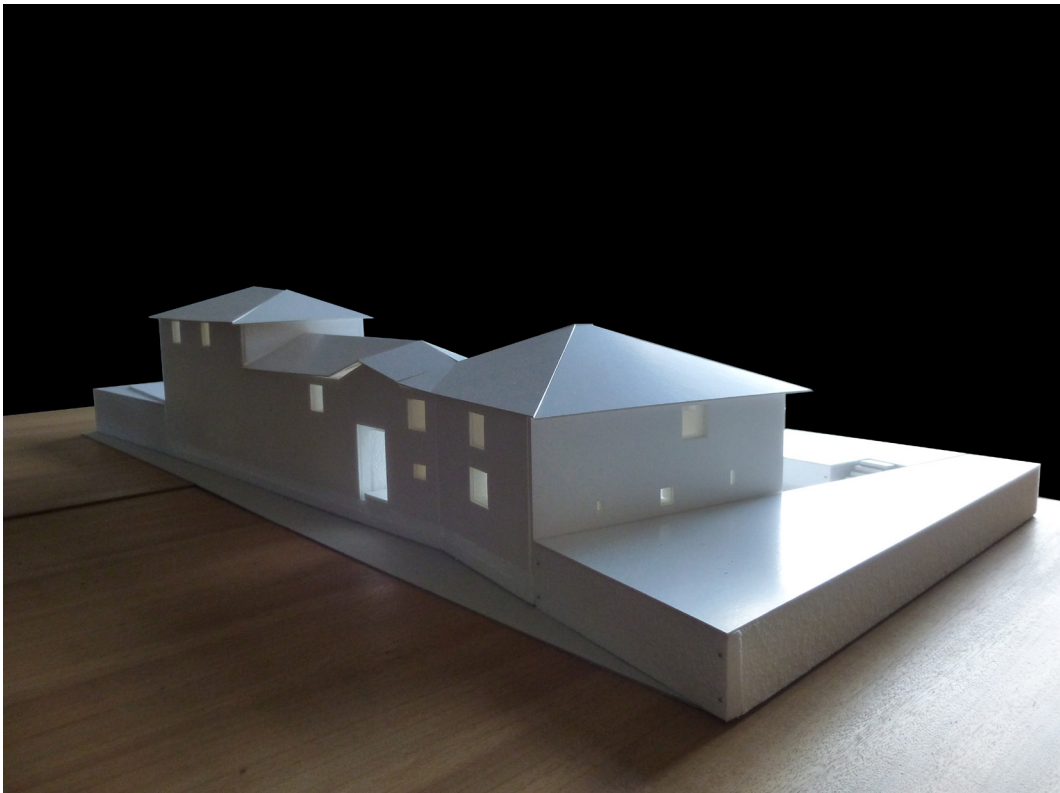


FIG 60 Maquete de estudo.

4.4. APRESENTAÇÃO DA SOLUÇÃO

Como conclusão, far-se-á a exposição da proposta final de intervenção, atentando não só na sua composição mas principalmente nas dinâmicas espaciais criadas ou potenciadas, com o objetivo de explanar as várias opções tomadas na solução alcançada. Note-se ainda que a solução final foi desenvolvida até à fase de projeto-prévio, uma vez que o objetivo deste trabalho não será aprofundar questões construtivas mas atentar na composição arquitetónica e nas relações que se estabeleceram.

RELAÇÃO ENVOLVENTE-PROJETO

Iniciando a análise a uma escala menos aproximada, apresenta-se a proposta inserida na sua envolvente, evidenciando a relação estabelecida com a orientação solar e visual, com o restante edificado e com as variações de cota.

Seguindo o esquema da pré-existência, a “vida” do complexo volta-se a Sul, usufruindo da máxima exposição solar e da agradável panorama do monte em frente, salvaguardado pelo talude, também a Sul, do qual a propriedade tira grande partido. Esta vantagem altimétrica mantém-se ainda a Poente, beneficiando da posição mais elevada face ao terreno contíguo, ainda por construir. No entanto, e apesar da orientação Poente necessitar de alguma proteção face às possíveis alterações na propriedade adjacente, procurou-se dar também algum destaque à bela panorâmica oferecida pelo vale, que se desenvolve naquela direção. Usufruindo ainda desta mais-valia, localizou-se uma das zonas de lazer próxima do limite Poente, aproveitando essa visão desimpedida da bela paisagem oferecida. De outra forma, o desenvolvimento da propriedade a Sul resulta também da procura de privacidade para os espaços exteriores, que se refugiam atrás do edificado, uma vez que a estrada municipal acompanha o limite Norte do complexo.

No que diz respeito à relação com o edificado envolvente, a nova intervenção não introduziu grandes alterações, já que toda a implantação e volumetria foi mantida e recuperada na solução final. Ainda assim, poder-se-á referir o pequeno acrescento construído a Nascente, que impedirá o contacto visual desde o terreno da intervenção com o pequeno volume construído na propriedade contígua, bastante descaracterizador do espaço. Este novo volume albergará uma garagem, espaço de arrumos e sala para máquinas, sendo que imediatamente a Norte se localizarão ainda dois espaços cobertos destinados a estacionamento automóvel.

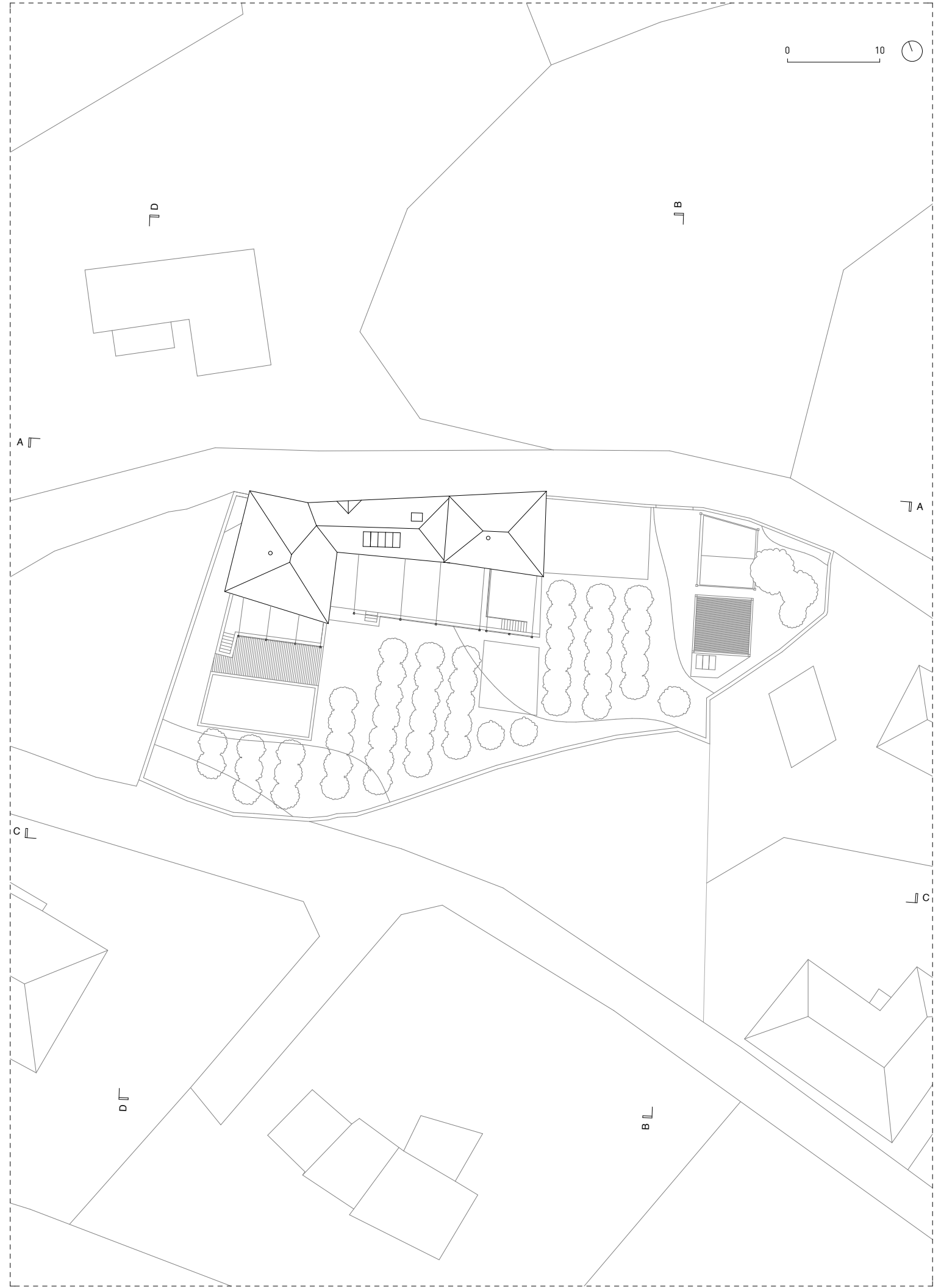
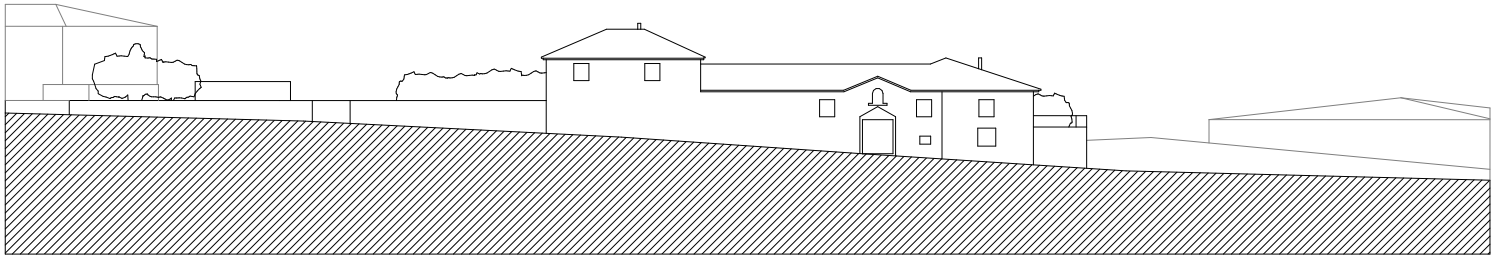
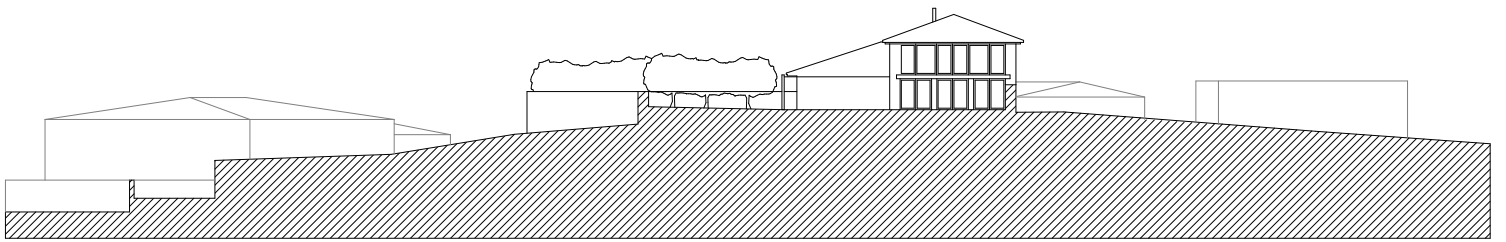


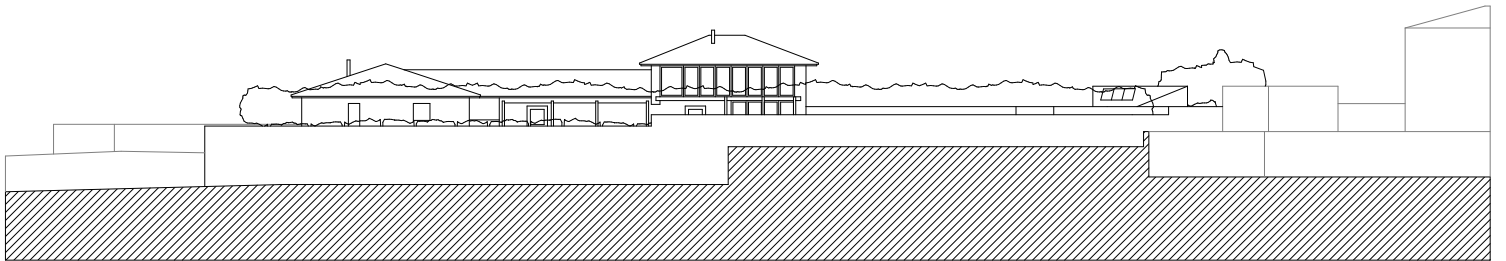
FIG 61 - 1:500 COBERTURAS; apresentação da solução



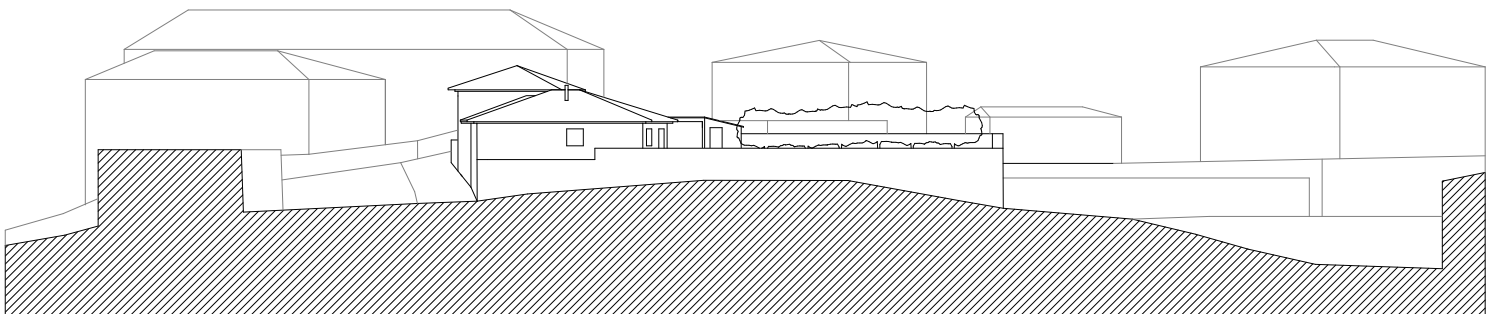
AA



BB



CC



DD



FIG 62 - 1:500 ALÇADOS; solução final.

RELAÇÃO ENTRE ESPAÇOS INTERIORES EXTERIORES

Aproximando a escala, far-se-á uma análise das relações estabelecidas entre os espaços interiores e exteriores da solução, de forma a expor as diversas situações apresentadas, dignas de nota neste projecto.

Tal como parcialmente exposto no tópico anterior “Apontamentos de Processo”, a dinâmica interior-exterior assentou em dois pontos principais: a procura da distinção espacial entre os volumes e o desejo de interligação dos mesmos através do pátio pré-existente. O aparente antagonismo das ideias requer uma segunda reflexão por parte do leitor já que, como se demonstra na solução apresentada, elas jamais serão opostas mas sim complementares.

Mais especificamente, quanto ao primeiro ponto, pretendeu-se não só valorizar as diferentes qualidades espaciais dos volumes mas enaltecê-las, tal como já referido, tirando partido dessa diversidade ao invés de a contrariar. Desta reflexão surgiu a ideia de transpor essa distinção para o exterior, vocacionando os dois volumes para diferentes actividades: enquanto o volume B se encontra mais direccionado para a produção agrícola e hortícola, o volume A apresenta-se em contacto directo com os vários espaços de lazer, criando assim uma dicotomia espacial na propriedade.

No entanto, não se procura impor uma vocação aos ocupantes, quer de um, quer de outro volume mas potenciar a movimentação dos mesmos pela propriedade, de forma a usufruirmos de diferentes experiências nas diferentes áreas.

Em relação a esta distinção de funções, dever-se-á ainda mencionar a referência à estrutura espacial pré-existente onde, por sua vez, já se encontrava presente a distinção dos dois volumes, dando assim continuidade ao espírito do complexo agrícola.

Quanto ao segundo ponto, a ideia de interligar os dois volumes pelo pátio exterior não é mais do que uma recuperação do princípio pré-existente, que definira o grande pátio como “coração” do complexo. Este espaço manter-se-á como centro da circulação do complexo, em contacto directo com as zonas sociais tanto do volume B como do volume A, conferindo ao espaço um clima de união e sugerindo a sua utilização como espaço de encontro e partilha, sob a fresca ramada que torna tão agradável o seu ambiente.

REABILITAÇÃO DA CASA DA DEVEZA

Por sua vez, contíguo ao pátio surge a área de pomar que, estendendo-se por todo o terreno, reforça o ambiente verdejante de toda a propriedade.

Quanto ao tratamento dos restantes espaços exteriores contíguos aos volumes, referindo em particular os terraços, procurou-se criar um espaço intermédio, como “filtro” entre os espaços privados e o exterior, associando a cada volume um espaço de contacto directo com o exterior semi-privado, com a possibilidade de utilização de uma cobertura em lona ajustável que, tal como referido no tópico “Reabilitação e sustentabilidade”, constitui também um método passivo de controlo da temperatura interior.

Deste modo, elaborou-se um esquema de distribuição exterior que se harmonizasse com os espaços interiores, fomentando a interação entre os dois volumes, ainda que salvaguardando a privacidade de cada um dos fogos.



FIG 63 1:200 PISO 0 - vermelhos e amarelos



FIG 64 1:200 PISO 1 - vermelhos e amarelos

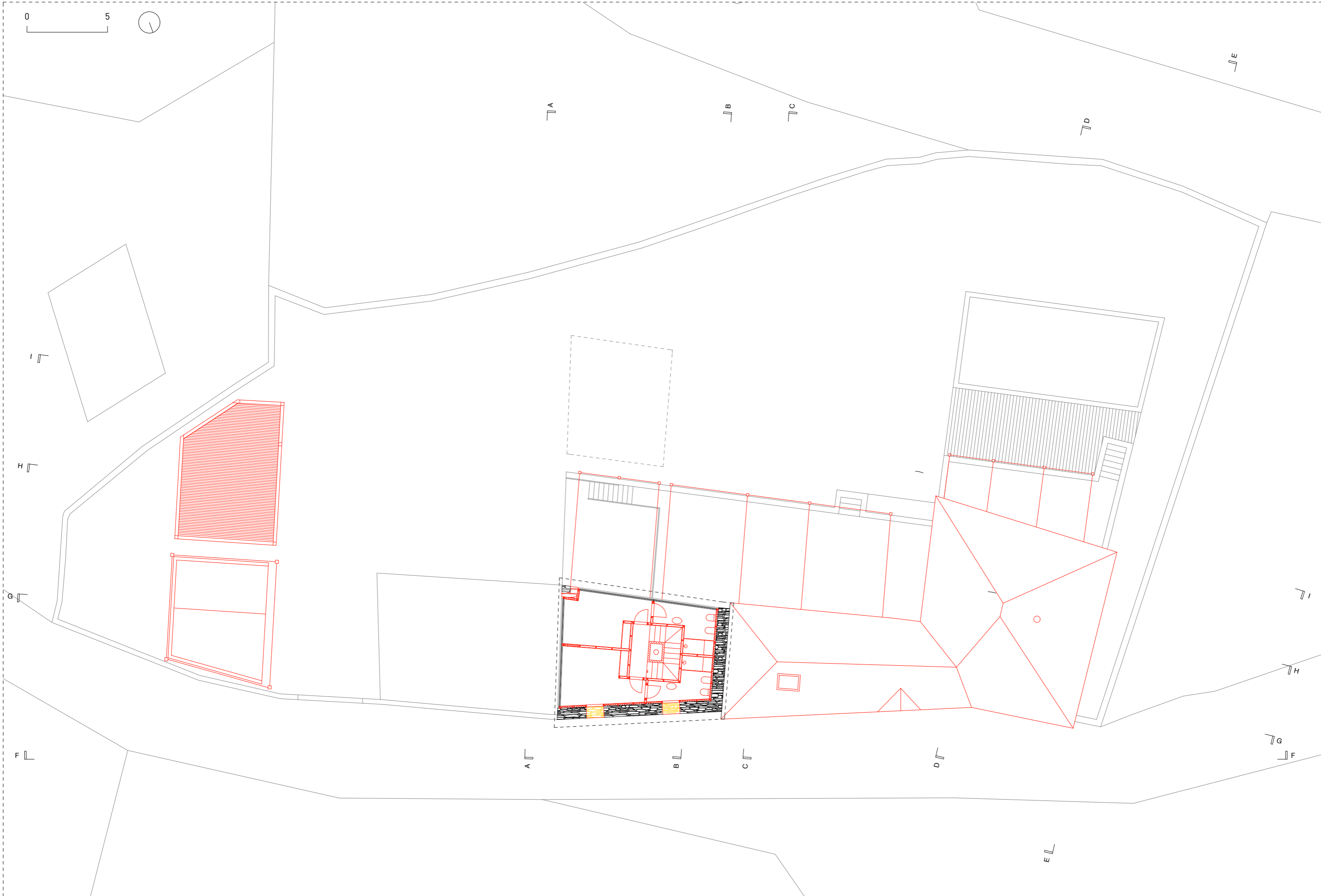
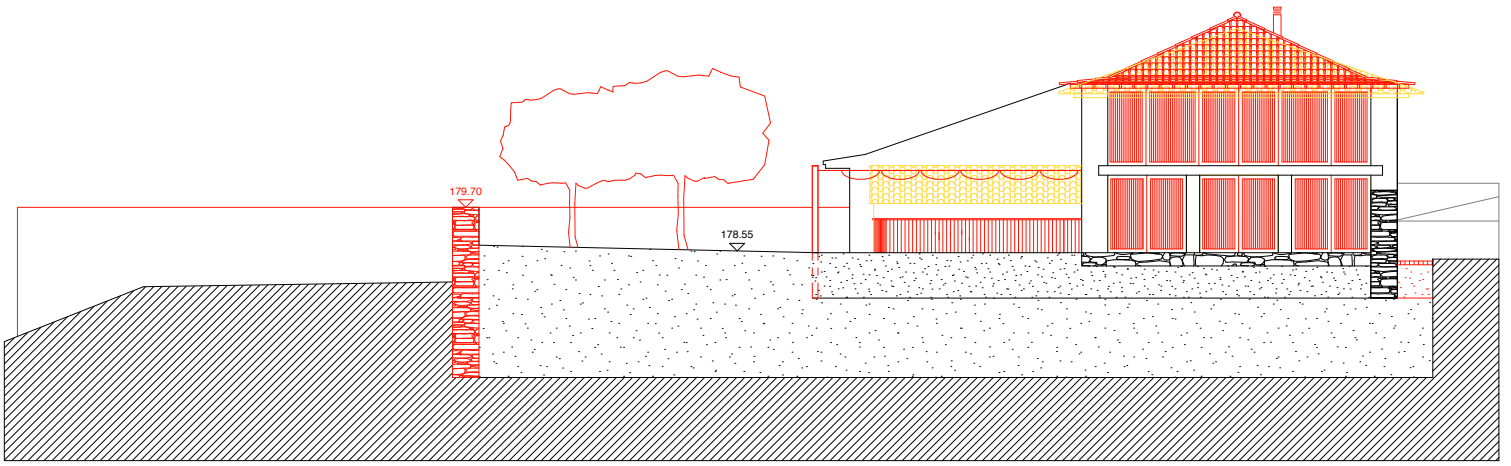
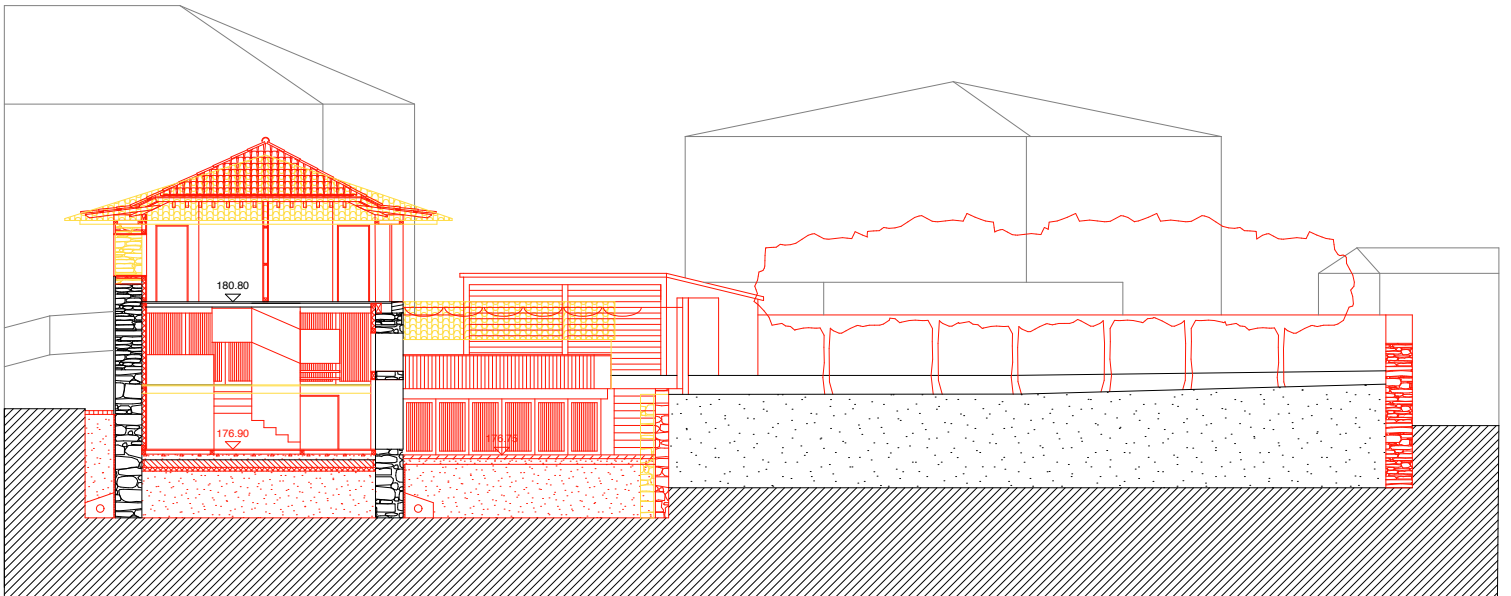


FIG 65 1:200 PISO 2 - vermelhos e amarelos

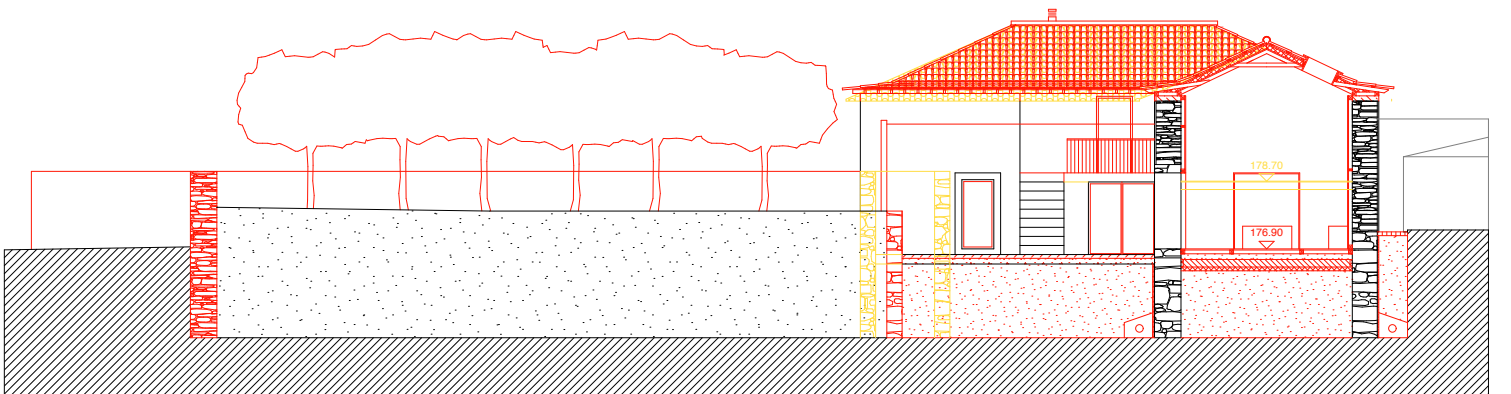
0 5



AA



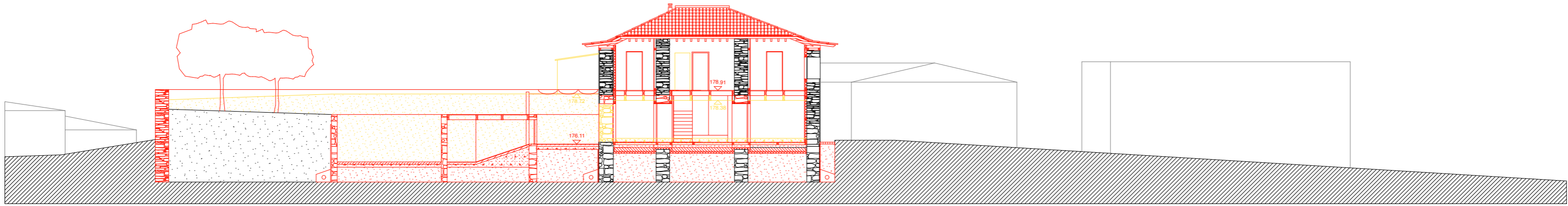
BB



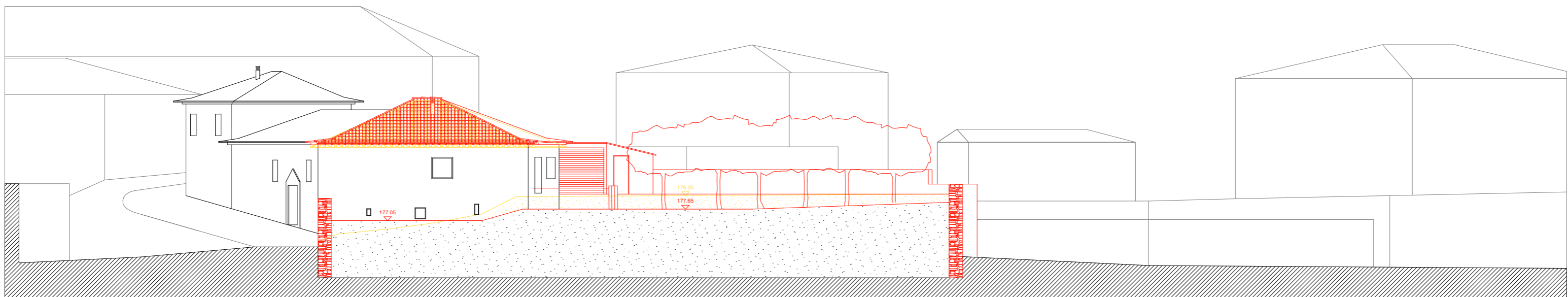
CC

FIG 66 1:200 CORTES - vermelhos e amarelos

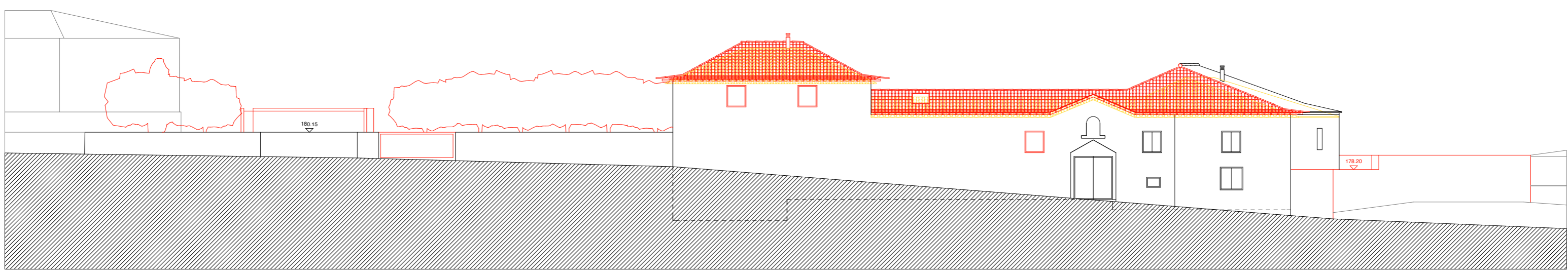
0 5



DD



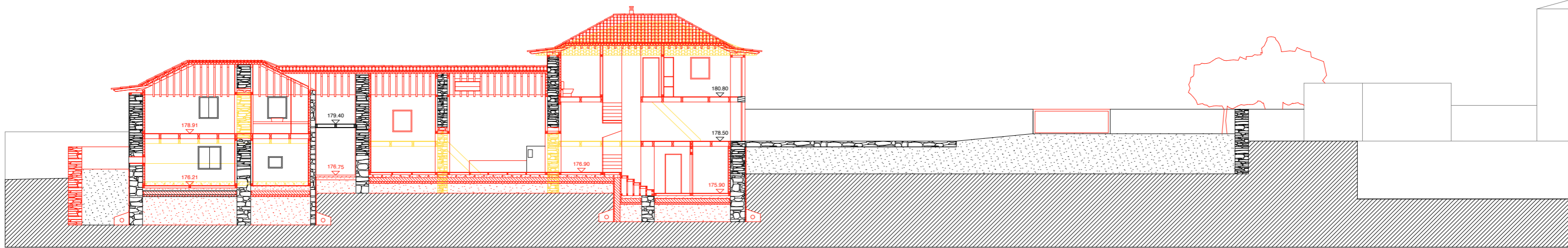
EE



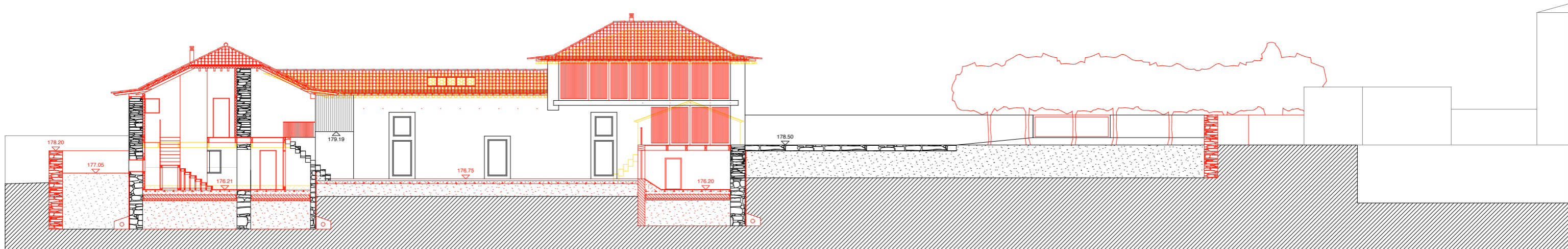
FF

FIG 67 1:200 CORTES - vermelhos e amarelos

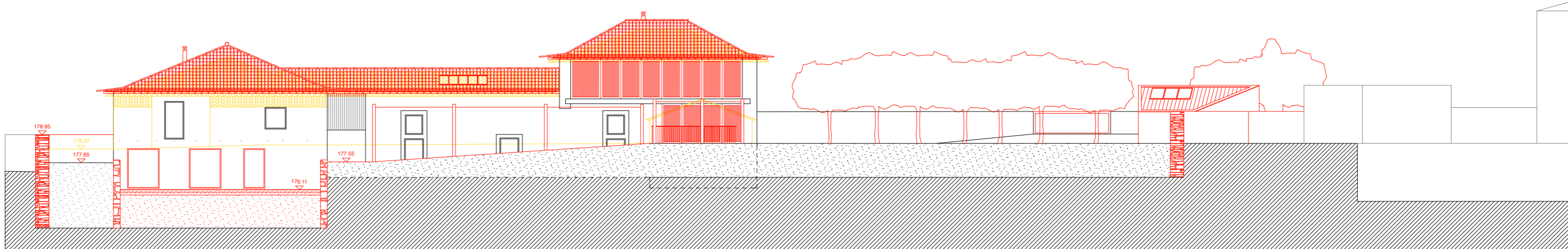
0 5



GG



HH



II

FIG 68 1:200 CORTES - vermelhos e amarelos

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

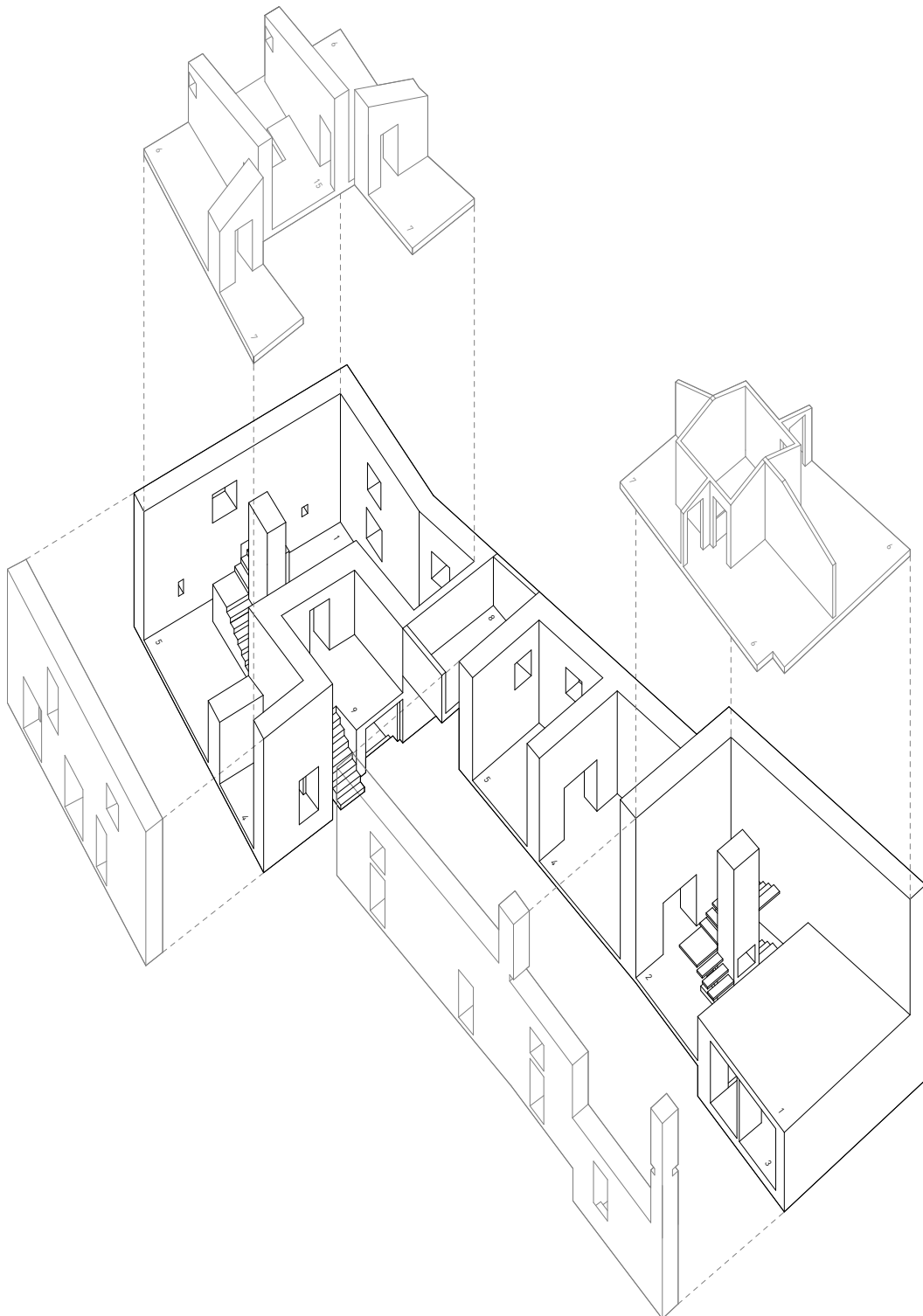


FIG 69 Axonometria da solução.

1: sala de estar; 2: WC; 3: espaço de distribuição; 4: cozinha; 5: sala de jantar; 6: quarto; 7: WC;
8: arrumo; 9: alpendre.



FIG 70 1:200 PISO 0 - solução final

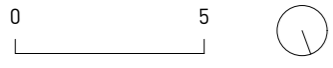


FIG 71 1:200 PISO 1 - solução final

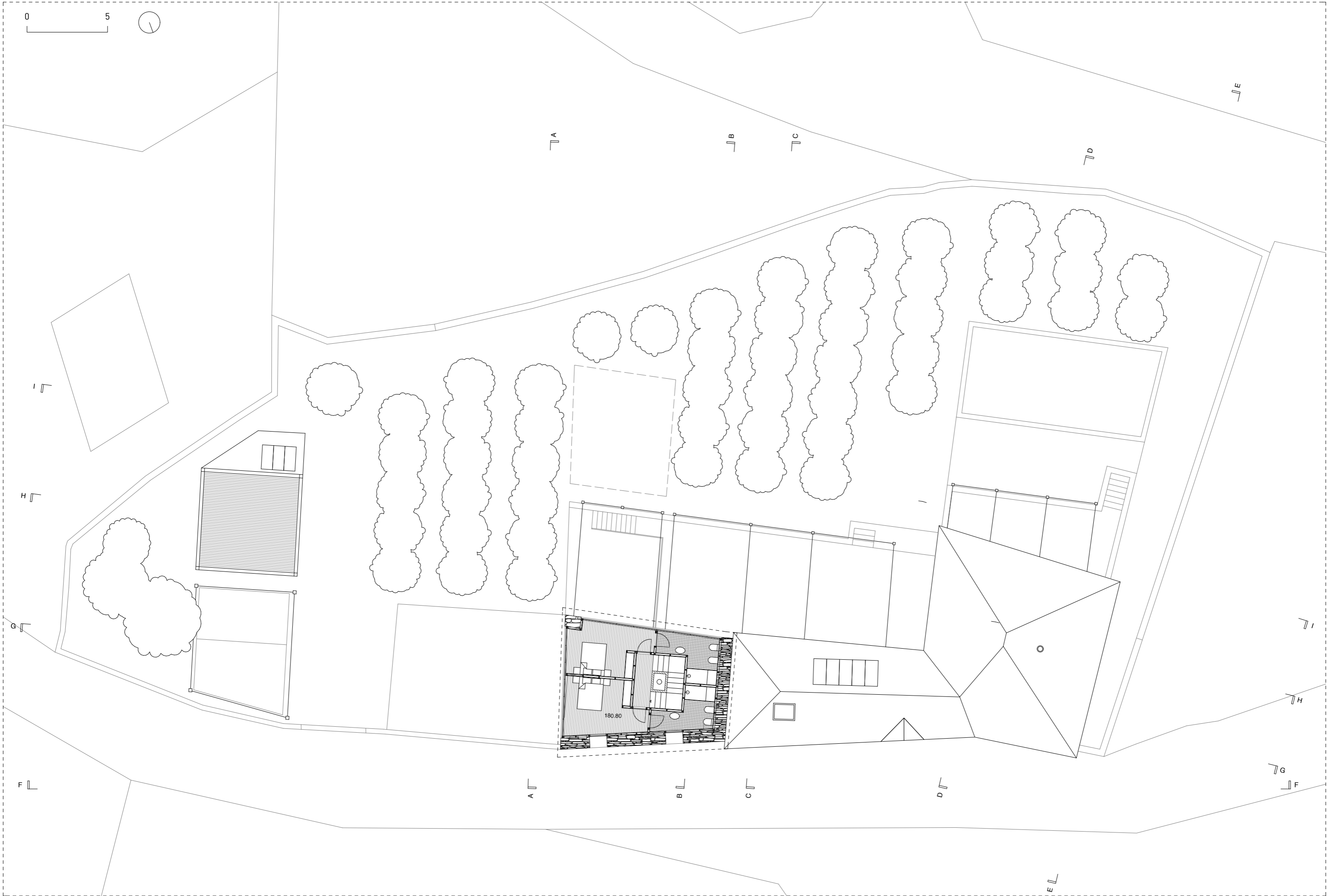
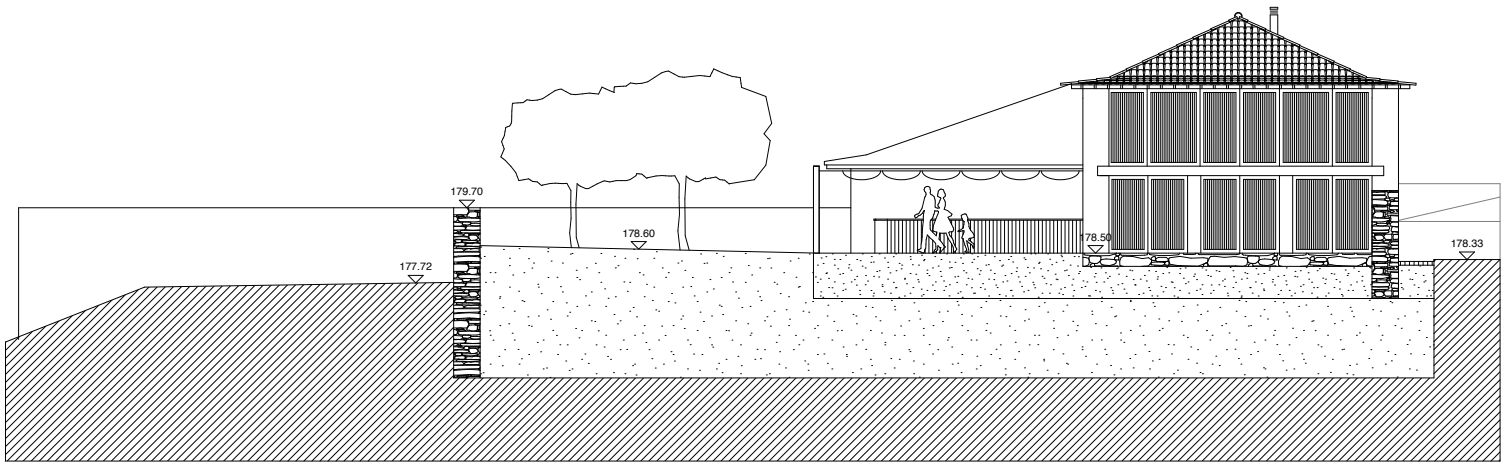
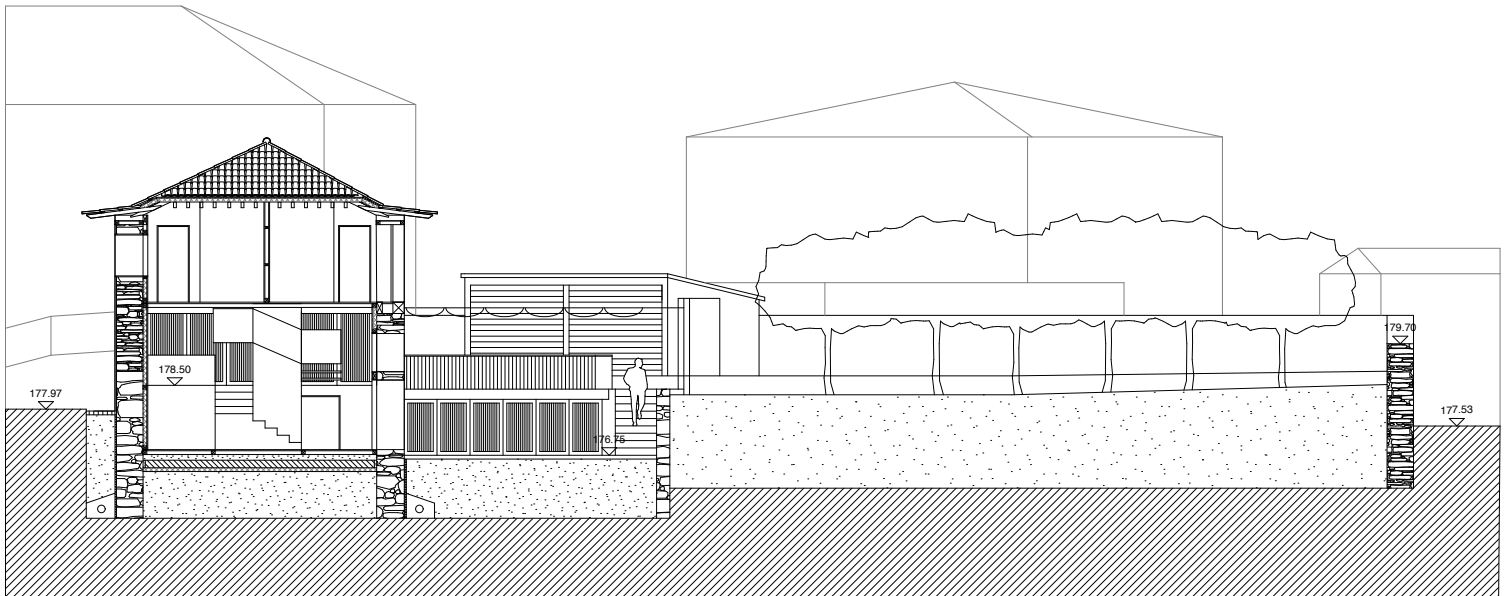


FIG 72 1:200 PISO 2 - solução final

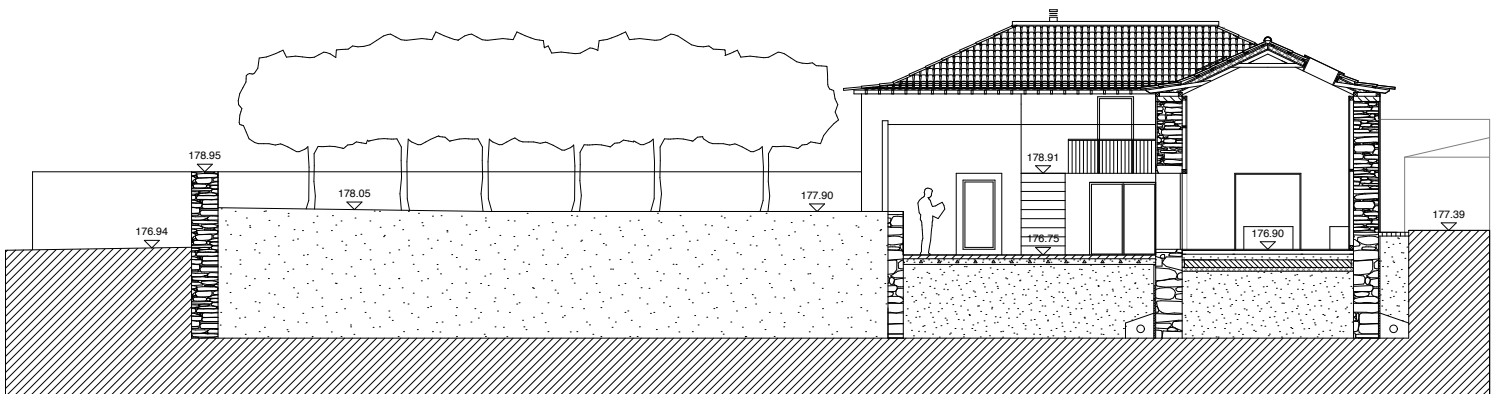
0 5



AA



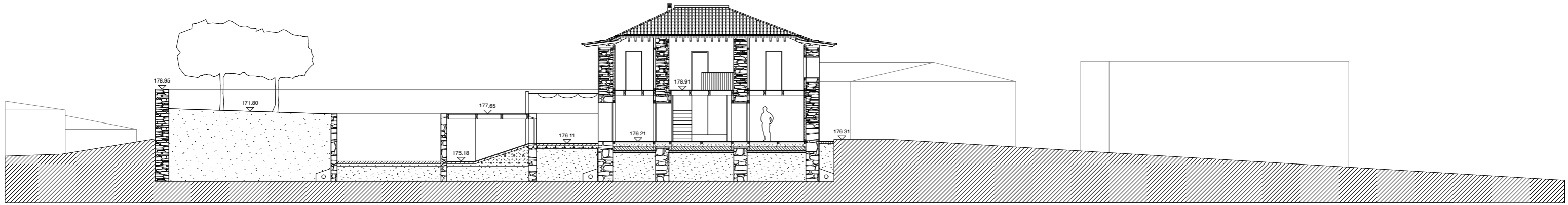
BB



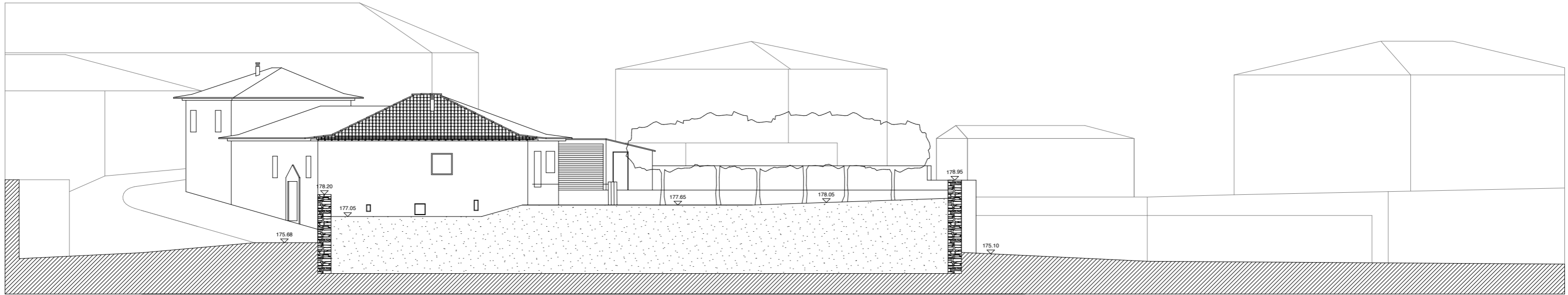
CC

FIG 73 1:200 CORTES - solução final

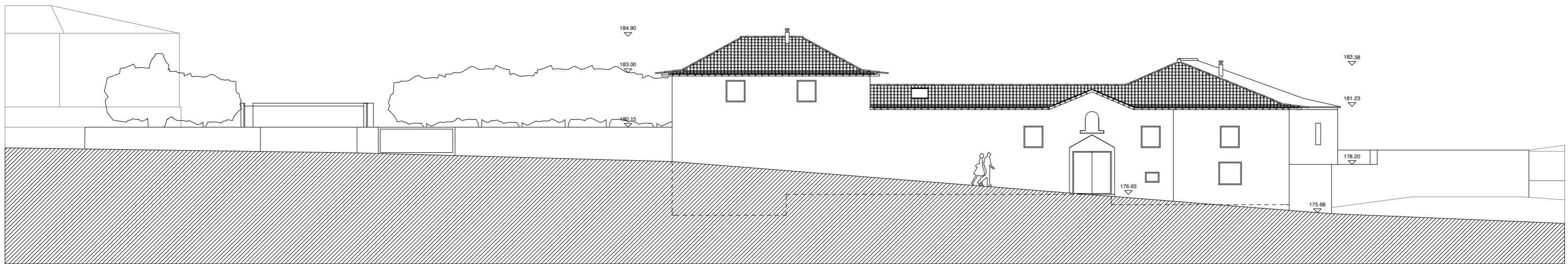
0 5



DD



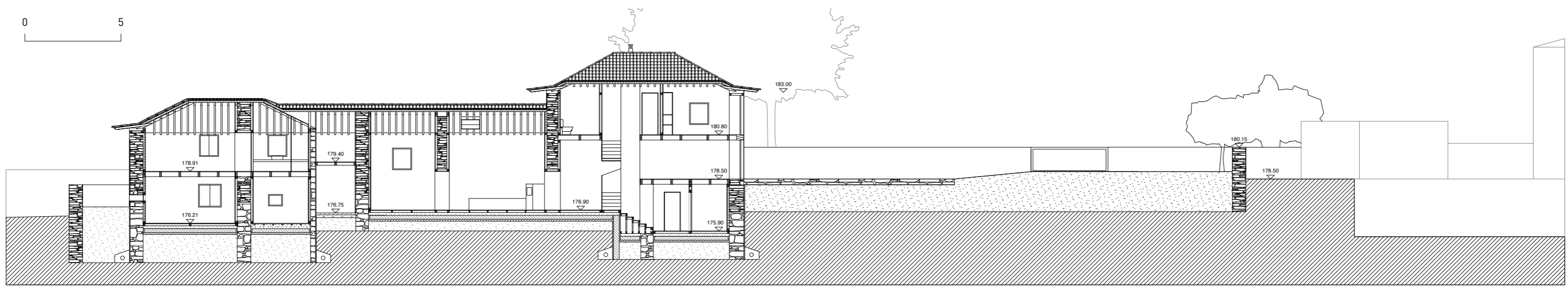
EE



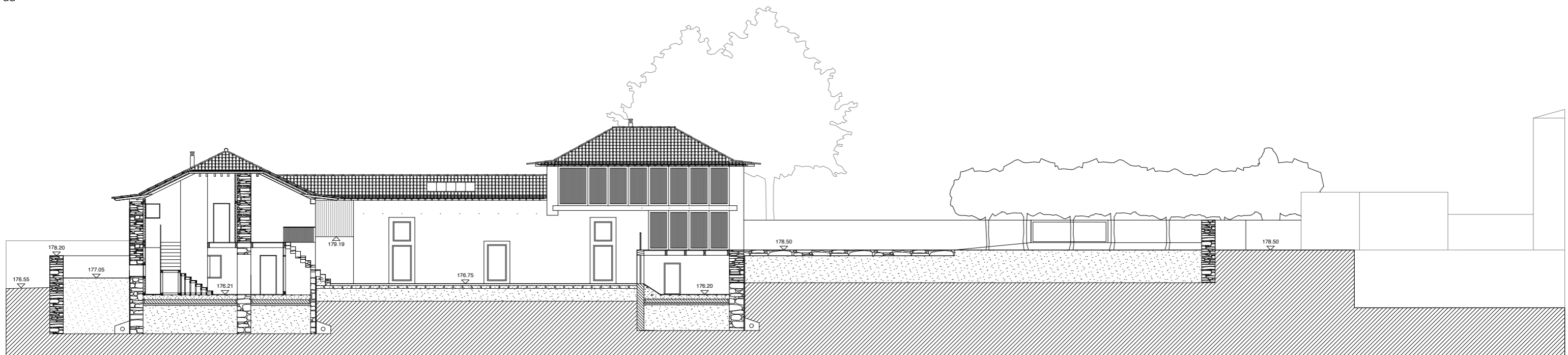
FF

FIG 74 1:200 CORTES - solução final

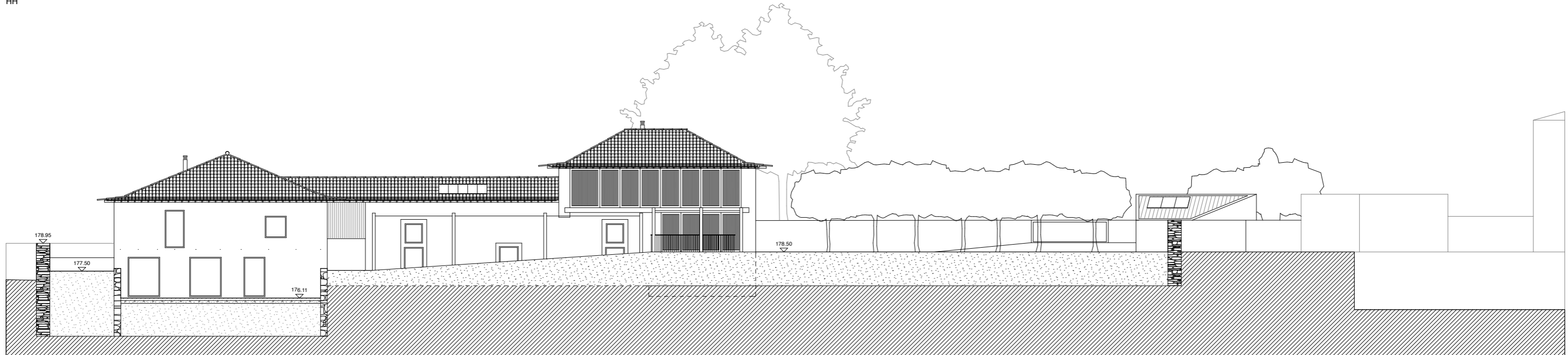
0 5



GG



HH



II
FIG 75 1:200 CORTES - solução final

RELAÇÃO ENTRE ESPAÇOS INTERIORES

Em relação à composição dos espaços interiores, e atentando na distribuição dos compartimentos, esta foi projectada de modo a tirar máximo partido da composição pré-existente e das suas particularidades espaciais. Ainda que se tenha procurado manter a distribuição pré-existente, como no caso da cozinha do volume B ou os quartos do volume A, tornou-se necessário dotar os edifícios de novos espaços, mais adequados às necessidades actuais, substituindo aqueles que já não encontram utilidade prática no projecto, como o caso das cortes ou do sequeiro do volume B. Mostrou-se ainda inevitável a realocização de alguns espaços, como a cozinha e a sala do volume A, de forma a tornar mais lógica e pertinente a distribuição geral.

Ao mesmo tempo, tornou-se imprescindível repensar o esquema de circulação pré-existente já que, na maior parte do complexo, este se fazia pelo exterior: tornou-se clara a necessidade de modificá-la, de acordo com os padrões de conforto pretendidos. No entanto, a introdução destes espaços fez-se de um modo fluido, por um lado evitando incompatibilidades com a pré-existência e seus princípios, por outro eliminando dentro do possível a sua compartimentação: a título de exemplo, poder-se-á referir o eixo que percorre as zonas sociais do volume B que, para além de interligar os quatro ambientes, resulta numa nova experiência espacial.

De outra forma, será ainda de realçar a consideração dada aos requisitos espaciais e infra-estruturais de um estabelecimento de turismo rural, como a previsão de um espaço de receção no hall do volume A, de modo a cumprir com a possibilidade de adaptação do complexo a este tipo de funções.

Por fim, o que diz respeito ao tratamento das texturas e materiais estruturais e de revestimento, e tal como referido anteriormente, também se procurou manter a pré-existência, tirando partido das vantagens que esta apresentava, particularmente, a adequação ao clima do lugar e a compatibilidade entre materiais aplicados.

Essencialmente, as modificações aplicadas à pré-existência consistiram, em primeiro lugar, na introdução de uma nova textura à face interior das paredes portantes, uma vez que a nova camada de isolamento necessitaria de protecção contra as agressões físicas e em segundo lugar, na introdução de revestimento nos pisos inferiores, que se apresentavam em terra batida e na substituição dos pisos cimentados interiores e exteriores, no geral em mau estado de conservação.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 76 Simulação digital; relação entre zonas sociais do volume B.



FIG 77 1:100 PISO 0 - solução final



FIG 78 1:100 PISO 1 - solução final

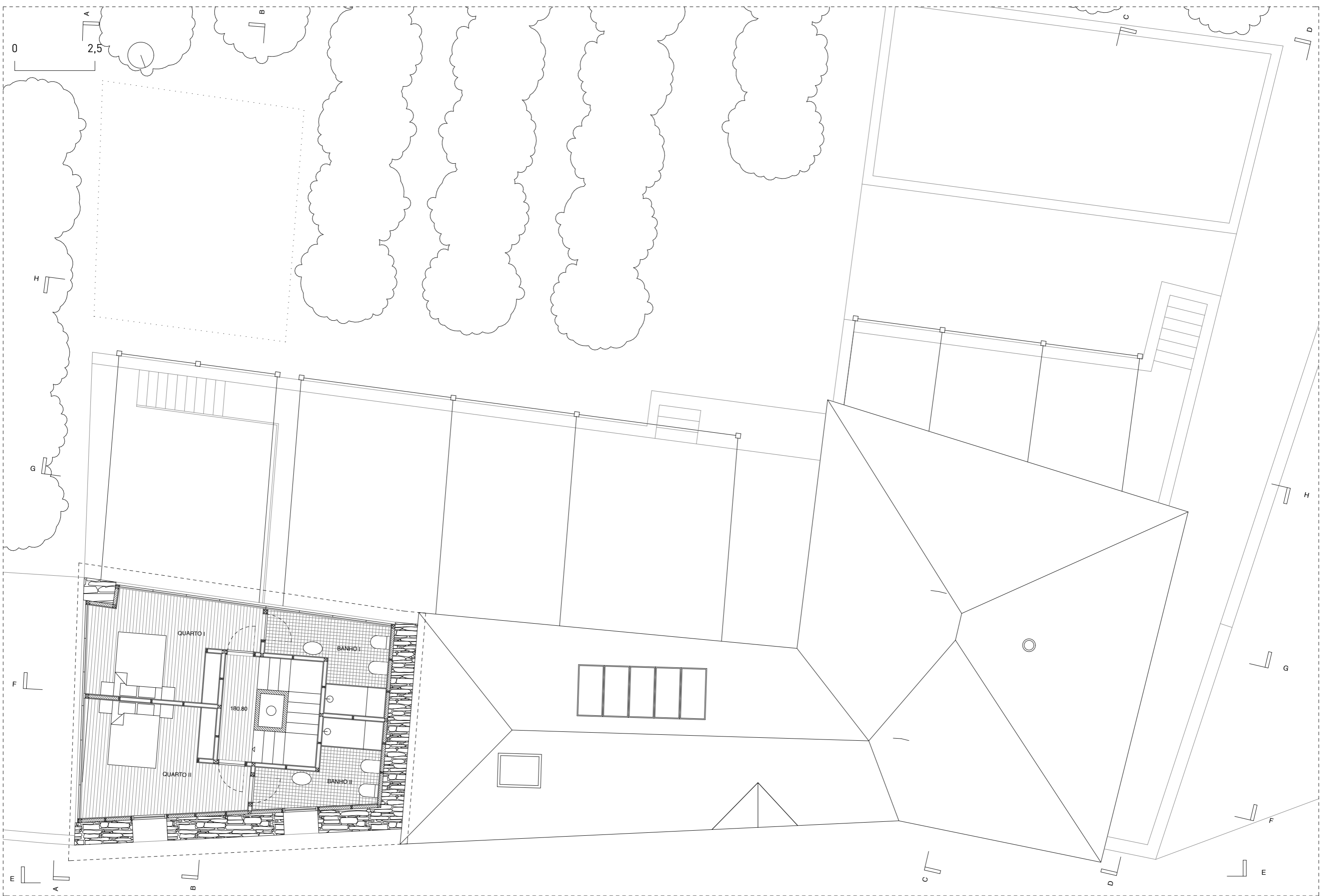
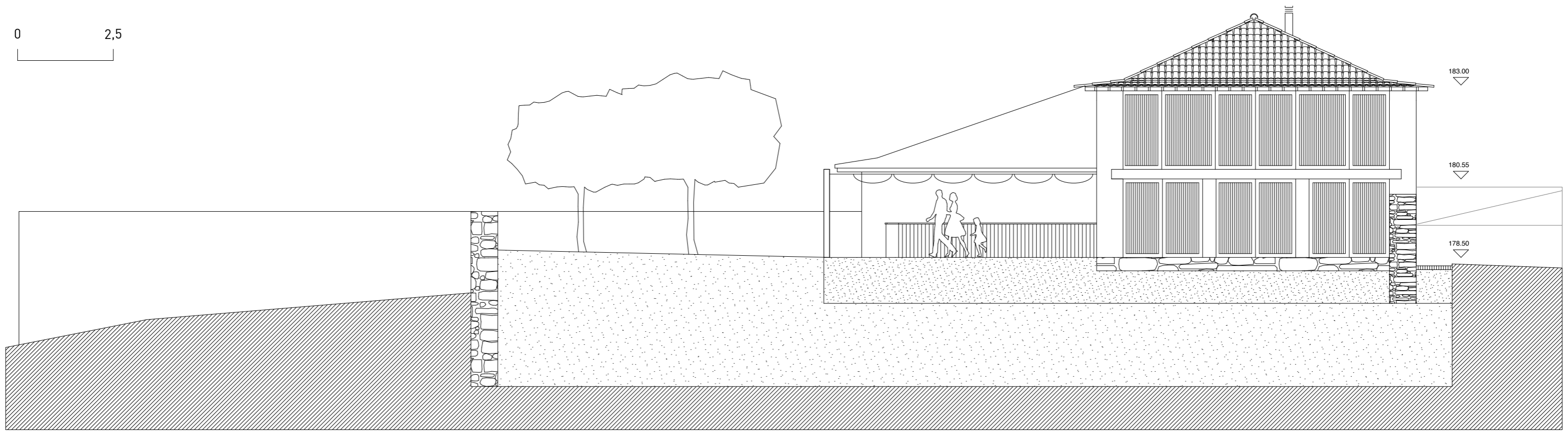
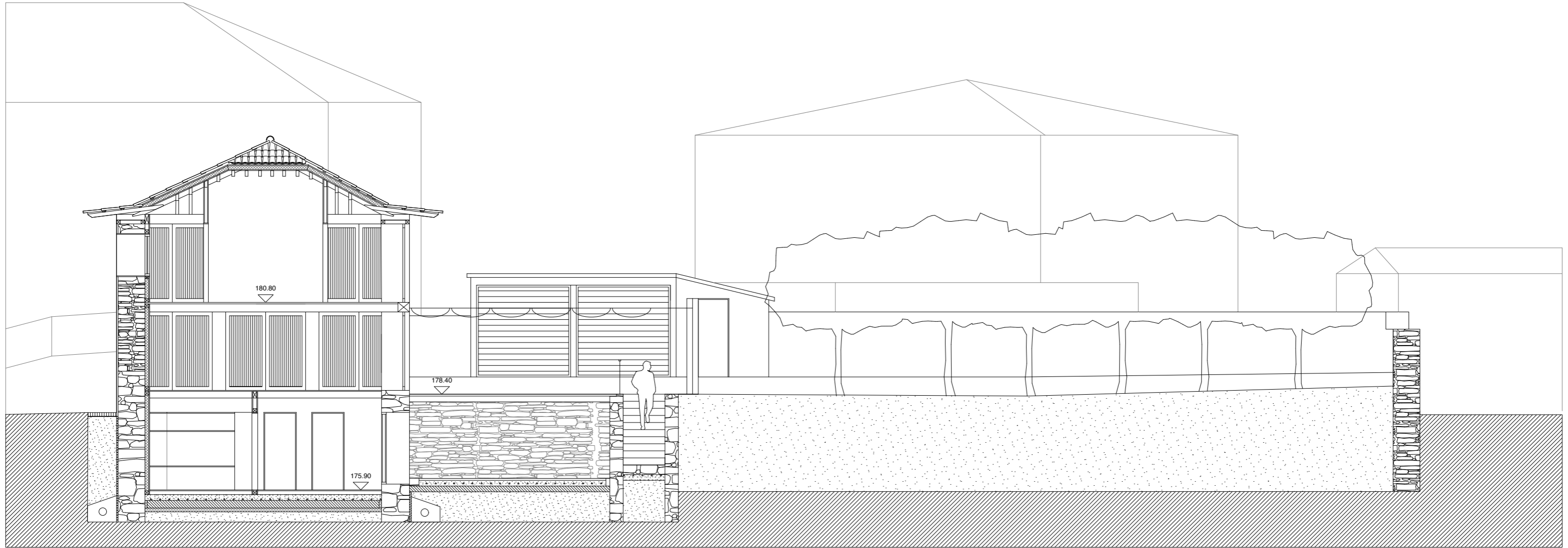


FIG 79 1:100 PISO 2 - solução final

0 2,5

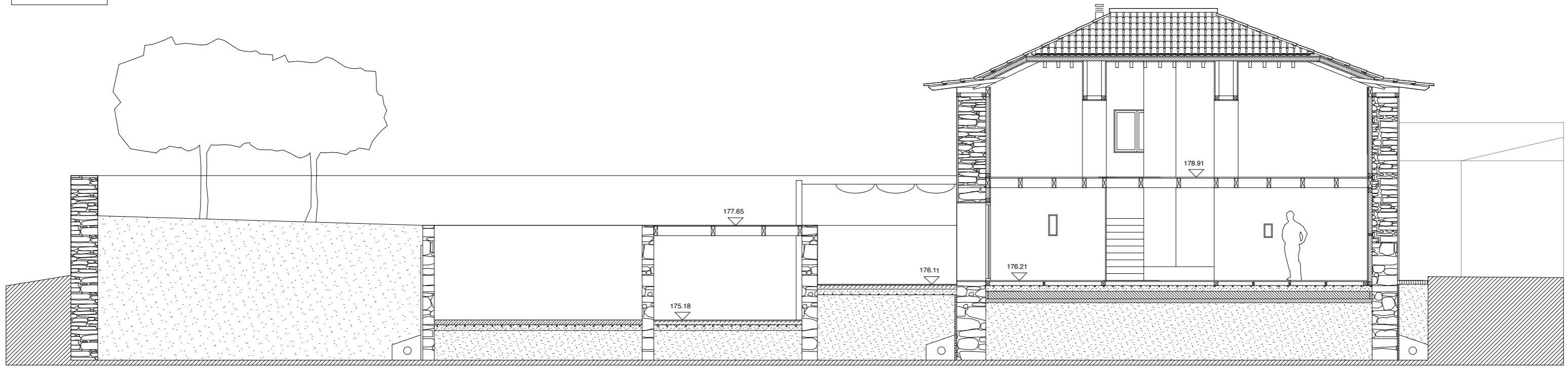


AA

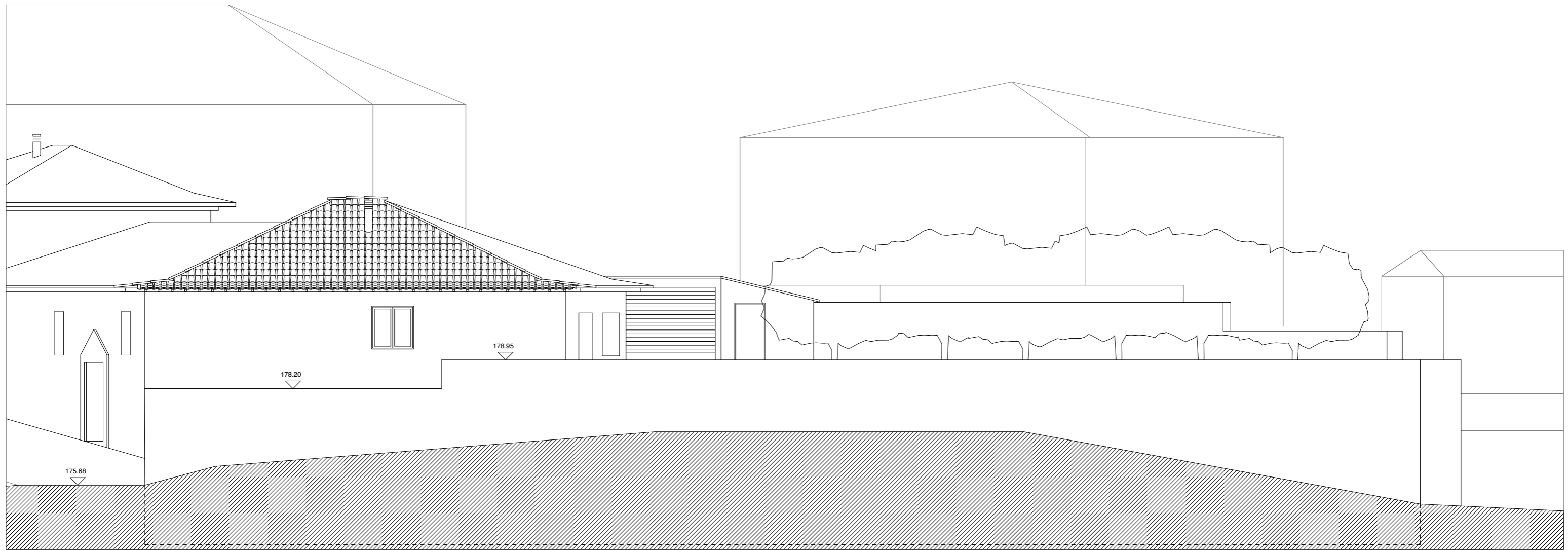


BB
FIG 80 1:100 CORTES - solução final

0 2,5

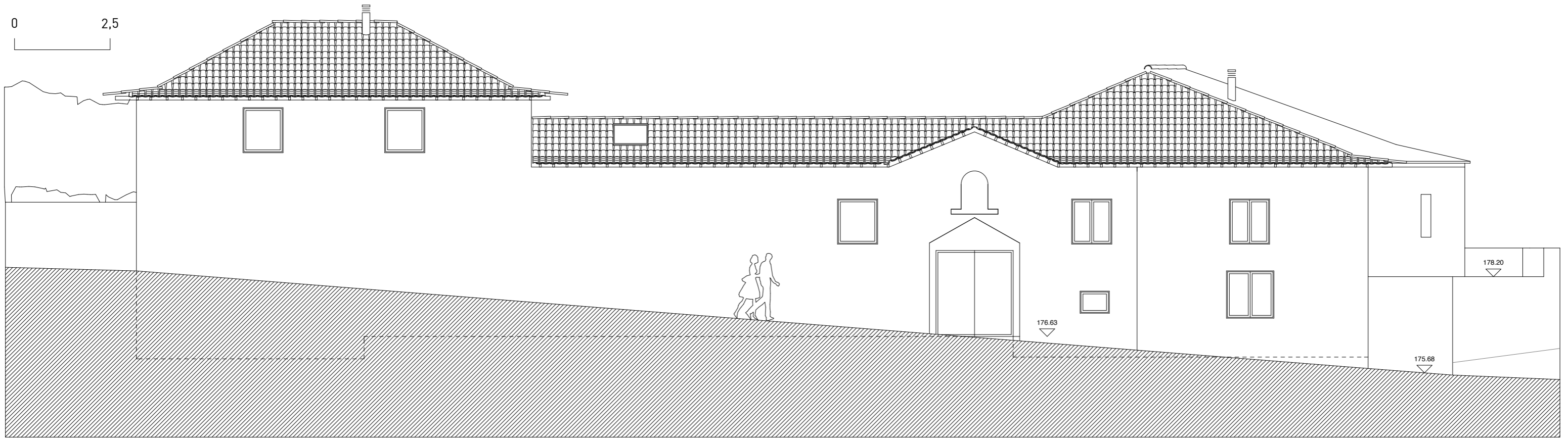


CC

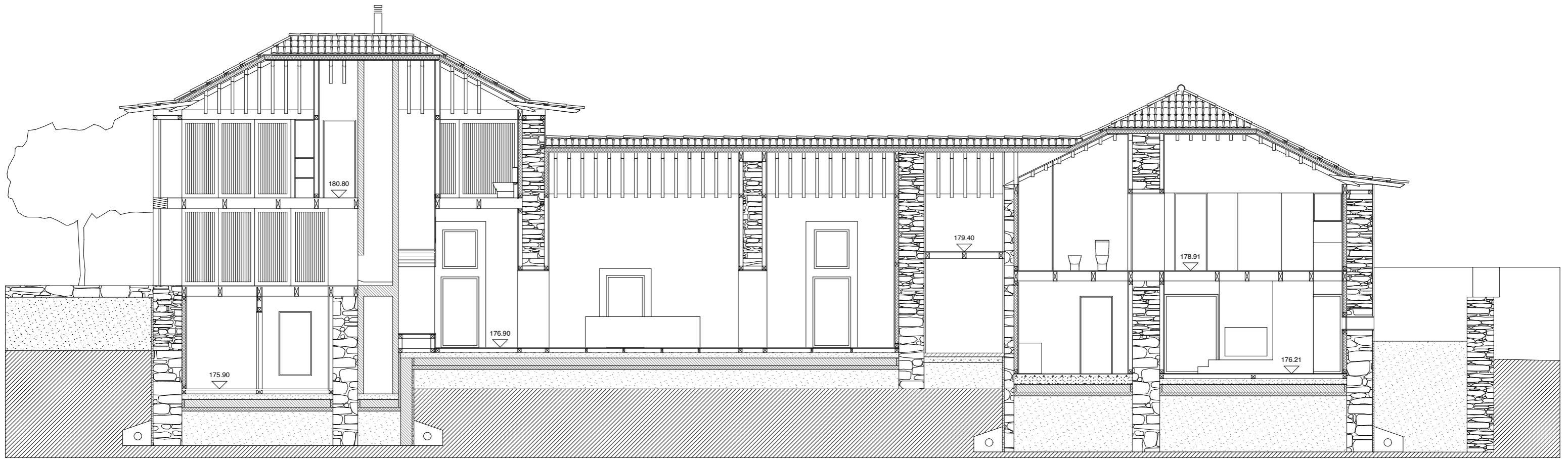


DD

FIG 81 1:100 CORTES - solução final



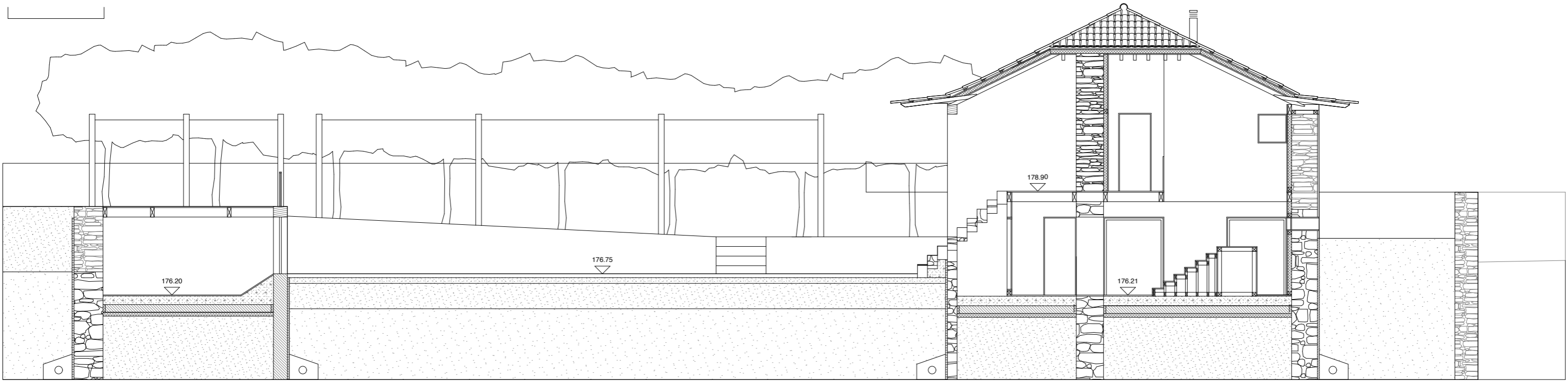
EE



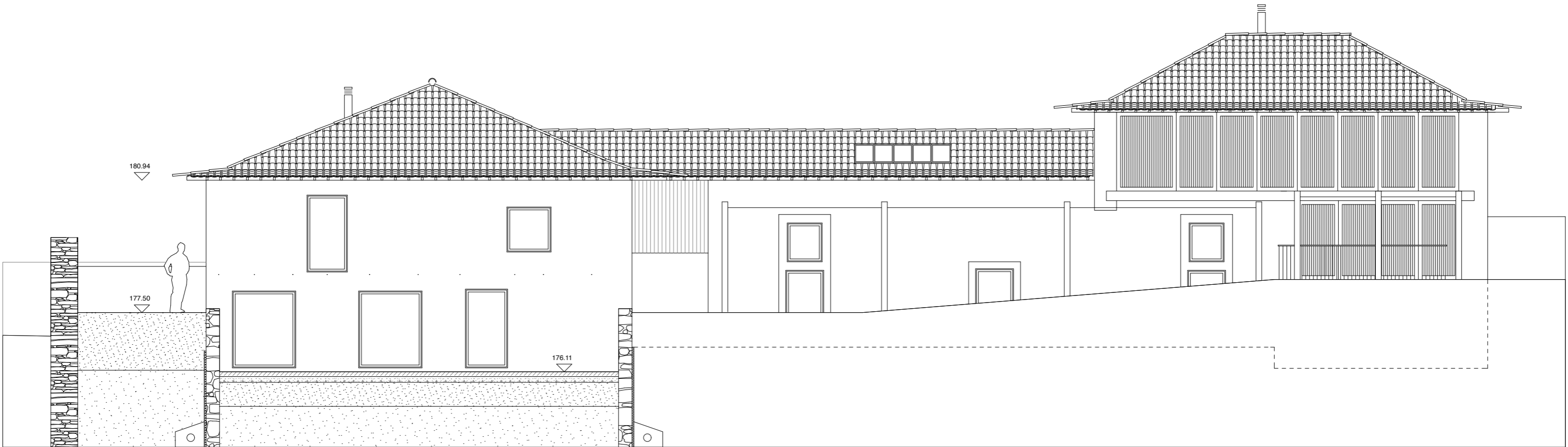
FF

FIG 82 1:100 CORTES - solução final

0 2,5



GG



HH

FIG 03 1:100 CORTES - solução final

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

QUADRO DE ÁREAS ÚTEIS

ESPAÇOS INTERIORES E EXTERIORES

Área construída total: 609.80m²

VOLUME A		VOLUME B	
Quarto I:	15.00m ²	Quarto I:	16.00m ²
Quarto II:	12.00m ²	Quarto II:	15.00m ²
Banho I:	8.50m ²	Banho I:	8.00m ²
Banho II:	7.50m ²	Banho II:	7.50m ²
Sala Estar:	20.00m ²	Sala Estar:	28.00m ²
Sala Jantar:	15.50m ²	Sala Jantar:	12.00m ²
Cozinha:	15.50m ²	Cozinha:	21.00m ²
WC:	2.50m ²	WC:	4.50m ²
Lavandaria:	5.00m ²	Lavandaria:	2.50m ²
Hall:	11.00m ²	Adega:	11.00m ²
		Arrumos:	8.50m ²
Arrumos (ext):	17.50m ²	Arrumos (ext):	21.00m ²
Terraço (ext):	36.80m ²	Terraço (ext):	33.30m ²
		Alpendre (ext):	13.30m ²
Pátio (ext):			113.20m ²
Garagem (ext):			35.10m ²
Estacionamento (ext):			40.00m ²
Arrumos agríc. (ext):			40.00m ²
Casa Máquinas (ext):			9.50m ²

FIG 84 Áreas úteis do complexo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS



FIG 85 Porta de corte de animais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Consiste o progresso no regresso às origens: com a plena memória da viagem.”

(DA SILVA, 2009, p. 62)

Extenso foi o caminho percorrido ao longo este trabalho, nunca linear mas sempre sinuoso: repleto de momentos de reflexão, de decisão e de uma enorme aquisição de conhecimentos. Personificou não só o processo de elaboração o e amadurecimento de um projeto e suas ideias mas principalmente um período de intensa aprendizagem, que contribuiu profundamente para a minha formação e maturidade enquanto estudante e futura arquiteta. Por outro lado, o trabalho desenvolvido representa ainda um esforço de organização e sistematização de todo esse conhecimento, de modo a torná-lo transmissível e útil à comunidade e, em particular, áqueles que se debruçam sobre o tema da reconversão de estruturas agrícolas.

Finalmente, este estudo veio ainda reforçar a importância absolutamente fundamental da inclusão dos vários campos do conhecimento num projeto de Arquitetura, dos quais este se deve jamais distanciar mas aproximar progressivamente, contribuindo para um objetivo comum: o de pensar e planificar lugares, espaços e ambientes.

Posto isto, expõem-se neste último texto as várias conclusões alcançadas ao longo da Dissertação aqui apresentada, ansiando que estas se tornem tão proveitosas para outros como o foram para mim.

01. Como primeira conclusão a reter deste trabalho surge a necessidade imprescindível do conhecimento dos diversos elementos compositivos que caracterizam os edifícios de arquitetura tradicional popular. Um estudo aprofundado desta matéria será, tal como experienciado, uma mais-valia insubstituível para qualquer projeto de reabilitação, mais ainda numa estrutura deste cariz. Por outro lado, a abreviação ou mesmo inexistência desse processo poderá significar a perda de inúmeras virtudes presentes neste tipo de construções, as quais muitas vezes não são perceptíveis ou compreensíveis sem uma análise atenta.

Do mesmo modo, este estudo facultará a perceção do vastíssimo saber empregue nessas estruturas, fruto de uma experiência construtiva riquíssima, transmitida ao longo das gerações. Admite-se, portanto, comprovada a eficácia dos métodos e princípios utilizados nas construções tradicionais populares, não só neste tipo de estruturas mas na sua aplicação a um campo mais vasto, sendo que estes deverão mesmo ser considerados no panorama construtivo atual.

02. Sob outra perspetiva, compreende-se que a paisagem rural, na qual grande parte deste tipo de construções se insere, foi alvo de enormes modificações, que transformaram profundamente o contexto original em que tinham sido erigidas. À primeira vista, estas construções poderão aparentar um estado comprometido, obsoleto ou mesmo “deslocado da realidade atual”. No entanto, expôs-se neste trabalho como a atividade agrícola, embora não encontre hoje a presença económica, social e cultural de outros tempos, se mantém ainda vigente nas comunidades, contribuindo para a manutenção do epicentro do mundo rural. Hoje mais desenvolvida ou praticada a tempo parcial, conserva-se o gosto pelo cultivo da terra e, na maior parte dos casos, constitui uma fonte de rendimento extra para as famílias.

Assim sendo, poder-se-á concluir que, ainda que sujeito a profundas transformações, o mundo rural não se encontra em declínio mas em mutação. Este persiste, por vezes já não como o “cenário bucólico” presente no imaginário comum mas como espaço bastante mais ativo, quer em termos económicos quer em termos sociais, com renovadas funções mas sem perder o contacto e a presença da Natureza nas suas atividades, pelo que não deverá em nenhum momento ser desconsiderado. Por outro lado, o sucesso desta

CONSIDERAÇÕES FINAIS

transformação depende tanto das políticas de gestão do território como da formação dos vários profissionais envolvidos, que deverão centrar esforços na requalificação destes espaços e na valorização das suas características.

03. Já no que diz respeito à compreensão da importância patrimonial das estruturas tradicionais agrícolas, é visível a progressiva consciencialização do seu valor enquanto testemunho social, cultural e histórico. Encontram-se já salvaguardados vários núcleos rurais por todo o país, pelo que contribuem para a requalificação das estruturas neles contidas. No entanto, e após um século de participação em debates internacionais, o panorama português encontra-se ainda pouco atento às estruturas tradicionais agrícolas avulsas, isto é, áquelas que não se encontram englobadas pelos programas de requalificação acima referidos. A falta de legislação e proteção específicas das construções vernaculares isoladas continua a permitir e até mesmo motivar a destruição de exemplares deste género, contribuindo para uma perda histórica e cultural de valor incalculável.

De outra forma, procurou-se também nesta Dissertação chamar a atenção para a bipolaridade entre edifícios classificados e não-classificados, sendo as disparidades legislativas abismais. Nos primeiros, a legislação imposta chega a ser, em certos casos, demasiado restritiva e no que toca aos segundos, devem-se aplicar os mesmos regimes direcionados para a construção de raiz, por vezes incentivando a descaraterização do edificado. Assim, poder-se-á afirmar que o valor patrimonial de tais estruturas não se encontra ainda totalmente reconhecido no quadro nacional, embora este tenha já sido alvo de regulamento e proteção própria a nível internacional.

04. Por outro lado, refletiu-se ainda sobre as várias questões a considerar no momento reconverter este tipo de construções, encontrando condicionantes técnicas e construtivas particulares que necessariamente serão contempladas no seu projeto. Desta reflexão concluiu-se que, nos casos de reabilitação de estruturas agrícolas, se deverá adaptar e considerar não só as novas funções dos espaços e suas necessidades de conforto mas também se deverá atentar na introdução de novos materiais que, por não otimizados ou mesmo não existentes neste tipo de construções, poderão entrar em conflito com as condições ambientais dos seus interiores.

05. Sob outra perspectiva, a reabilitação de estruturas tradicionais agrícolas encontra particular motivação quando confrontada com o contexto social, cultural e económico da atualidade. Se, por um lado, já a própria ideia da reabilitação do edificado vai ao encontro à necessidade incontornável de tornar o setor da construção num organismo sustentável, por outro as várias convicções transmitidas nas construções tradicionais populares, principalmente no que toca aos princípios de economia de meios e de recursos, não poderiam ser mais pertinentes para os dias de hoje. Infelizmente, o setor construtivo nacional atravessa atualmente um período menos bom, em grande parte consequência da profunda crise económica em que o país se encontra. Por outro lado, verifica-se também um grande ceticismo em relação à aplicação de medidas de sustentabilidade as quais, à parte do importantíssimo papel desempenhado na preservação do meio ambiente, acabam inevitavelmente por ser bastante mais vantajosas em termos financeiros do que as técnicas vulgarmente utilizadas.

Assim sendo, promove-se também a análise das estruturas tradicionais agrícolas de modo a compreender e recuperar os seus princípios construtivos, que vão ao encontro a uma conceção arquitetónica de cariz sustentável e bem mais acessível, os quais são hoje personificados pela bioconstrução.

06. Apoiado nas várias conclusões tiradas deste estudo elaborou-se então o projeto de reabilitação da Casa da Deveza, procurando sustentar as ideias defendidas nessa base prática. Desenvolvido até à sua fase de licenciamento, este projeto constitui não só uma aplicação empírica das diversas conclusões extraídas desse estudo mas também e principalmente a resposta a um pedido concreto num contexto real, o qual deu origem às várias reflexões apresentadas neste trabalho.

Com a sua própria dinâmica, as construções agrícolas tradicionais apresentam relações de interdependência extremamente fortes com as mais variadas características do lugar: à semelhança de um ser vivo, estas adaptaram-se ao ambiente onde se inserem, tirando proveito das suas qualidades e tentando contornar as adversidades, evoluindo de modo a fortalecer progressivamente essa integração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim se procurou desenvolver este projeto de reabilitação, compreendendo, valorizando e requalificando, ainda que sem nunca deixar de ponderar os pressupostos subjacentes à pré-existência, interrogando a sua pertinência e a sua eficácia no projeto realizado. Contudo, esses pressupostos vieram a ser reaplicados, tal como se pode constatar pelas poucas alterações introduzidas.

08. Por fim, e como consideração global do trabalho desenvolvido, defende-se a reabilitação de estruturas agrícolas e o seu estudo como uma questão deveras pertinente, não só no que diz respeito à sua valorização da sua identidade social, cultural, histórica e patrimonial mas também, e principalmente, porque nos seus princípios construtivos estão contidas inúmeras respostas para os problemas que desafiam, hoje, o progresso desta fascinante disciplina que é a Arquitetura.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

ANEXOS

INQUÉRITO À AGRICULTURA PARCIAL EM JUGUEIROS

ENTREVISTA COM DIRETOR DOUA - CMF

BIBLIOGRAFIA

LISTA DE IMAGENS

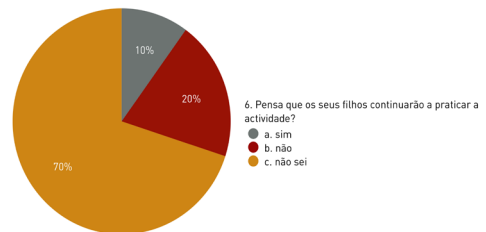
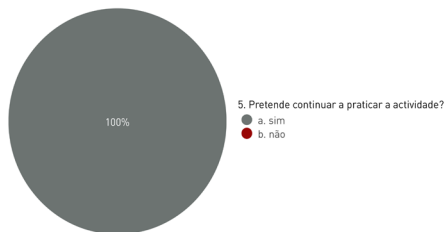
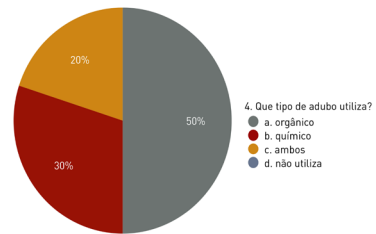
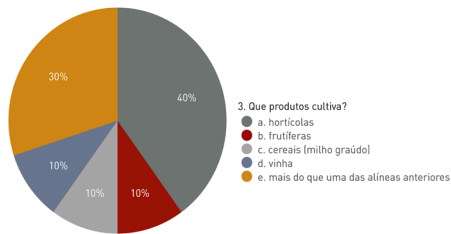
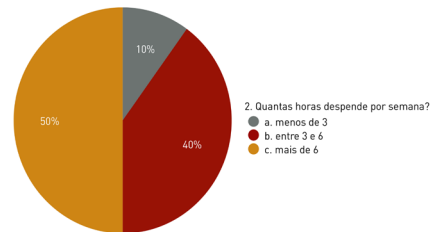
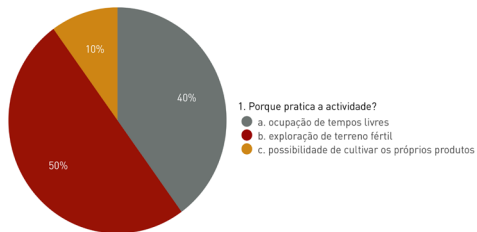
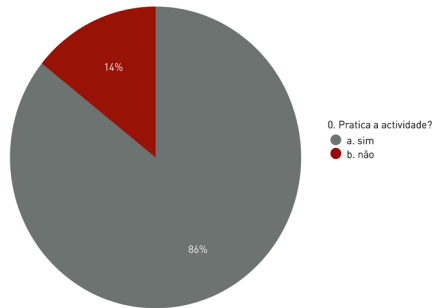
CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

A. INQUÉRITO À AGRICULTURA PARCIAL EM JUGUEIROS

Amostra: 14 pessoas

0. PRÁTICA A ACTIVIDADE?	
a. sim	12
b. não	2
1. PORQUE PRÁTICA A ACTIVIDADE?	
a. ocupação de tempos livres	4
b. exploração de terreno fértil	5
c. possibilidade de cultivar os próprios produtos	1
2. QUANTAS HORAS DESPENDE POR SEMANA?	
a. menos de 3	1
b. entre 3 e 6	4
c. mais de 6	5
3. QUE PRODUTOS CULTIVA?	
a. hortícolas	4
b. frutíferas	1
c. cereais (milho graúdo)	1
d. vinha	1
e. mais do que uma das alíneas anteriores	3
4. QUE ADUBO UTILIZA?	
a. orgânico	5
b. químico	3
c. ambos	2
d. não utiliza	0
5. PRETENDE CONTINUAR A PRATICAR A ACTIVIDADE?	
a. sim	10
b. não	0
6. PENSA QUE OS SEUS FILHOS CONTINUARÃO A PRATICAR A ACTIVIDADE?	
a. sim	1
b. não	2
c. não sei	7

ANEXOS



B. ENTREVISTA COM DIRETOR DOUA - CMF

com Arq. António Geada

Diretor de Departamento de Urbanismo, de Obras e de Ambiente

Câmara Municipal de Felgueiras

“Esta entrevista surge no âmbito da reabilitação de uma propriedade na freguesia de Jugueiros, sobre a qual desenvolvo atualmente a minha Dissertação de Mestrado. Assim sendo, gostaria de esclarecer algumas questões técnicas e legais com as quais me tenho vindo a deparar, principalmente no campo do urbanismo e do ordenamento do território.

1. O Plano Diretor Municipal prevê a reabilitação de construções agrícolas tradicionais? Se sim, quais?

AG - Prevê. Deixe-me só colocar uma questão: o conceito de reabilitação para si pode ser diferente daquele que existe na lei: o regime de urbanização para reabilitação, isto é, o “pedido de licenciamento para reabilitação” não existe; existem obras de conservação, de alteração, de ampliação previstas no PDM, pelo que se deverá enquadrar esse conceito de reabilitação sempre.

SF - Então no fundo, ela não está prevista diretamente mas existe sob alçada dessas operações.

AG - Certo: o conceito de reabilitar património, isto é, torná-lo ágil ou tornar a dar-lhe uma função pode passar por exemplo por uma ampliação. Em relação a esta situação, refiro como até 2013 o PDM, na maior parte dos casos de solo rural não permitia ampliações, o que é um absurdo; nesse ano mudámos a redação do PDM precisamente para permitir essas operações, para facilitar o aproveitamento do património (ainda que não classificado) ao nível do turismo ou simplesmente para habitação. Por vezes estas são imprescindíveis, até mesmo para poderem darem resposta aos padrões e exigências por exemplo para uma utilização turística, que não seriam compatíveis com aquele edifício; depois há a boa ou má arquitetura mas isso já é outra questão.

2. Existe algum plano específico ou Plano de Pormenor que defina núcleos particulares de proteção do património? Se sim, quais?

AG - Não. A nível de proteção de património não existe nenhum Plano de Pormenor nem ao abrigo da legislação anterior nem ao abrigo da atual, exceto ao nível da reabilitação urbana e enquadrado no Decreto-Lei nº107/2001; existem apenas as servidões decorrentes da lei, que obrigam aos pareceres da Direção Geral da Cultura e do IGESPAR.

3. O regulamento municipal relativo ao urbanismo prevê algumas normas/artigos em relação a conjuntos ou propriedades agrícolas? Se sim, quais?

AG - Não. O PDM em vigor é de 1994 e nunca foi encarado nessa perspetiva; a dada altura este refere “aglomerados rurais” mas não existe nenhuma regulamentação específica para salvaguardar esses próprios aglomerados. É um PDM de primeira geração e nunca houve muita preocupação.

SF - De outro modo, o que hoje se verifica é que encontramos a paisagem rural profundamente

ANEXOS

transformada, onde existem uma série de elementos que já não têm o mesmo carácter que tinham num passado não muito longínquo.

AG - Certo. (...) O que está previsto para o património contido nesse espaço é alencar aquele que não se encontra classificado por lei e que possa ter interesse para o concelho; no novo PDM vamos definir uma série de regras supletivas (...) no sentido de proteger estes edifícios, como por exemplo: proibir a demolição; proibir ampliações que sejam descaracterizadoras já que, apesar de não estar classificado, estas construções fazem parte da identidade dos locais.

SF - Exato, a minha dissertação refere também essa questão: em Portugal existe uma bipolaridade em relação aos edifícios classificados e não classificados, sendo que uns dispõem de toda a proteção possível e os outros, de carácter popular tradicional, não sei se por estigma ou por outras razões são algo negligenciados nesse aspeto.

Por exemplo, na propriedade que estou a reabilitar, referindo os vários estudos desenvolvidos acerca deste tipo de estruturas, pode-se afirmar que nelas se encontra implícito um valor patrimonial e cultural que não tem qualquer sentido perder-se.

AG - É algum estigma de que “o que é velho não presta”.

4. Existe algum núcleo rural inventariado? Se sim, qual e porquê?

AG - Existem dois núcleos inventariados: o de Codeçais em Sendim e o Burgo em Pombeiro, pelo projeto Aldeias de Portugal e apoiadas pela Ader-Sousa.

SF - E em relação à envolvente do mosteiro de Pombeiro, onde estão a construir o centro interpretativo do núcleo rural de Pombeiro?

AG - Exatamente, ainda que nesse caso o contexto esteja já um pouco desvirtuado da quinta agrícola que era no passado; de qualquer forma, este contribui para preservar essa ideia e para albergar essa função no edifício que se encontra em fase de reabilitação.

5. Existe alguma diferenciação de acompanhamento ou gabinete técnico relativo a processos ditos “normais” e processos de reabilitação? Se sim, qual?

AG - Não, não há; não está feita essa distinção, até por falta de pessoal.

SF - E não será também por falta de entrada de projetos de licenciamento desse carácter?

AG - De facto não existe tendência particular para a entrada de projetos desse tipo; são muitos poucos portanto não justificaria ter alguém afeto a essa área específica e, obviamente, esse tipo de coisas dependem muito da iniciativa privada, a parte pública não pode tomar a iniciativa de “reabilitar”.

6. Sob o ponto de vista financeiro, como taxas municipais, existe algum incentivo para processos de reabilitação ou de conservação deste património?

AG - Existem já incentivos fiscais, alguns benefícios para a reabilitação. Nós aqui na CMF vamos implementar em breve, não tanto para esses núcleos mas para áreas de reabilitação urbana, um conjunto de incentivos fiscais para a dita reabilitação de edifícios.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

7. Uma vez que este projeto académico poderá evoluir para um pedido de licenciamento na CMF, que questões legais devem ser salvaguardadas, para além do PDM e do RMUE?

AG - O RMUE estabelece regras supletivas além do próprio Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE) e do Plano Diretor Municipal (...). À parte destes, existe a legislação afeta à atividade que será desenvolvida no projeto: se se tratar de turismo existem leis específicas para o turismo, se se tratar de um lar de terceira idade existem regras específicas ligadas à segurança social, se se tratar de habitação aplicam-se as regras gerais (incluindo o RGEU) ou seja, cada área tem uma situação muito específica. Cada vez mais as câmaras se envolvem o menos possível nesta questão: isso está à responsabilidade de quem projeta: hoje nós não temos de nos pronunciar sobre questões do interior; até ao nível das acessibilidades, definido pelo Decreto-lei nº163/2006, está ao critério de quem assina o termo de responsabilidade. Nós temos apenas de verificar se cumpre o PDM, a relação que estabelece com a envolvente, portanto questões mais da ordem do enquadramento e urbanismo do que propriamente questões do interior. Repare, o que pode acontecer é fazer um projeto de um empreendimento turístico para um edifício destes e sujeito-me a que o Turismo de Portugal não aprove: porque não cumpre as áreas mínimas ou outros critérios impostos, que variam conforme o tipo de empreendimento.

Associado a esta questão do PDM depois existe uma situação prevista na carta de condicionantes que são as denominadas servidões e restrições de utilidade pública, que também podem limitar a intervenção: a RAN, a REN, as servidões de auto-estrada, por exemplo, que suplementam o PDM. Portanto, existem as condicionantes gerais e as condicionantes de pormenor, em que a conceção está ligada a um conjunto de regras complementares.

8. No caso de um projeto de reabilitação para complexo de turismo no espaço rural, deverão ser cumpridos os limites estabelecidos para os complexos construídos de raiz, como alturas de pé-direito mínimas de 2,40m, acesso de pessoas com mobilidade reduzida a pisos superiores ou altura de padieira e largura das portas mínimas estabelecidas, mesmo que impliquem uma profunda alteração no edificado a recuperar?

AG - O Decreto-lei Nº163/2006 ou 2007 permite que, em benefício do imóvel, não se cumpram determinados critérios, para que não seja necessário descaracterizar um edifício de valor patrimonial para este ser regulamentar. Há também o Decreto-Lei nº53/2014 que permite que edifícios com mais de 30 anos, desde que devidamente identificados, possam dispensar alguns tipos de requisitos, inclusivamente o pé-direito mínimo regulamentar.

AG - Existe, no geral, património de interesse municipal que ainda não foi classificado, pelo que vamos também fazer uma inventariação destas situação e, nalguns casos, proibir de forma supletiva, seja qual for a categoria espacial em que se insira: ou não será possível fazer alterações, ou só será possível fazer obras de conservação, e tentar estabelecer regras supletivas à medida de cada um. Do mesmo modo, existe património que pode ter muito interesse ou que pode ter um interesse relativo, no qual será possível fazer obras de ampliação: claro que não significa que essa ampliação seja ao nível do aumento de pisos mas de forma a que não desvirtue a construção. De outra forma, uma legislação demasiado restritiva torna a intervenção nesse património demasiado complicada; este

ANEXOS

é aliás o velho problema do património classificado: tem uma proteção de tal forma excessiva que depois “ninguém lhe pega”.

SF - Esta entrevista surge mesmo da situação atual da envolvente do projeto que, de certo modo, desvirtuou o caráter do lugar onde a propriedade se insere.

AG - O problema da proteção do espaço rural é que toda a gente quer que o seu terreno seja urbano. Por sua vez, este é um problema fácil de resolver: isto é, quem tem solo urbano no PDM pagava impostos em função disso. Ora bem, “se eu ando a pensar ser urbano e tenho de pagar impostos para ser urbano, em muitos dos casos se calhar não iria pedir para ser urbano.” Por outro lado, atualmente é simples transformar um solo rural em urbano; não existem consequências do ponto de vista fiscal. Esta situação dá origem a grandes extensões de solo urbano levam à descaraterização do território: não existe consolidação do território, cria-se uma grande dispersão. Existe mesmo um estudo feito já há uns anos que aponta como, em Portugal, a área urbana de todos os PDM’s tem capacidade para nele residirem 33 milhões de habitantes. Quer dizer que é muita área urbana... Existe também alguma displicência por parte de algumas câmaras: há um município que eu acompanhei (...) em que, no relatório de avaliação de execução do plano, chegou-se à conclusão que, ao longo dos 16 anos de aplicação daquele regulamento, se construiu mais em solo rural que em solo urbano, naturalmente sendo muitas destas construções ilegais. Ora bem, se eu edifico em solo rural, obviamente que o solo rural é mais barato, não consolido o espaço urbano e descaraterizo o território; ou seja, o contexto rural perde-se completamente. Por outro lado, somos um país atualmente com dificuldades financeiras e esquecemo-nos que quanto maior a dispersão da edificação pelo território mais caro custa ao Estado: (...) a introdução de infra-estruturas nestes espaços tem custos 20 ou 30 vezes superiores ao das infra-estruturas no centro das cidades. Ainda assim, os munícipes que habitam estes espaços pagam o mesmo que os que residem no centro da cidade, ou seja, todos pagamos o custo da dispersão. Esta é das maiores subversões do ordenamento do território, que tem muito com a coragem de algumas câmaras em dizer que não, porque as pessoas dizem “é aqui que eu tenho o meu terreno é aqui que eu quero edificar”. Ora isto é um absurdo.

SF - Já para não falar da ideia de que podem construir como bem entendem, porque “a casa é minha, eu construo como quero”...

AG - Como se a paisagem não fosse de todos.

SF - Precisamente. Torna-se complicado porque a partir do momento em que se cumprem os regulamentos nada impede que a construção não tenha rigorosamente nada a ver com o ambiente em que se insere. Nós arquitetos talvez tenhamos tendência para sobrevalorizar esta questão; ainda assim, não deixa de ser importante a proteção e administração das paisagens, pela implicação social, cultural e económica que representam.

AG - É, é assim: na arquitetura, como em todas as áreas, há bons e maus profissionais: em medicina em vez de curar matam. Agora, por vezes é muito difícil dizer-se ao dono de um terreno que não pode fazer ou que não deve fazer assim, porque à partida ele vai ter sempre uma perspetiva egoísta: quando é para ele as regras não deviam existir, mas quando é o vizinho que está a fazer ele queixa-se sobre tudo. Concluindo, esta perspetiva egoísta é muito pouco cívica e altamente descaraterizadora das paisagens, infelizmente bastante típica dos portugueses.”

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

C. BIBLIOGRAFIA

. APPLETON, João

A sustentabilidade nos projectos de reabilitação de edifícios - Encontro Nacional de Engenharia Civil, Porto: 2011

. BASTOS, Eduardo Alberto de Lima; DE BARROS, Henrique

Inquérito à habitação rural - Lisboa: Universidade Técnica, 1943

. CABRITA, António Manuel da Silva Rocha Reis

Monografia portuguesa sobre inovação e reabilitação de edifícios - Lisboa: LNEC, 1988

. CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Recolha de informação popular da freguesia de Jogueiros - Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1962

. CASTILHO, António; GONÇALVES, Júlia; OLIVEIRA, Lara; MAGALHÃES, Mariana; FREITAS, Maria João; TELES, Pedro

Reabilitação de edifícios: as patologias mais frequentes e as técnicas de reabilitação - or. Ana Vaz Sá - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto: Porto, 2009

. CÓIAS, Vítor

Reabilitação estrutural de edifícios antigos: alvenaria, madeira : técnicas pouco intrusivas - 2ª ed. - Lisboa : Argumentum, 2007

. COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

Norte 2020: programa operacional regional do Norte 2014-2020 - versão de trabalho - Porto: 2014

. COMITÉ DO PATRIMÓNIO MUNDIAL (UNESCO)

Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural - Paris: 1972

Declaração de Budapeste sobre o património mundial - Budapeste: 2000

. CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS)

Carta de Veneza: sobre a conversação e restauro dos monumentos e dos sítios - 2º congresso internacional de arquitectos e técnicos de monumentos históricos - Veneza: 1964

Carta do património vernáculo construído - 12ª assembleia geral do ICOMOS - México: 1999

Carta de Cracóvia 2000: princípios para a conservação e o restauro do património construído - Conferência internacional "Cracóvia 2000" - Cracóvia: 2000

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

. CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS

Agricultura a tempo parcial e multifuncionalidade do rural: novas perspectivas para o desenvolvimento rural? - red. Aida Valadas de Lima - Faro: Universidade do Algarve, 2007

. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE REABILITAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Rehabilitación y sostenibilidad : el futuro es posible, com discursos de Josep María Montaner, Toni Floriach, Gloria Muñoz [et al.] - Barcelona: [R+S=F], 2010

. CORTIÑAS, M^a José; SECK-DEWAIDE, Myriam; TORRES, Manuel R.; GALVÃO, Andreia; PRIETO, Juan Carlos; RODRÍGUEZ-MARIBONA, Isabel; Dedieu, Marion; CORONEL, Antonio; RATAZZI, Andrea; HIERRO, Juan Alonso; FERNANDEZ, Juan Martín

Carta de Bruxelas sobre o papel do património cultural na economia e para a criação de uma rede europeia de seu reconhecimento e difusão - Bruxelas: 2009

. COSTA, Aníbal [et al.]

A intervenção no património: práticas de conservação e reabilitação - 2^o seminário - Porto: FEUP, 2005
Reabilitação estrutural: casos práticos de intervenção em estruturas patrimoniais - Porto: Instituto da construção, 2014

. DIAS, Geraldo Amadeu Coelho

O concelho de Felgueiras nas memórias paroquiais de 1758 - Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2011

. DOMINGUES, Álvaro

Vida no campo - Porto : Dafne, 2011

. ESTADOS MEMBROS DO CONSELHO DA EUROPA

Convenção para a salvaguarda do património arquitectónico da Europa - Granada: 1985

Carta europeia do património arquitectónico - Amesterdão: 1975

Convenção para a valorização do património cultural para a sociedade - Faro: 2005

. FERNANDES, Antonino M.

Felgueiras de ontem e de hoje - Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1989

. FERNANDES, Carla Sofia dos Anjos Maia

A casa agrícola em Vila Chã e Fajozes: uma leitura da sua arquitectura entre o espaço rural e o interior doméstico - or. Eliseu Gonçalves - Porto : Faup, 2013

ANEXOS

. FIGUEIREDO, Augusto de

Construções rurais : habitações, estábulos, oficinas e arrecadações agrícolas (incluindo materiais e sua preparação) - Porto: Livraria Chardron, 1905

. FÓRUM EUROPEU DE RESPONSÁVEIS PELO PATRIMÓNIO

Declaração de Viena: um incentivo ao património em período de recessão económica - Viena: 2009

. FREITAS, Eduardo de

Felgerias Rubeas: subsídios para a história do concelho de Felgueiras - 2ª ed. - Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 1987

. FRONER, Yaci-ara

Patrimônio arquitetônico: conceitos contemporâneos nas cartas do ICOMOS - Oculum Ensaios - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo: 2013

. GIGANTE, José

Habitar - ed. João Gomes, Vítor Silva, Nuno Valentim Lopes ; trad. Alberto Montoya - Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2008

. GOMES, Paulino; PINTO, Ricardo; ARRUELA, Maria João; RILLEY, Cristina

Felgueiras: tradição com futuro - Paços de Ferreira: Anegia editores, 1996

. LEÃO, Fábio Rúben Vasconcelos Pestana

Metodologia de restauro e conservação do património arquitectónico rural: um caso de uma casa elementar no sítio dos canhas, Ponta de sol, ilha da Madeira - or. Joaquim Teixeira - Porto: FAUP, 2009

. MACIEL, Liliana Sofia Dias

As casas de lavoura do vale do Leça Tirsense : contributo para a definição de uma tipologia e a reabilitação da quinta de Merouços - or. Rui Póvias - Porto: Faup, 2011

. MARQUES, Hélder

Modernidade e Inovação na Ruralidade do Noroeste de Portugal - Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 2000

. MARTINS, Luís Saldanha

Legado, paisagem e turismo... pelo Minho na procura de uma dimensão sensorial - **Revista da Faculdade de Letras - Geografia** III série, vol.I - Porto: Universidade do Porto, 2012, pp. 7-31

. MENÉRES, António

Arquitecturas populares: memórias do tempo e do património construído - Arcos de Valdevez: CMAV, 2013

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

- . MESQUITA, Mário João
Dos anos do Inquérito à arquitectura regional portuguesa - catálogo de uma exposição - Porto: Faup, 2006
- . MOURÃO, Joana; PEDRO, João Branco
Princípios de edificação sustentável - Lisboa: LNEC, 2012
- . OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando
Arquitectura tradicional portuguesa - 5ª ed. - Lisboa: Dom Quixote, 2003
- . PEREIRA, Ana Rita Rodrigues
Operações de reabilitação de edifícios antigos: organização de um sistema transversal a todo o processo - or. Hipólito José Campos de Sousa - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto: Porto, 2013
- . PEREIRA, Samuel da Costa
Casa de agricultor: transformações no Vale do Cávado; viver e trabalhar num complexo agrícola - or. Carla Garrido - Porto: Faup, 2011
- . PINTO, Marcelo Mendes
Villa romana de Sendim - Câmara Municipal de Felgueiras: Felgueiras, 2008
- . RIBEIRO, Orlando
Portugal: o mediterrâneo e o atlântico - ed. João Sá da Costa, 1993
Entre-Douro-e-Minho - **Revista da Faculdade de Letras: Geografia** - I série, vol. III - Porto: Universidade do Porto, 1987
- . SANTOS, Luís Manuel da Silva
Reabilitação do património rural: O Caso de Quintandona, Penafiel - or. José Manuel Marques Amorim de Araújo Faria - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto: Porto, 2013
- . SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS
Carta de Atenas: conclusões da conferência internacional de Atenas sobre o restauro dos monumentos - Atenas: 1931
- . SILVA, Agostinho da
Citações e pensamentos de Agostinho da Silva - Casa das Letras: Lisboa, 2009
- . SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS
Arquitectura popular em Portugal - Lisboa: Sindicato nacional dos arquitectos, 1961

ANEXOS

. TÁVORA, Fernando

Fernando Távora - ed. Luiz Trigueiros, com artigos de Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza, Bernardo Ferrão e Eduardo Souto Moura

. TEIXEIRA, Manuel C.

Arquitecturas do granito: arquitectura popular - Arcos de Valdevez: Município, 2013

. TOMÉ, Miguel

Património e restauro em Portugal: 1920-1995 - 1ª ed. - Porto: FAUP publicações, 2002

. VITRUVIO POLIO, MARCUS

Vitrúvio: tratado de arquitectura - trad. Justino Maciel - Instituto Superior Técnico: Lisboa, 2009

D. LISTA DE IMAGENS

FIG 1 - “Porta de uma das cortes para animais”, fotografia da autora, 2014.

FIG 2 - “O rio Bugio” fotografia da autora, 2014.

FIG 3 - “Carta militar 1:25000 com representação do vale de Jugueiros”, esquema da autora sobre carta cedida pelo gabinete José Soares - Arquitecto, lda.

FIG 4 - “Localização de Felgueiras e das principais cidades do Noroeste de Portugal”, esquema da autora sobre imagem recolhida em www.cm-felgueiras.pt

FIG 5 - “Pontos de interesse na zona Norte de Felgueiras”, esquema da autora sobre brochura de divulgação turística da Câmara Municipal de Felgueiras.

FIG 6 - “O vale visto a partir da propriedade”, fotografia da autora, 2015.

FIG 7 - “Implantação da Casa da Deveza (2014)”, implantação sobre levantamento.

FIG 8 - “Distribuição dos terrenos pertencentes à família nos finais de séc. XX”, esquema da autora sobre foto aérea (www.maps.google.pt)

FIG 9 - “O sequeiro pré-existente”, fotografia da autora, 2014.

FIG 10 - “Distribuição do programa pré-existente”, desenho da autora sobre levantamento topográfico.

FIG 11 - “Disseminação dos castrejos e romanos assentamentos no vale de Jugueiros”, esquema da autora sobre mapa com distribuição de vestígios no vale de Jugueiros (PINTO, 2008)

FIG 12 - “Distribuição de estruturas agrícolas no noroeste peninsular” (SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS, 1961)

FIG 13 - “Implantação da Casa da Deveza (1958)”

FIG 14 - “Distribuição dos terrenos pertencentes à família nos finais de séc. XX” esquema da autora sobre foto aérea (www.maps.google.pt)

FIG 15 - “Possível evolução morfológica do complexo agrícola”, esquema da autora.

FIG 16 - “Volumetria da pré-existência”, desenho da autora.

FIG 17 - “Axonometria da pré-existência”, desenho da autora.

FIG 18 - “Esboço dos alçados pré-existentes da Casa da Deveza”, desenhos da autora.

FIG 19 - “Síntese da comparação entre as várias tipologias”, esquema da autora sobre figuras de OLIVEIRA; GALHANO (2003) e sobre planta apresentada por MACIEL (2011).

FIG 20 - “População empregada nos setores agrícola e industrial (2001)”, esquema apresentado

ANEXOS

pela UTAD-GETER, com base na informação “Census 2001” fornecida pelo Instituto Nacional de Estatísticas.

FIG 21 - “Carta de Ocupação dos Solos da freguesia de Jogueiros (2007)”, carta fornecida pelo Departamento de Urbanismo, Obras e Ambiente da Câmara Municipal de Felgueiras.

FIG 22 - “Evolução da ocupação do território do lugar de Picoto de Trazões (1958 - 2015)”, esquema da autora sobre fotografias aéreas cedidas pelo Departamento de Urbanismo, Obras e Ambiente da Câmara Municipal de Felgueiras.

FIG 23 - “Resultados do inquérito à agricultura a tempo parcial em Jogueiros”, esquema da autora a partir dos resultados alcançados com o inquérito realizado em Jogueiros, Julho de 2015.

FIG 24 - “Implantação da oferta de alojamento turístico na envolvente de Jogueiros”, esquema da autora.

FIG 25 - “Distribuição dos espaços exteriores da proposta”, esquema da autora.

FIG 26 - “Capa da revista “Panorama” nº1 (1941)”, imagem recolhida em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Panorama_\(revista_portuguesa_de_arte_e_turismo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Panorama_(revista_portuguesa_de_arte_e_turismo))

FIG 27 - “Extrato Decreto-lei nº107/2001”, primeira página do Decreto-lei nº107/2001 do Diário da República.

FIG 28 - “Impermeabilização e isolamento pré-existente nas paredes exteriores da Casa da Deveza”, fotografia da autora.

FIG 29 - “Distribuição do PISO 1 - pré-existência e solução”, esquema da autora.

FIG 30 - Comparação entre circulação interior da Casa da Deveza com a Casa de F. Távora em Briteiros”, esquema da autora sobre desenhos recolhidos em “Fernando Távora” (TÁVORA, 1993).

FIG 31 - “Patologias identificadas na Casa da Deveza”, fotografias da autora, 2015.

FIG 32 - “Sistema passivo de ventilação e sombreamento do sequeiro”, fotografia da autora, 2015.

FIG 33 - “Espaço de transição orientado do alpendre”, fotografia da autora, 2014.

FIG 34 - “1:500 PISO 0; Levantamento topográfico da propriedade e envolvente”, desenho da autora.

FIG 35 - “1:500 PISO 1; Levantamento topográfico da propriedade e envolvente”, desenho da autora.

FIG 36 - “1:500 PISO 2; Levantamento topográfico da propriedade e envolvente”, desenho da autora.

FIG 37 - “1:500 ALÇADOS; Levantamento topográfico da propriedade e envolvente”, desenho da autora.

FIG 38 - “1; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente”, fotografia da autora, 2014

FIG 39 - “2; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente”, fotografia da autora, 2014

FIG 40 - “3; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente”, fotografia da autora, 2014

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

- FIG 41 - "4; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 42 - "5; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 43 - "6; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 44 - "7; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2015
- FIG 45 - "8; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 46 - "9; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 47 - "10; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 48 - "11; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 49 - "12; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 50 - "13; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2015
- FIG 51 - "14; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 52 - "15; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2015
- FIG 53 - "16; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 54 - "17; levantamento fotográfico da propriedade e envolvente", fotografia da autora, 2014
- FIG 55 - "Esquisso de processo", desenho da autora.
- FIG 56 - "Esquisso de processo", desenho da autora.
- FIG 57 - "Esquisso de processo", desenho da autora.
- FIG 58 - "Esquisso de processo", desenho da autora.
- FIG 59 - "Maquete de estudo", trabalho da autora.
- FIG 60 - "Maquete de estudo", desenho da autora.
- FIG 61 - "1:500 COBERTURAS; solução final", desenho da autora.
- FIG 62 - "1:500 ALÇADOS; solução final", desenho da autora.
- FIG 63 - "1:200 PISO 0; vermelhos e amarelos", desenho da autora.
- FIG 64 - "1:200 PISO 1; vermelhos e amarelos", desenho da autora.
- FIG 65 - "1:200 PISO 2; vermelhos e amarelos", desenho da autora.
- FIG 66 - "1:200 CORTES; vermelhos e amarelos", desenho da autora.
- FIG 67 - "1:200 CORTES; vermelhos e amarelos", desenho da autora.
- FIG 68 - "1:200 CORTES; vermelhos e amarelos", desenho da autora.
- FIG 69 - "Axonometria da solução", desenho da autora.
- FIG 70 - "1:200 PISO 0; solução final", desenho da autora.
- FIG 71 - "1:200 PISO 1; solução final", desenho da autora.

ANEXOS

FIG 72 - "1:200 PISO 2; solução final", desenho da autora.

FIG 73- "1:200 CORTES; solução final", desenho da autora.

FIG 74- "1:200 CORTES; solução final", desenho da autora.

FIG 75 - "1:200 CORTES; solução final", desenho da autora.

FIG 76 - "Simulação digital; relação entre zonas sociais do volume B", imagem da autora.

FIG 77 - "1:100 PISO 0; solução final", desenho da autora.

FIG 78 - "1:100 PISO 1; solução final", desenho da autora.

FIG 79 - "1:100 PISO 2; solução final", desenho da autora.

FIG 80 - "1:100 CORTES; solução final", desenho da autora.

FIG 81 - "1:100 CORTES; solução final", desenho da autora.

FIG 82 - "1:100 CORTES; solução final", desenho da autora.

FIG 83 - "1:100 CORTES; solução final", desenho da autora.

FIG 84 - "Áreas úteis do complexo", esquema da autora.

FIG 85 - "Porta de uma das cortes de animais", fotografia da autora, 2015.

CASA DA DEVEZA
RECONVERSÃO DE ESTRUTURAS AGRÍCOLAS